

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

CLEIDE FRANCISCA DE SOUZA TANO

TRABALHO, EDUCAÇÃO E CONSENSO: APOIO DO ESTADO AO SETOR
PRODUTIVO X GERAÇÃO DE EMPREGOS E EMPREGABILIDADE

UBERLÂNDIA
2019

CLEIDE FRANCISCA DE SOUZA TANO

TRABALHO, EDUCAÇÃO E CONSENSO: APOIO DO ESTADO AO SETOR
PRODUTIVO X GERAÇÃO DE EMPREGOS E EMPREGABILIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos

UBERLÂNDIA
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

T167 2019	<p>Tano, Cleide Francisca de Souza, 1968- Trabalho, educação e consenso [recurso eletrônico] : apoio do Estado ao setor produtivo x geração de empregos e empregabilidade / Cleide Francisca de Souza Tano. - 2019.</p> <p>Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2466 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos, 1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p>
--------------	---

CDU: 37

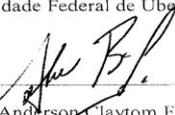
Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Uberlândia, 06 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



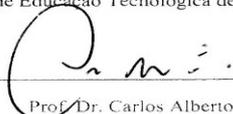
Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos – Orientadora
Universidade Federal de Uberlândia/UFU



Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/IFTM



Prof.^a Dr.^a Maria Adélia da Costa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFET-MG



Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia/UFU



Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco Victo e Terezinha de Jesus Victo (*in memoriam*), ao meu esposo Hélio e aos meus filhos, Hellen e Hélio Filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus pelos ensinamentos e aos meus pais pelo incentivo a buscar mais conhecimentos, assim como sou grata à professora Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos, pelas orientações que apontaram caminhos para meu crescimento como pesquisadora, pela amizade, por sua franqueza, cordialidade, pontualidade, assim como pela credibilidade depositada em minha pessoa e no meu trabalho.

Igualmente, sou grata ao Professor Dr. Robson Luiz de França e ao professor Carlos Alberto Lucena, pelas orientações na qualificação, pela amizade e pelo incentivo na realização deste trabalho.

Agradeço à Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a todos os colegas pelo companheirismo e discussões, em especial aos professores de todas as disciplinas por mim cursadas ao longo do doutorado nesta instituição e a todos os servidores da FACED/UFU.

Agradeço ao meu esposo, aos meus filhos e a toda minha família por entenderem meus propósitos e pelo incentivo e carinho a mim dispensados, que foram essenciais para o alcance de meus objetivos.

Sou grata a toda a sociedade, pois meus estudos foram realizados em uma universidade pública gratuita.

Por fim, sou grata à Universidade Federal de Viçosa e ao diretor da Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro, pela concessão de afastamento das minhas atividades para cursar esse Doutorado, que foi fundamental para a realização deste curso.

“A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”.
Sêneca

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de melhor compreender as políticas elaboradas pelo Estado, que trazem, no seu bojo, o argumento de incentivo à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais. Em decorrência disso, o objetivo geral da pesquisa foi tanto investigar e analisar os processos de trabalho e de integração presentes em agroindústrias de alimentos da região Geográfica Intermediária de Uberlândia e sua relação tanto com a formação profissional nos campi do IFTM, quanto com as políticas de incentivos fiscais em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: discutir sobre as mudanças ocorridas no papel do Estado e sobre o Processo de Restruturação Produtiva a partir de 1990, mais especificamente as mudanças nas relações de trabalho, na educação e nas políticas públicas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais; descrever o aparato de incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal que o Estado concede ao setor produtivo, bem como os programas políticos e de incentivos complementares e medidas afirmativas às empresas que promovem programas de empregabilidade; apresentar o aparato educacional de formação do trabalhador montado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 2000 em atendimento à demanda do mercado/capital; indicar e analisar a representação que o Estado tem destas políticas, bem como sobre como ocorre o processo de monitoria e avaliação destas políticas e, ainda, refletir e discutir sobre como estas políticas são naturalizadas no seio da sociedade, criando um consenso de necessidade social dessas medidas. A hipótese inicial da pesquisa foi que: apesar das agroindústrias de alimentos serem um dos ramos mais interiorizados do setor industrial e da região ter sido privilegiada pela política de expansão da educação profissional e tecnológica, os trabalhadores da região Geográfica Intermediária de Uberlândia não conseguem se inserir de forma efetiva, ou seja, não são contratados para funções que requerem o grau de escolaridade compatível com sua formação no mercado de trabalho, porque o setor produtivo prefere contratar pessoas com formação superior às reais exigências das atividades, pelo mesmo valor de mercado, devido à grande oferta de trabalhadores altamente qualificados que estão desempregados. Como hipótese secundária temos que: é uma falácia o discurso político de Estado mínimo, gerencial, que defende que o Estado deve concentrar suas atribuições naqueles serviços mínimos necessários para o funcionamento regular da sociedade, tais como policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. e proceder a não-intervenção na economia direta, inclusive com o afastamento de atuar por meio de estatais permitindo, assim, a liberdade individual e a competição entre os agentes econômicos e, assim, ele permitirá pela sua ausência no mercado, a concorrência, e, por sua vez, gerará mais empregos. A pesquisa segue a perspectiva histórico-crítica. Os resultados e conclusões permitem confirmar as hipóteses levantadas e também permitem avaliarmos que a tese proposta é passível de defesa. Os estudos comprovam que as questões econômicas sobressaem as questões sociais, até mesmo as relacionadas com a inserção profissional. É fato que para o setor produtivo continuar operando, ele precisa de lucro, de acumular capital e, desta forma, a empregabilidade está mais relacionada a questões econômicas do que a questões relacionadas à formação profissional. Neste contexto, identificou-se uma reciprocidade nas relações do Estado com o setor produtivo. Acreditamos que avançamos em nosso modo de compreender o objeto de estudo e esperamos que a pesquisa possibilite o aprofundamento sobre a temática problematizada.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Consensos Construídos. Incentivos do Estado. Empregabilidade.

ABSTRACT

This research was carried out in order to better understand the policies elaborated by the State, which bring, in its core, the argument of incentive to employability and the reduction of social inequalities. As a result, the general objective of the research was both to investigate and analyze the work and integration processes present in food agro-industries in the Intermediate Geographical region of Uberlandia and their relationship with both professional training on IFTM campuses and tax incentives policies for employability and the reduction of social inequalities. The specific objectives of this research were: to discuss about the changes in the role of the State and the Process of Productive Restructuring since the 1990s, more specifically the changes in labor relations, education and public policies in favor of employability and reduction of social differences; describe the apparatus of tax incentives at the federal, state and municipal levels that the state grants to the productive sector, as well as the political and complementary incentive programs and affirmative measures for companies that promote employability programs; present the educational apparatus of training of the worker assembled by the Brazilian State from the 2000s in response to the market/capital demand; indicate and analyze the representation that the state has of these policies, as well as how the process of monitoring and evaluation of these policies occurs and also think and discuss about how these policies are naturalized within the society, creating a consensus on the social need of these measures. The initial hypothesis of the research was that, although food agro-industries are one of the most internalized branches of the industrial sector and the region has been privileged by the policy of expanding vocational and technological education, workers in the Intermediate Geographical region of Uberlandia aren't included in the labour market effectively, in other words, they are not hired for jobs that require the level of education compatible with their education, because the productive sector prefers to hire people with higher education than the actual demands of activities, for the same market value, due to the large supply of highly skilled workers who are unemployed. As a secondary hypothesis we have that: it is a fallacy the political discourse of the minimal, managerial state, which argues that the state should concentrate its attributions on those minimum services necessary for the regular functioning of society, such as policing, armed forces, executive, legislative and judiciary powers etc. and to proceed with nonintervention in the direct economy, including the withdrawal from acting through state-owned companies, thus allowing individual freedom and competition among economic agents, and thus will allow, through it's absence in the market, competition, and, in turn, will generate more jobs. The research follows the historical-critical perspective. The results and conclusions allow to confirm the hypotheses raised and also allow us to evaluate that the proposed thesis is defensible. Studies show that economic issues stand out from social issues, even those related to professional insertion. It is a fact that for the productive sector to continue operating, it needs profit, capital accumulation and, therefore, employability is more related to economic issues than to issues related to vocational training. In this context, a reciprocity in the state's relations with the productive sector was identified. We believe that we have advanced in our way of understanding the object of study and hope that the research will enable the deepening of the problematized subject.

Keywords: Work. Education. Built consensus. State Incentives. Employability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados estatísticos de Uberlândia, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Goiás	53
Quadro 2 - Evolução do percentual dos ocupados com 18 anos ou mais conforme rendimento médio	54
Quadro 3 - Comparativo da estrutura etária da população analisada conforme o Censo	55
Quadro 4 - Educação – evolução da população com 25 anos ou mais, na cidade de Uberlândia e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal	56
Quadro 5 - Evolução de pessoas vulneráveis à pobreza (trabalho x renda)	60
Quadro 6 - Evolução do emprego formal	62
Quadro 7 - Evolução dos Campi dos Institutos Federais.....	116
Quadro 8 - Cursos técnicos e integrados ao ensino médio e Campi/polos do IFTM	121
Quadro 9 - Cursos de Nível Superior e Pós-Graduação implantados no IFTM	122
Quadro 10 - Evolução do estoque de emprego formal em Uberlândia no período de 2010 a 2016	127
Quadro 11 - Distribuição do Estoque de Emprego por Faixa Salarial, no Brasil, Minas Gerais, TMAP e Uberlândia, 2010 e 2016.....	127
Quadro 12 - Grau de escolarização da população empregada	129
Quadro 13 - Uberlândia – Números de Empregados em 31/12 segundo Grau de Escolaridade e Grandes Setores IBGE nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais e Municípios com Campi do IFTM	119
Figura 2 - IFTM - Reitoria.....	183
Figura 3 - IFTM Campina Verde.....	183
Figura 4 - IFTM Campus Uberaba	184
Figura 5 - IFTM Uberaba – Parque Tecnológico	184
Figura 6 - IFTM Campus Ituiutaba.....	185
Figura 7 - IFTM Campus Paracatu.....	185
Figura 8 - IFTM Campus Patos de Minas	186
Figura 9 - IFTM Campus Patrocínio	186
Figura 10 - IFTM Campus Uberlândia.....	187
Figura 11 - IFTM Uberlândia Centro	187

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CAMPO	Companhia de Promoção Agrícola
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEPES	Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais
CEPET	Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação à Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
FIEG	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE	Instituto de Economia
IERI	Instituto de Economia e Relações Internacionais
IFTM	Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Triângulo Mineiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIFAEMG	Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
SERT/SP	Secretaria Estadual de Recursos do Trabalho do Estado de São Paulo
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

MEMORIAL – MOTIVAÇÃO PESSOAL.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E AS ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	31
2.1 Processo de reestruturação produtiva a partir de 1990	38
2.2 Transformações no papel do Estado.....	41
2.3 Relação trabalho e educação sob a influência do capital.....	45
2.4 Especificidades das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e de Uberaba	51
2.4.1 Especificidades da cidade de Uberlândia	52
2.4.2 Evolução de emprego formal no período de janeiro a dezembro de 2002 a 2015 (Jan/Fev).....	61
3 APARATO DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS AO SETOR PRODUTIVO EM PROL DA GERAÇÃO DE EMPREGOS	64
3.1 Contexto e historicidade dos benefícios concedidos pelo Estado	64
3.2 Funções econômicas do Estado: breve histórico	68
3.2.1 Lei 24/75 – A questão do ICMS e seus desdobramentos	71
3.2.2 Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 – A questão do REFIS e desdobramentos.....	79
3.2.3 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	84
3.3 Agroindústrias de alimentos no município de Uberlândia e os incentivos à geração de emprego	87
4 APARATO EDUCACIONAL PROMOVIDO PELO ESTADO EM PROL DA EMPREGABILIDADE	100
4.1 Contexto e historicidade das políticas de formação do trabalhador	102
4.1.1 Gênese do conceito de educação integrada na educação brasileira	105
4.1.2 Educação profissional a partir dos anos 2000 e suas perspectivas	109
4.2 Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica	
113	
4.2.1 IFTM e a relação de seus cursos com o setor agroindustrial da região de Uberlândia .	118
4.2.2 Relação educação e empregabilidade: nuanças da escolarização, remuneração e emprego formal em Uberlândia.....	125
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONSENSOS NO SEIO DA SOCIEDADE.....	133

5.1 Contribuição de Gramsci para a compreensão da construção de consensos	142
5.2 Contribuições de Gramsci para desmitificação da formação fragmentada que banaliza as relações sociais	145
5.3 Contribuições de Mészáros para compreensão do modo operante do Estado.....	149
CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS	167
ANEXOS	183

MEMORIAL – MOTIVAÇÃO PESSOAL

Os acontecimentos e desafios que marcaram a vida de meus pais, desde cedo, fizeram parte de minhas reflexões sobre as condições de vida da minha família. Assim, ainda na minha infância, identifiquei, na sociedade, problemas e contradições que, de certa forma, provocaram inquietudes em minha pessoa e influenciaram meu modo de ver o mundo.

O afeto, o carinho e a fé com que meus pais me criaram também influenciaram meu jeito de ser. Considero-me um ser social em formação, uma eterna aprendiz. Minha mãe, que sempre foi muito religiosa e afetiva, depositava em nós muita esperança que, de certa forma se transformou em nossos sonhos. Todavia, o sentimento de injustiça muitas vezes esteve presente em minha vida.

Lembro-me da última mudança de minha família da zona rural para a cidade. Naquele momento, desejei não morar em lugares alheios. Sentia-me injustiçada, pois via o trabalho braçal desenvolvido pelos meus pais e o apego que desenvolvíamos pelo lugar, e sem eu entender, em certos interstícios de tempo, tínhamos que mudar daqueles lugares.

Na cidade, a condição de vida de meus pais melhorou, e eles tiveram condições de criar seus filhos de forma digna. Sempre fui motivada pelo meu pai a estudar, talvez pelo pouco estudo que ele teve. Além disso, o ato de estudar para mim é prazeroso. Acredito que a educação influi para a vida inteira, mesmo antes de ter contato com os pensadores. Busco sempre despertar este gosto pelos estudos nos meus filhos, Hellen e Hélio Filho.

Concluí o curso superior em Ciências Contábeis na então Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba, em 1992. Depois realizei, na Universidade Federal de Lavras, a especialização em Gestão do Agronegócio com ênfase em Administração Rural, em 2011; graduei-me em Administração na modalidade Educação à Distância (EAD) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2014; fiz o curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, na Universidade Norte do Paraná, polo Ituiutaba-MG, em 2015; concluí o curso de Especialização em Gestão Pública, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), polo Frutal-MG, em 2015; e, finalmente, o Mestrado em Educação, na UFU, em 2016.

Sempre gostei de aproveitar e estar preparada para as oportunidades que poderiam aparecer em minha vida. Ter cursado o Mestrado em Educação na UFU despertou em mim o desejo de continuar meus estudos e aprofundar meus conhecimentos sobre questões inerentes à educação e ao trabalho. Almejo continuar estudando e tenho consciência de que o conhecimento nos liberta.

Gostaria de viver em um mundo melhor, sem desigualdades sociais e com mais contato com a natureza e com as pessoas. Reconheço as limitações postas na sociedade contemporânea e a palavra que me define é “enfrentamento”.

Iniciei minha vida profissional trabalhando como estagiária em um banco, sendo que estagiei por dezoito meses em Capinópolis. Trabalho desde 1992 na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Minha lotação é na Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro/UFV (CEPET/UFV), uma fazenda experimental situada no meio rural, voltada para experimentação, pesquisa e extensão agropecuária. De 2002 a 2016 exerci função de chefe administrativa desta Central e, neste momento, estou afastada para cursar o doutorado.

Minha história de vida pessoal e profissional despertou o interesse pelo objeto da tese. A Unidade em que trabalho foi criada na década de 1960, período de início de uso intensivo de mecanização na agricultura. Visando atrair a UFV para a região, 87 cidadãos doaram 100 ha para a instalação da CEPET/UFV. Ao longo desse período diversos projetos no campo da Extensão foram promovidos e também vários eventos com a participação de empresários, pesquisadores, estudantes, técnicos, produtores, trabalhadores rurais, dentre outros.

De 1992 até início dos anos 2000 participei da organização de diversos eventos: dias de campo, cursos rápidos, encontros técnicos, palestras e treinamentos de força de trabalho rural, difundindo a tecnologia gerada na UFV e na CEPET. Entretanto, a partir dos anos 2000, com a expansão universitária, contraditoriamente, esses eventos de extensão foram diminuindo gradativamente. Esse fenômeno me inquietava, pois nos documentos oficiais o discurso político dizia uma coisa e eu estava presenciando outra na minha realidade profissional.

Questionava eu, como que, no início da década de 1960, com piores condições relacionadas com infraestruturas como rodovias, meio de transporte e outras, a UFV conseguia chegar até os cidadãos da minha região e capacitá-los, treiná-los, realizar projetos de extensão que visavam melhorar a qualidade de vida de pequenos agricultores da região e das pessoas do campo em geral, além de qualificá-los para o mercado de trabalho.

A partir dos anos 2000, em um governo com perspectiva popular, com políticas educacionais que contemplam projetos de expansão da educação profissional e tecnológica, estava ocorrendo a diminuição destas atividades na nossa Unidade.

Os documentos que tratam sobre as políticas educacionais sempre me despertaram interesses, e nas leituras que eu fazia das legislações, dos programas de governo, eu percebia uma busca de construção de consenso sobre a necessidade dos programas e projetos que

estavam sendo implantados, mas na prática eu percebia outra realidade. De certa forma, minha falta de conhecimento sobre as teorias críticas não permitia eu compreender a realidade vivenciada, embora considerasse que existiam contradições.

Em decorrência desta vivência, despertou-se em minha pessoa o desejo de melhor compreender as nuances do aparato das medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital, tanto nas questões relacionadas ao aparato fiscal e de incentivos às empresas em prol de aumentar os postos de trabalho e redução das desigualdades sociais, quanto às relacionadas ao aparato educacional, visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes altamente qualificada. Além disso, desejava compreender os elementos que interagem na relação entre o Estado e o setor produtivo, em especial no tocante à formação de consenso sobre a necessidade social dessas medidas.

Ressalto que, apesar das mudanças que estavam em curso, as atividades de pesquisa e experimentação prevaleceram na Unidade em que trabalho e as atividades de extensão assumiram nova roupagem. Ao longo de minha pós-graduação na UFU, pude compreender que as questões que me inquietavam eram consequências das mudanças nas estruturas produtivas, que conseqüentemente demandavam mudanças na superestrutura.

Atualmente, na CEPET/UFV desenvolvem-se atividades de experimentação, pesquisa e extensão nas áreas de Fitotecnia, Zootecnia e Piscicultura, assim como há interação com outras instituições escolares, inclusive com escolas de ensino fundamental, integral ou regular, de Capinópolis e região, para atividades de recreação e atividades relacionadas ao meio ambiente, estágios, palestras, encontros e outros eventos. Ao longo de minha trajetória profissional, na UFV, sempre estive envolvida com essas atividades, além das atividades administrativas inerentes ao meu cargo e função.

Espero contribuir com a Instituição em que trabalho, colocando em prática meus conhecimentos e podendo, assim, retribuir e agradecer à UFV, à UFU e à sociedade por esta oportunidade de cursar o doutorado, custeado pela União. Almejo continuar desenvolvendo pesquisas no campo da educação e do trabalho e divulgar os resultados de meus estudos. Portanto, este doutorado, para mim, é um ponto de partida.

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas sociais contemporâneos é a crise do emprego e, portanto, a consequente redução dos postos de trabalho. Aponta-se como solução para a crise a qualificação do trabalhador para se tornar empregável. Neste sentido, dilemas relacionados ao trabalho e à educação são debatidos em fóruns, congressos, seminários e em diversos outros eventos científicos.

A partir de 1990 o Estado brasileiro assumiu nova configuração, transmutando-se em um Estado de caráter gerencialista e, paralelamente, o setor produtivo orientado por um pensamento neoliberal também passou por transformações, inaugurando um profundo processo de reestruturação produtiva. Dentre os grandes setores da economia que foram impactados por esta reestruturação, destaca-se o Setor Agroindustrial, considerado um segmento chave na geração de empregos e no desenvolvimento econômico nacional.

As regiões brasileiras, a partir de 2017 foram reclassificadas pelo IBGE, conforme relatório do IBGE (2017) e assumiram novas nomenclaturas. O novo quadro regional não está somente vinculado ao processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional, mas também está vinculado às transformações de natureza político-administrativa que vêm alterando a geografia do país.

Nas regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e Uberaba, que antes da alteração de nomenclatura, ocorrida no ano de 2017, compunham a região do Pontal do Triângulo Mineiro e Auto Paranaíba, o setor agroindustrial tem se destacado, em especial, devido ao fato de que, nesta região, encontra-se um potencial muito grande de fontes fornecedoras de matéria-prima e força de trabalho especializada, atrativo para este tipo de empreendimento.

Os dados obtidos em nossa pesquisa de mestrado (TANO, 2016), em que foi analisado apenas a então microrregião de Ituiutaba-MG, mostram que, em 2010, os três maiores setores de ocupação de pessoas com faixa etária de 18 anos ou mais eram respectivamente: Setor de Serviços, com 40,48%; Setor Agropecuário, com 25,76%; e Indústria de Transformação, com 11,23%. Estes percentuais representavam a média das cidades que compunham a microrregião estudada e foram obtidos analisando o portal Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013). Eles apontam que o setor da indústria de transformação, em que estão inseridas as agroindústrias de alimento, é um potencial gerador de emprego.

Na cidade de Uberlândia, a indústria de transformação também ocupava o terceiro lugar que mais empregava pessoas na faixa etária de 18 anos ou mais. Em 2010, empregava-se 10,23% das pessoas nesta faixa etária. Observamos também as novas dinâmicas que impulsionaram as ocupações rurais não agrícolas, dentre elas aprofundamos nossos estudos na questão da demanda por terras para uso não agrícola, por parte das agroindústrias. Percebemos que a tecnificação da agricultura foi influenciada pela formação de Complexos Agroindustriais que, devido às suas formas organizacionais, modos de produzir e de comercializar, também impuseram novos requisitos no processo de reestruturação produtiva.

O Estado, em atendimento ao mercado/capital, criou um aparato de políticas de incentivos às empresas, sendo que estas políticas variam conforme a região e, na atualidade, alguns destes incentivos, em especial os incentivos fiscais, são focos de disputas entre os estados. As unidades federativas que mais concedem incentivos fiscais justificam este fato com o discurso que estes incentivos são importantes, pois visam combater as desigualdades regionais no Brasil.

Entretanto, acreditamos ser importante compreender as múltiplas relações que se desenvolvem neste aparato de apoio ao setor produtivo, uma vez que, com a reestruturação produtiva, com a mundialização, são os grandes complexos industriais que dominam o setor produtivo mundialmente. Portanto, apreender e analisar estas múltiplas relações, a partir de algumas categorias como contradição, alienação e mediação, contribui para avançarmos em nossa interpretação da historicidade do objeto que nos propomos a estudar.

É emblemático que o Estado, especialmente a partir dos anos de 1990, mudou drasticamente seu papel de provedor de bens e serviços para normalizador e regularizador e que o processo de reestruturação produtiva proveniente dos avanços científicos, tecnológicos e organizacionais impôs diversos desafios à classe que vive do trabalho, em especial quanto à sua formação e qualificação para a inserção profissional e construção de uma identidade.

Em nossa pesquisa de Mestrado, em 2016, pesquisamos sobre a empregabilidade de jovens e adultos egressos do curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Ituiutaba. Identificamos que a expansão da educação profissional, a partir do ano de 2008, estimulou o acesso ao ensino superior por parte dos respondentes de nossa pesquisa. Detectamos, dentre os respondentes, um índice elevado de acesso ao ensino superior e ainda que 32,55% dos respondentes a nossa pesquisa, além de cursarem o ensino superior, ainda estavam trabalhando, porém em área não relacionada diretamente com a agroindústria.

Este fato nos intrigou, uma vez que, por um lado, não detectamos na pesquisa que os egressos estavam sendo inseridos no mercado de trabalho agroindustrial e, por outro lado, o Curso Técnico em Agroindústria apresenta o Projeto Pedagógico bem alinhado com o setor produtivo das indústrias de transformação, setor este que se destaca na região estudada como gerador de empregos. Inclusive a justificativa institucional e social presente no projeto pedagógico do curso é:

O IFTM Campus Ituiutaba propõe este projeto de curso Técnico de Nível Médio em Agroindústria por estar inserido em uma região que vem despontando, no cenário agroindustrial, ávido por profissionais com sólida formação humana, conhecimento técnico, tecnológico, de segurança de trabalho, de proteção ao meio ambiente e capacidade de mobilização destes conhecimentos, para trabalhar em equipe e atuar no mercado de forma crítica, ética e empreendedora. (MEC/IFTM, 2012, p. 11)

Diante do estudo do projeto pedagógico e do resultado da pesquisa, percebemos uma contradição. No documento citado afirma, “O cenário socioeconômico apresentado atualmente pelas indústrias regionais demonstra a necessidade de mão de obra especializada, que atenda o processo de expansão tecnológico dos diversos setores da economia” (MEC/IFTM, 2012, p. 10), porém, dentre os respondentes de nossa pesquisa não detectamos que os egressos estavam empregados no setor agroindustrial.

Desta forma, trazemos para nossa pesquisa de doutorado o desejo de melhor compreender o nosso objeto, ou seja, compreender as nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital, tanto nas questões relacionadas ao aparato fiscal e de incentivos às empresas em prol de aumentar os postos de trabalho e redução das desigualdades sociais, quanto às relacionadas ao aparato educacional, visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes, altamente qualificada. Almejamos também melhor compreender os elementos que interagem na relação entre o Estado e o setor produtivo, em especial, no tocante à formação de consenso sobre necessidade social destas medidas.

A justificativa desta pesquisa baseia-se no fato de que a análise e discussão sobre esta temática é importante dentro do universo acadêmico, pois contribui para avaliação e rearticulação: da educação; das políticas de formação do trabalhador; e das políticas de inserção profissional; além disso, também, contribuem para o posicionamento dos cidadãos sobre as ações do Estado em atendimento ao mercado/capital, dentre outras possibilidades.

Contribui também com a produção de conhecimento e com o debate sobre esta temática, bem como auxilia na análise de dados históricos da economia da região e contribui para a construção de um pensamento e politização sobre as transformações ocorridas no setor

produtivo a partir dos anos de 1990, assim como sobre as mudanças, a partir dos anos 2000, no campo da formação profissional e tecnológica.

Este trabalho possui também relevância social, no contexto dos estudos sobre o aparato de ações do Estado em atendimento ao mercado/capital, bem como sobre o consenso da necessidade social dessas empresas e no contexto dos estudos sobre a formação do trabalhador, uma vez que permite saber como está se comportando o mercado de trabalho regional e nacional no tocante à geração de empregos, em especial do emprego formal e crescimento do emprego informal, assim como saber se há alinhamento dos cursos ofertados pelas instituições de ensino técnico profissional com os conhecimentos e habilidades exigidos pelo mercado de trabalho da região, dentre outras relevâncias inclusive culturais.

Isto em virtude de que, na sociedade brasileira, este dilema poder ser considerado também uma questão cultural, pois há intrínseca na visão de mundo dos brasileiros a ideologia que somente serão bem-sucedidos aqueles que conseguirem cursar o ensino superior, muitas vezes por questões de status, mesmo existindo profissionais técnicos em alguns casos até melhor remunerados que o profissional com curso superior e/ou pelo fato de que mesmo com curso superior o cidadão se submete a empregos técnicos por falta de oportunidades e/ou, ainda, pelo fato do setor produtivo e até mesmo o setor público preferir contratar profissionais com qualificação superior às reais exigências para os cargos.

Assim, a pesquisa permite também visualizar as tendências e os desafios postos aos cidadãos e às políticas públicas nacionais, que sofrem fortes influências de Instituições e empresas além de nossas fronteiras. Tal afirmação considera que os fenômenos internacionalização e mundialização levam a conflitos de interesses e lançam desafios que gritam por mudanças.

Na atualidade, a questão do desemprego está cada vez mais aparecendo na mídia de forma muito enfática por questões econômicas ou políticas. Acerca da temática, em 1999, se colocava um grande desafio aos governantes, “estabelecer aliança política entre o novo e precário mundo do trabalho e os desempregados” (ALVES, 1999, p. 166). Percebe-se, portanto, parte do viés histórico destas questões sintetizadas e que serão discutidas ao longo da tese.

Esclarecemos que, inicialmente, visando reordenação de nosso projeto e melhor problematização de nossa pesquisa, realizamos, a pedido da orientadora, uma pesquisa de similares, passo importante para verificarmos o que havia sido publicado sobre nosso objeto de estudo. Nessa consulta identificamos que nosso trabalho está situado no bojo das pesquisas que tratam sobre as categorias: trabalho, educação, formação profissional e empregabilidade.

Essas categorias são importantes para entendermos muitos dos problemas contemporâneos, principalmente o desemprego.

Dentre os autores que discutem essas categorias, destacamos Harvey (2012); Frigotto (2011); Fagiani e Previtali (2014); França e Scocuglia (2011); Kuenzer (2005); Antunes (2009); Souza (2006); e Pochmann (2006). Percebe-se, nos estudos desses autores, que para discutir sobre a inserção profissional e elevação do nível de emprego não basta discutir sobre a função estabilizadora da política orçamentária, faz-se necessária a reflexão crítica do contexto e elementos que nele interagem.

Outros autores mostram que, na construção do saber, na área de Ciências Humanas, o problema ou eventuais soluções que possam aparecer são apenas “a ponta do iceberg”. Dentre esses autores, destacam-se Lavelle e Dionne (1999, p. 13), que tratam “das operações mentais e práticas próprias para facilitar pela pesquisa a construção de um saber original ou novo”. Desta forma, as considerações desses autores também são primorosas para a problematização e desenvolvimento da pesquisa.

No decorrer da pesquisa, os levantamentos permitem corroborar com estes autores, além de conscientizar da necessidade de iluminar as origens do problema da pesquisa, bem como as interrogações que concernem a ele, assim nos propomos a realizar esta pesquisa exploratória e descritiva, em que a problemática está relacionada com algumas de nossas inquietações.

Neste sentido, considerando que, dentre as medidas de apoio ao setor produtivo, destaca-se a expansão da rede de educação profissional e tecnológica e, ainda, considerando que esta política é uma das maiores políticas brasileiras que visam a empregabilidade, a pesquisa busca responder ao questionamento de: como ocorre, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados?

Almejamos também compreender como ocorre a relação entre o setor produtivo agroindustrial, a escolarização, a formação profissional e a empregabilidade no município de Uberlândia. Também visamos aferir quais formas de relações e configurações do trabalho prevalecem nos contratos de trabalho em Uberlândia, mais especificamente no setor das agroindústrias de alimento.

Igualmente, almejamos melhor compreender as políticas elaboradas pelo Estado, que trazem no seu bojo o argumento de incentivo à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais. Desta forma, buscamos também saber: o setor agroindustrial, mais especificamente as agroindústrias de alimentos da cidade de Uberlândia, foi privilegiado por quais incentivos fiscais e/ou programas políticos de incentivos à geração de empregos e à

empregabilidade? Como o Estado e a sociedade monitoram e avaliam a reversão desse aparato de incentivos para o setor produtivo, em empregos efetivos?

Partimos da seguinte hipótese: apesar das agroindústrias de alimentos serem um dos ramos mais interiorizados do setor industrial e de a região ter sido privilegiada pela política de expansão da educação profissional e tecnológica, os trabalhadores da região Geográfica Intermediária de Uberlândia não conseguem se inserir, de forma efetiva, no mercado de trabalho, porque o setor produtivo prefere contratar pessoas com formação superior às reais exigências das atividades, pelo mesmo valor de mercado, devido à grande oferta de trabalhadores altamente qualificados, que estão desempregados.

Ressalta-se que a inserção de forma efetiva no mercado de trabalho, considerada na pesquisa, é aquela em que há um contrato formal, em que o trabalhador exerce funções que requerem o grau de escolaridade compatível com a sua formação.

Como hipótese secundária temos que: é uma falácia o discurso político de Estado mínimo, gerencial, que defende que o Estado deve concentrar suas atribuições naqueles serviços mínimos necessários para o funcionamento regular da sociedade, tais como policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. e proceder a não-intervenção na economia direta, inclusive com o afastamento de atuar por meio de estatais permitindo, assim, a liberdade individual e a competição entre os agentes econômicos e, assim, ele permitirá, pela sua ausência no mercado, a concorrência e por sua vez, gerará mais empregos.

Entendemos essa perspectiva como uma falácia, pois, na prática, o Estado protege o sistema do capital, ou seja, ele funciona para salvar o capital de forma piramidal: primeiro ele salva o grande capital, depois o médio, seguido do pequeno e, por último, ele pensa no trabalhador. Acreditamos que o que temos é um discurso ideológico do Estado que se diz transparente e o setor privado se apropriando do público.

Os estudos de Marx (2005) criticam a filosofia do direito de Hegel e elucidam como esse posicionamento do Estado é histórico. Marx, ao criticar a obra de Hegel, explica que não é o Estado a base da sociedade civil, mas a sociedade civil que é a base do Estado. Nesses estudos, Marx aponta contradições ao analisar o fundamento da Teoria de Hegel. Dentre as contradições apontadas pelo autor destaca-se as em relação aos interesses: “Aqui, tem lugar o contrário, eles são comissionados como representantes dos assuntos universais, mas eles representam assuntos realmente particulares” (MARX, 2005, p. 137).

Reflexões sobre as considerações do autor citado nos permitem perceber como são contemporâneas suas reflexões, uma vez que reafirma que o Estado não está acima das

relações sociais de produção, e desta forma, o Estado Mínimo, defendido nos discursos políticos, a partir dos anos de 1990, é desvelado como “não neutro”.

Defendemos a tese que a questão da empregabilidade na agroindústria de alimentos na região Geográfica Intermediária de Uberlândia está relacionada mais precisamente com questões econômicas do setor produtivo do que com questões relacionadas à formação profissional, conforme se anuncia nos programas políticos e de incentivo complementares as empresas que promovem programas de empregabilidade, uma vez que a questão da empregabilidade é de menor importância no contexto da reestruturação produtiva e, por sua vez, o aumento da produtividade, o lucro e a acumulação de capital é a meta primária.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e analisar os processos de trabalho e de integração presentes em agroindústrias de alimentos da região Geográfica Intermediária de Uberlândia e sua relação, tanto com a formação profissional nos campi do IFTM, quanto com as políticas de incentivos fiscais em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais. Reside, neste ponto, tanto a relevância social quanto o ineditismo do trabalho, uma vez que poderá subsidiar futuras contribuições para o emprego e para os cursos ofertados pelo IFTM, e também contribui para reflexões acerca da efetividade das políticas governamentais correlatas aos temas.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Discutir sobre as mudanças ocorridas no papel do Estado e sobre o Processo de Reestruturação Produtiva a partir de 1990, mais especificamente as mudanças nas relações de trabalho, na educação e nas políticas públicas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais.
- Descrever o aparato de incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal que o Estado concede ao setor produtivo, bem como os programas políticos e de incentivos complementares e medidas afirmativas às empresas que promovem programas de empregabilidade;
- Apresentar o aparato educacional de formação do trabalhador montado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 2000 em atendimento a demanda do mercado/capital;
- Indicar e analisar a relação/representação que o Estado tem das políticas de apoio ao setor produtivo, bem como sobre como ocorre o processo de monitoria e avaliação destas políticas e, ainda, refletir e discutir sobre como que estas políticas são naturalizadas no seio da sociedade, criando um consenso de necessidade social dessas medidas.

Quanto à metodologia e etapas procedimentais do trabalho, cabe destacar que a pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, classificada como exploratória e descritiva, seguindo a perspectiva histórico-crítica. Desta maneira, para discutir sobre as mudanças ocorridas no papel do Estado e sobre o Processo de Restruturação Produtiva, a partir de 1990, mais especificamente, as mudanças nas relações de trabalho, na educação e nas políticas públicas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir, inicialmente, de autores como Hobsbawm (2015); Harvey (2012); Newman e Clarke (2012); Frigotto (2011); Fagiani e Previtalli (2014); França e Scocuglia (2011); Kuenzer (2005); Antunes (2009); dentre outros.

Para discutir o aparato de incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal que o Estado concede ao setor produtivo, bem como os programas políticos e de incentivos complementares e medidas afirmativas às empresas que promovem programas de empregabilidade, além de discutir o aparato educacional de formação do trabalhador, montado pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 2000, em atendimento à demanda do mercado/capital, a revisão bibliográfica parte de autores como Previtalli e Fagiani (2017); Saviani (2017); Sanfelice (2017); Nascimento (2008); Paes (2014); Cleps Junior (1998); Castelo (2016), dentre outros.

Por fim, foram também consultadas fontes documentais acerca das políticas educacionais brasileiras, em especial a legislação, mas também: relatórios oficiais do Ministério da Educação e Cultura; documentos do Ministério do Trabalho e Emprego; relatórios do setor produtivo divulgados em seus sites; e relatórios dos institutos de pesquisas.

No caso das medidas afirmativas às empresas e dos programas políticos e de incentivo complementares, que promovem programas de empregabilidade, buscaremos levantar, analisar e discutir como eles ocorrem. Essas medidas e programas são efetivados? São monitorados e avaliados? Ou são capturados pelo setor produtivo como forma de acumulação de capital?

Por fim, para discutir e analisar a relação/representação que o Estado tem das políticas de apoio ao setor produtivo, bem como sobre como ocorre o processo de monitoria e avaliação destas políticas e ainda refletir e discutir sobre como estas políticas são naturalizadas no seio da sociedade, criando um consenso de necessidade social dessas medidas, estudamos documentos oficiais e relatórios sobre as políticas públicas, em especial sobre seus ciclos, e também utilizamos da pesquisa bibliográfica, uma vez que este tipo de pesquisa nos permite procurar, identificar, analisar, interpretar e avaliar as contribuições existentes sobre o objeto de estudo.

Para discutir e analisar o processo de construção de consenso, desvelando as nuances desse fenômeno, utilizamos das contribuições de Mészáros (2009, 2011a e 2011b) e das contribuições de estudiosos da Teoria Gramsciana, em virtude de seus estudos sobre hegemonia, estrutura social e formas de consciência.

Desenvolvemos uma pesquisa na perspectiva do materialismo histórico-crítico, tendo em vista que, conforme anunciam Ciavatta e Reis (2010, p. 8), “historicidade da relação entre trabalho e educação supõe o foco nas relações, tensões, conflitos entre as mudanças conjunturais em certo tempo e espaço onde os fenômenos ocorrem e a materialidade estrutural da sociedade como um todo”.

Acreditamos, assim, que poderemos levantar dados, tanto de questões estruturais quanto conjunturais, relacionadas com os objetos desta pesquisa, sob diversos ângulos, inclusive culturais, a fim de não somente aumentar os saberes disponíveis, mas também de poder contribuir com reflexões sobre estas questões que aparecem como naturalizadas na sociedade e, desta forma, compreender e proporcionar a compreensão dos problemas postos no meio social.

Saviani (2008) mostra o envolvimento entre super e infraestrutura, considerando as questões culturais, e apresenta uma proposta de ação que busca captar dialeticamente o movimento da realidade, considerando que o determinado também age sobre o determinante. Ressalta-se que buscamos também romper com valores, crenças e preconceitos deturpados que nos acompanha ao longo da vida, a fim de solidificar nosso espírito investigador.

Esta tese iniciou-se com a elaboração do projeto de pesquisa, seguida dos ajustes na problematização, visando melhor apresentar nosso objeto de estudo. Em decorrência disto, exigiu-se um planejamento da pesquisa, com o objetivo de verificarmos se nossa problemática poderia ser reduzida às duas hipóteses que traçamos, mencionadas, pois a partir destas hipóteses, dos estudos realizados, das teorias que fundamentam nosso trabalho, teríamos um embasamento teórico e de fatos, que nos permitiriam inferir se a tese que inicialmente defendemos, mencionada anteriormente, tem sustentação ou não.

Pelos objetivos que almejamos alcançar com esta pesquisa, consideramos que igualmente importante, neste primeiro momento de nossa pesquisa, foi identificarmos os determinantes particulares e recorrentes da nossa problematização, apresentada anteriormente. A decisão de realizar uma pesquisa bibliográfica e documental consideramos apropriada, pois as teorias, os livros, artigos, trabalhos acadêmicos e outros materiais inerentes às pesquisas bibliográficas nos auxiliam a analisar, interpretar e julgar o que está posto sobre nosso objeto de estudo.

Neste sentido, foram estudados os documentos: Nota técnica: Custo e tempo de desenvolvimento e execução fiscal; Dados do CAGED sobre o perfil do município; Relatórios do Dieese (2014; 2017); Relatório Anual BRF – 2016; Algar Agro Relatório de Sustentabilidade – 2016; Cargill – Relatório Anual – 2016; Publicações eletrônicas dos jornais Correio de Uberlândia (2016; 2016a), Uberlândia Hoje (2017) e O Jornal de Uberlândia (2018); Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013); Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015, MEC (2014); Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016); Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas Brasil 2013; Plano de Desenvolvimento da Educação, elaborado pelo MEC/INEP (2008); Portfólio do IFTM (2016); relatórios: A situação do Emprego Formal em Uberlândia no período 2010 – 2016 (2018); Análise do Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos – na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2017); Número de Empregados em 31/12 segundo Grau de Escolaridade e Grandes Setores IBGE – 1994 a 2016 (2019); e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do IFTM, Campus Ituiutaba elaborado pelo MEC/IFTM (2012).

Além dos documentos citados, foram estudadas diversas legislações que tratam sobre a temática. Consideramos esses documentos relacionados fundamentais, pois complementam as informações obtidas com a pesquisa bibliográfica, contribuem para a confirmação ou não de nossas hipóteses e respondem nossa problematização.

Desta forma, para discorrer acerca da escolha metodológica cabem as considerações de Caio Prado Jr. (2001), ao explicar como ocorre esse movimento das relações na dialética materialista. Segundo este autor, é necessário:

Indagar dos elementos que as constituem e estruturam, mas não elementos autônomos e só exteriormente ligados, simplesmente justaposto uns aos outros; e sim entrosados, fundidos em conjunto, e congregados assim numa totalidade que transcende a soma deles e sua individualidade própria. Doutro lado, em sentido contrário, os conjuntos assim integrados e totalizados se farão elementos de conjuntos mais amplos, articulando-se e engrenando uns com outros, e integrando com isto os sistemas de relações que respectivamente constituem, em sistemas mais amplos e complexos. (PRADO JR., 2001, p. 23)

As contribuições do autor são fundamentais para compreendermos esse movimento, pois, evidencia como avançarmos rumo a totalidade, na pesquisa sem perder de vista as especificidades do objeto e sua relação com a reestruturação produtiva e as transformações provenientes desse processo.

Oliveira e Palafox, ao tratarem sobre as limitações e potencialidades das perspectivas epistemológicas no campo das pesquisas em educação, chamam atenção para a seguinte questão, que consideramos importante para a escolha do método que colocará luz no desenvolvimento da pesquisa:

[...] as políticas públicas não se constituem repentinamente por meio das subjetividades das pessoas, mas são resultado de todo um movimento econômico, social, cultural e histórico. Do mesmo modo, as representações dos envolvidos na pesquisa, seja por meio de entrevistas, aplicação de questionários, etc., não se construíram isolados desses movimentos, ao contrário, para entender os pontos de vista desses sujeitos é preciso entender de onde eles “falam” e que elementos contribuem para a formação de seu pensamento. (OLIVEIRA; PALAFOX, 2014, p. 438)

As considerações destes autores nos permitem inferir que em pesquisas em que os objetos de estudo são as políticas educacionais, as subjetividades dos agentes formuladores influenciam diretamente nas intencionalidades das políticas. Em decorrência disto, é importante analisá-las de modo crítico reflexivo e dialético, uma vez que, desta forma, as contradições presentes na realidade observada poderão ser melhores evidenciadas.

Esta tese está estruturada neste capítulo da introdução e em mais quatro capítulos, cada um tratando de um objetivo específico, e por fim apresenta as conclusões da pesquisa. No segundo capítulo discutimos sobre as mudanças ocorridas no papel do Estado e o Processo de Reestruturação Produtiva a partir de 1990, mais especificamente as mudanças nas relações de trabalho, na educação e nas políticas públicas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais. Neste sentido, almejamos compreender como ocorre, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados.

Neste capítulo foram observadas também algumas ações do Estado para atender ao mercado/capital, bem como o que está se configurando na atualidade nas relações de trabalho, em especial, pelo fato que é uma realidade no Brasil a legalização da terceirização e o trabalho intermitente, vinculado a aplicativos.

Buscamos correlacionar as mudanças no trabalho e na educação com as ações do Estado, uma vez que é histórico que a educação posta para nós os reflexos de influências e intervenções além de nossas fronteiras e que acompanham as mudanças do setor produtivo. Esta discussão é importante na atualidade, uma vez que as relações de trabalho assumem novas configurações via mudanças na legislação trabalhista e também provenientes dos avanços tecnológicos.

No terceiro capítulo discutimos o aparato de incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal que o Estado concede ao setor produtivo, bem como as medidas afirmativas às empresas e os programas políticos e de incentivos complementares às empresas que promovem programas de geração de empregos e empregabilidade.

Almejamos também elencar estes incentivos, apresentar a historicidade destes incentivos fiscais do Estado em apoio ao setor produtivo e como eles se configuram no território brasileiro. Buscamos desvelar algumas contradições e mediações existentes inerentes a esta temática.

Em virtude disso, focamos a questão do Programa de Refinanciamento de Dívidas, principalmente o Programa de Recuperação Fiscal/REFIS (BRASIL, 2009). Problematizamos e buscamos responder se o REFIS é realmente uma necessidade do setor produtivo devido à crise econômica ou se está sendo utilizado pelas empresas como estratégia para acumulação de capital. Neste caso, a proposta foi exatamente discutir como fica a questão das empresas que quitaram suas dívidas em tempo hábil.

Outra questão importante que problematizamos são as novas políticas de apoio ao setor produtivo. Por conta disto, discutimos também as medidas afirmativas às pequenas e médias empresas que, via legislação específica, dão prioridade a estas empresas de participarem de licitações públicas, via discurso político que desta forma haverá maior número de empresas, portanto, mais empregos. Posteriormente, discutimos a relação entre os incentivos fiscais e o setor produtivo agroindustrial, mais especificamente as agroindústrias de alimentos, a partir dos anos 2000, na região Geográfica Intermediária de Uberlândia, mais especificamente na cidade de Uberlândia.

No quarto capítulo discutimos o aparato educacional de formação do trabalhador montado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 2000 em atendimento à demanda do mercado/capital. Neste capítulo, o foco recaiu em identificar e analisar as políticas de formação do trabalhador das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e Uberaba via a instituição do IFTM, com cursos, na sua grande maioria, capazes de fornecer força de trabalho altamente qualificada, além da educação integrada.

Também discutimos sobre a gênese da educação integrada nos Institutos Federais, uma vez que a literatura tem mostrado uma proposta de educação integrada que se apresenta inicialmente como um elemento de disputa em prol de uma educação para além do capital, entretanto os fatos nos mostraram que esta concepção acaba não se prolongando por muito tempo. Por fim, identificamos nos documentos e informações relacionados aos cursos do

IFTM a sua relação com a indústria de transformação e com o setor produtivo agroindustrial, mais especificamente com a agroindústria de alimentos da cidade de Uberlândia.

No quinto capítulo discutimos e analisamos a relação/representação que o Estado tem das políticas de apoio ao setor produtivo e como elas são naturalizadas no seio da sociedade, criando um consenso de necessidade social dessas medidas. Interessamo-nos em entender como se cria um convencimento, que chega até a revalidar as normas, leis e legislações, criando o consenso de que medidas do Estado devem ser aceitas por todos, e como são naturalizadas.

Almejamos também neste objetivo compreender como o Estado acompanha a reversão dos incentivos fiscais e dos investimentos educacionais em geração de emprego, discutindo como são monitoradas e avaliadas essas políticas.

Neste sentido, problematizamos a categoria “controle”, tão enfatizada pelo capital visando extrair mais valia e, conseqüentemente, acumulação de capital, mas que, por outro lado, quando se trata de beneficiar e/ou fiscalizar os direitos do trabalhador e/ou das empresas menores, menos favorecidas no mercado competitivo, não percebemos grandes debates e nem mesmo a presença do Estado regulador preocupado com estas categorias.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E AS ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Destacamos, dentre o objeto de estudo desta pesquisa, o desejo de melhor compreender os elementos que interagem na relação entre o Estado e o setor produtivo, em especial as nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital. Desta forma, neste capítulo, buscaremos discutir o processo de reestruturação produtiva e as transformações no papel do Estado e as alterações nas relações entre trabalho e educação.

Estas transformações foram fortemente influenciadas pelo pensamento neoliberal a partir dos anos de 1990, e por intervenções do sistema capitalista que ultrapassam as fronteiras de cada país. Esta discussão é importante para revelar as particularidades de nosso objeto oriundas dessa generalidade, uma vez que, com a sociedade em transformação, vários contextos vão sendo construídos.

Dentre os objetivos específicos de nossa pesquisa, mencionados na introdução deste trabalho, discutimos sobre as mudanças ocorridas no papel do Estado e sobre o Processo de Reestruturação Produtiva a partir de 1990, mais especificamente as mudanças nas relações de trabalho, na educação e nas políticas públicas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais.

A partir de 1990, o papel do Estado passou por grandes transformações e as relações de trabalho assumiram novas configurações via mudanças na legislação trabalhista e também provenientes dos avanços tecnológicos e organizacionais. Neste contexto, o discurso neoliberal passou a pregar a falácia que, se o Estado deixasse de produzir bens e de prestar serviços, ele iria fazer com que houvesse mais concorrência, além de aumentar o número de empresas, o que, conseqüentemente, geraria mais empregos.

Entretanto, o que se configura na relação trabalho e educação nos anos 2000 é diferente, uma vez que, no contexto do final do século XX e início do século XXI, percebemos que, com o fenômeno mundialização, há uma apropriação do público pelo privado e o Estado assume um caráter gerencialista. Estas transformações no papel do Estado ocorrem ao mesmo tempo em que o setor produtivo enfrenta profundo processo de reestruturação produtiva, em que sua principal característica é o desemprego (HOBBSAWM, 2015; HARVEY, 2012).

Este viés gerencialista, segundo Newman e Clarke (2012), marcou tendências que afetaram a prestação de serviços públicos, inclusive a educação nas décadas de 1980 e 1990

no Reino Unido. Estes autores afirmam que a reconstrução do Estado envolveu tanto o “gerencialismo” como a gerencialização.

Os autores explicam estes dois conceitos:

O gerencialismo é uma ideologia que legitimava direitos ao poder, especialmente ao direito de gerir, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais. [...] Em segundo lugar, o gerencialismo é uma estrutura calculista que organiza o conhecimento sobre as metas organizacionais e os meios para alcançá-las. [...] também é uma série de discursos superpostos que articulam proposições – até mesmo conflitantes – a respeito de como gerir e do quê deve ser gerido. [...] A gerencialização é um processo de estabelecimento de autoridade gerencial sobre recursos corporativos (materiais, humanos ou simbólicos) e tomada de decisão corporativa. Em segundo lugar, a gerencialização é um processo de estabelecimento de estruturas calculistas de gerencialismo. Estas definem os termos e as condições da tomada de decisão. O objetivo da gerencialização é incorporar estas estruturas como as formas de conhecimento que governam padrões de relacionamentos internos e externos. Finalmente, a gerencialização é um processo de criação de formas de “gerir” e tipos de gestores. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 359)

Reflexões sobre essa tendência do Estado assumir tal viés gerencialista permitem perceber que este fenômeno ocorreu também no Brasil. Materializou-se, inclusive, nas instituições de ensino, em especial nas universidades, pois diversos departamentos que antes eram intitulados “Recursos Humanos” passaram a se chamar “Gestão de Pessoas” e passaram a trabalhar seguindo a lógica da teoria das competências.

Consideramos que reflexões sobre estes conceitos são importantes para a compreensão do movimento que houve no mundo do trabalho e da educação, bem como nas políticas públicas em prol da empregabilidade, principalmente a política de formação do trabalhador, uma vez que, a partir da ascensão destas tendências no mundo, o que se percebe é que, nesta lógica, à medida que novas relações de trabalho são criadas, criam-se também novas formas de alienação e precarização das condições de trabalho.

Há, neste contexto, um intenso processo de desterritorialização e reterritorialização presente nas novas relações de trabalho, anunciado por Harvey (2012). Segundo esse autor, na discussão sobre desterritorialização e reterritorialização há, claramente, um determinante estrutural para o dilema de se sair do território que se conhece, de ser expulso de seu território ou de retornar a este território, que é o movimento do capital. Reflexões sobre as considerações desse autor nos permitem perceber os reflexos da competitividade empresarial, em que a todo momento empresas deixam de operar, muitas vezes devido ao deslocamento de grandes empresas que, praticamente, passam a dominar o mercado da região.

Outros autores também discutem a questão do movimento do capital: destacamos as contribuições de Frigotto (2011) ao tratar sobre a noção de empregabilidade, bem como sobre as contradições que envolvem as políticas públicas educacionais no Brasil, especificamente quando trata sobre como o setor produtivo molda os sistemas educacionais de acordo com seus interesses. Este autor afirma que:

[...] por pensarem as disfunções produzidas pelas relações sociais desiguais, mas não o que produz a desigualdade, as receitas dos intelectuais burgueses de tempos em tempos evidenciam sua fraqueza e fracasso. Daí a busca de novas receitas, ainda que cada vez com sabor mais amargo ou ampliando o veneno da desigualdade. (FRIGOTTO, 2011, p. 23)

Percebemos, nas palavras do autor, ao analisar o receituário educacional do capitalismo tardio, ou seja, ao debater sobre a fase atual do sistema capitalista, marcado pela globalização, mundialização e internalização do capital, que o capital busca por novas receitas, ocorrendo assim a construção de novos territórios e a captura das possibilidades criadas pela classe trabalhadora ou suas resistências.

Trazendo para as especificidades de nosso objeto, no tocante ao aparato educacional de formação do trabalhador montado pelo Estado, a partir dos anos 2000 a teoria destes autores possibilita inferirmos que a perspectiva de formação integral de formar o cidadão para a vida, para se tornar empregável ou reempregável, na perspectiva de autores como Mézáros (2008) e Frigotto (2011), ou na perspectiva do discurso político presente nos documentos que fundamentavam a gênese da educação profissional integrada ao ensino médio, é capturada facilmente pelos interesses do capitalismo e se desfaz nos primeiros momentos de crise, a exemplo da crise política e econômica enfrentada em 2016.

Reflexões sobre as teorias apresentadas permitem inferir também que, para muitos jovens, a política de expansão da educação profissional e tecnológica, via a interiorização dos campi e aumento de vagas, bem como a efetivação da integralização do ensino médio ao ensino técnico profissional pela União, significa ou significou uma possibilidade de acesso ao ensino superior para muitos alunos da rede pública de ensino. Isto por que, para muitos jovens, ingressar no ensino superior após concluírem o ensino médio em escola regular pública, nos moldes ofertados anteriores, a política de expansão da educação profissional e tecnológica, era ou é muito difícil.

Kuenzer (2005) discute sobre a educação e alerta para a questão da “inclusão excludente”, em que é possível uma inclusão no acesso ao ensino superior, mas que pode não se efetivar em uma inclusão ao mercado de trabalho. Reflexões sobre as considerações da

autora são importantes por permitir posicionamentos sobre a problemática levantada anteriormente. Tais reflexões permitem inferir também que, para o capital, este acesso ao ensino superior, por parte de egressos dos Institutos Federais, pode significar apenas mais um trabalhador altamente qualificado executando muitas atividades que não exigem requisitos de escolarização em nível superior.

Cabe considerar, também, que a perspectiva de formação integral de autores como Ramos, Frigotto e Ciavatta (2005) presente no Documento Base (MEC, 2007) e que poderia proporcionar “uma formação que desenvolva no educando as bases científicas de todos os campos do conhecimento e desenvolva no educando a autonomia e a capacidade de análise da sociedade em que vive e luta por seus direitos coletivamente” (FRIGOTTO, 2011, p. 32) não se efetiva, uma vez que políticas educacionais têm sua centralidade nos padrões estipulados por organismos internacionais, ou seja, é capturada por uma concepção de educação mercantil, fragmentária e pragmática, em que se prezam as categorias qualidade, competência, empregabilidade e competitividade.

Novamente prevalece a escola reprodutora, uma vez que, no plano de organização macro, o capitalismo, segundo os estudos apresentados, captura tudo que ocorre no seu território e determina a produção de novos territórios, ou seja, a propensão de um tipo de pedagogia que atende os interesses do setor produtivo.

Entretanto, houve um movimento da Educação Profissional e Tecnológica de oposição a esses preceitos. Por exemplo, os alunos que cursaram o ensino técnico integrado ao ensino médio, conforme Tano (2016), perceberam no curso integrado ao ensino técnico profissional, ofertado pelo Instituto Federal, em que cursaram o ensino médio, a possibilidade de acesso ao ensino superior. Isto demonstra uma forma de resistência ao que é imposto pelas estruturas produtivas, uma vez que muitos destes alunos estavam em cursos superiores que não tinham relação direta com o curso técnico cursado.

Outro exemplo de resistência aos receituários capitalista é citado por Frigotto ao analisar as políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo:

No plano das contradições, os recentes dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram, por ironia, que das escolas que tiveram melhor desempenho dois aspectos se destacam: escolas onde os professores tinham ou estavam cursando ensino superior e onde os professores estavam coletivamente empenhados no processo pedagógico. A resistência tem-se evidenciado, ao longo dos anos, sobretudo, nos estados e municípios onde o receituário da escola mercantil tem avançado mais. (FRIGOTTO, 2011, p. 32)

Percebe-se, nas considerações do autor supracitado, que o processo de qualificação docente e o empenho coletivo no processo pedagógico agem como forma de resistência e produz resultados em nível de desenvolvimento da educação básica favorável, mesmo em locais em que a mercantilização da educação é acirrada.

Todavia, Harvey (2012), ao analisar as crises do capital, afirma que há o desmonte dos movimentos de resistências, ocasionado por mudanças nas estruturas produtivas. Reflexões sobre estas questões nos levam a pensar sobre a reestruturação produtiva e as mudanças nas pedagogias, afetando a relação trabalho e educação, bem como na crise de representatividade ocasionada pelas mudanças na relação de trabalho via flexibilização e até mesmo na autonomia do Estado Nacional, uma vez que suas políticas públicas visando à empregabilidade e redução das desigualdades sociais seguem regras estabelecidas por organismos internacionais, conforme afirma Frigotto (2011).

Inclusive a influência de organismos internacionais aparece como sendo o segundo mecanismo apresentado por Frigotto (2011), que se articula no processo de mercantilização do conhecimento e das relações pedagógicas no âmbito da educação básica pública. Segundo esse autor, o Brasil tem vários representantes formados nestes organismos e que se constituíram em âncoras e ideólogos das reformas educativas nos anos de 1990.

Dentre esses se destaca Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação por oito anos no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Ainda nas palavras do autor: “O Estado de São Paulo, o mais rico e importante da Federação, há oito anos tendo como Secretárias de Educação intelectuais orgânicos ligados aos organismos internacionais que protagonizaram as reformas educativas, lidera esta escalada” (FRIGOTTO, 2011, p. 31).

Ainda sobre as influências internacionais nas políticas públicas nacionais, Howlett, Ramesh e Perl (2013) enfatizam as influências de empresas transnacionais que, no contexto da reestruturação produtiva, assim como os organismos internacionais, impactam nas decisões políticas dos Estados nacionais.

Um olhar mais atento e crítico para estes acontecimentos permite perceber que as empresas transnacionais, assim como o Estado, interferem nas condições de trabalho, educação e renda do trabalhador em favor do capital, implicando no agravamento da pobreza, aumento das desigualdades sociais e do desemprego, que são alguns dos maiores problemas contemporâneos.

Neste sentido, os estudos apresentados por Harvey (2012), Fagiani e Previtali (2014), Hobsbawm (2015), França e Scocuglia (2011), dentre outros, mostram que, no capitalismo, há várias formas de resolver a questão da escassez de trabalho. Dentre estas formas, destacam-se

as tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais e a concorrência entre os próprios trabalhadores, que buscam novas capacitação e qualificação visando manter maior vantagem competitiva, conforme enfatiza Harvey (2012). Todas estas formas preenchem as vagas de emprego de muitos trabalhadores.

Neste contexto, as ações do Estado protegem o sistema do capital, ancoradas em um discurso dos governantes de que suas medidas de apoio ao setor produtivo são necessárias para que o setor produtivo possa gerar mais empregos. Assim, criam um consenso de necessidade social de apoio ao mercado/capital, via concessão por parte do Estado de um aparato de incentivos fiscais e medidas afirmativas às empresas e também por intermédio de aparato educacional, visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes altamente qualificada.

Reflexões sobre este assunto, bem como sobre a efetivação das políticas públicas, que será discutida posteriormente, permitem desvelar que o Estado funciona para salvar o capital de forma piramidal: primeiro ele salva o grande capital, depois o médio, seguido do pequeno e, por último, ele pensa no trabalhador, conforme mencionamos ao apresentar nossa hipótese secundária.

As conclusões de Fagiani e Previtali (2014), ao analisarem a nova configuração da classe trabalhadora no século XXI, apontam que há um crescimento da classe trabalhadora neste século. Todavia, em suas considerações os autores trazem que mercado de trabalho gera mais empregos em números. Os autores, inclusive, apontam dados fornecidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que mostram que o número de trabalhadores em escala global aumentou em 70% (FAGIANI; PREVITALI, 2014).

Todavia, segundo os mesmos, este fenômeno ocorre sob a égide do trabalho multifuncional, com menores salários médios e em um sistema de proteção menor, com menos direitos trabalhistas e um forte discurso em favor da qualificação profissional, em que prevalece, nas relações de trabalho, o emprego flexível.

Na problematização de nossa pesquisa, consideramos que um dos grandes problemas sociais contemporâneos é a crise do emprego e, portanto, a conseqüente redução dos postos de trabalho efetivos. Neste sentido, a partir das reflexões apresentadas, consideramos importante compreender como ocorre, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados.

Em nossa pesquisa de mestrado constatamos que, dentre os respondentes da pesquisa, havia um índice elevado de respondentes com acesso ao ensino superior e ainda que 32,55% dos respondentes de sua pesquisa, além de cursarem o ensino superior, ainda estavam

trabalhando, porém em área não relacionada diretamente com a agroindústria, conforme mencionado anteriormente.

Este fato nos intrigou, pois, à primeira vista, o curso estudado apresentava um projeto político pedagógico bem alinhado com o setor produtivo das indústrias de transformação, em que estão inseridas as agroindústrias. Este setor se destaca na região estudada como gerador de empregos, conforme dados do portal Atlas do Desenvolvimento no Brasil, do Programa das Nações Unidas (PNUD, 2013).

Diante disto, decidimos ampliar nosso universo de pesquisa e estudar sobre a relação entre a empregabilidade e o aparato de incentivos fiscais e educacionais montado pelo Estado em atendimento ao setor produtivo, em uma região maior. Desta forma, estendemos nossa pesquisa para a então região do Pontal do Triângulo Mineiro, que após a reclassificação do IBGE, em 2017, passou a denominada região Geográfica Intermediária de Uberlândia e de Uberaba, porém o foco da pesquisa recai mais especificamente sobre a cidade de Uberlândia, conforme mencionamos na introdução desta pesquisa.

Consideramos igualmente importante lembrar que a tese que defendemos é que a questão da empregabilidade na agroindústria de alimentos, na região Geográfica Intermediária de Uberlândia está relacionada mais precisamente com questões do setor produtivo do que com questões relacionadas à formação profissional, conforme se anuncia nos programas políticos e de incentivo complementares às empresas que promovem a empregabilidade. Isto porque a questão da empregabilidade é de menor importância no contexto da reestruturação produtiva e, por sua vez, o aumento da produtividade, o lucro e a acumulação de capital são a meta primária.

Desta forma, consideramos importante, para averiguar a sustentabilidade de nossas hipóteses, a compreensão da trajetória evolutiva do capitalismo e suas especificidades relacionadas com o processo de reestruturação produtiva, bem como as influências desta reestruturação no fenômeno desemprego de trabalhadores altamente qualificados, uma vez que os estudos apresentados mostram que este processo não ocorre de forma linear.

Os estudos apresentados mostram que esta trajetória apresenta-se de fato marcada pelo movimento histórico e contraditório em que há, em alguns momentos, avanços no sentido de uma sociedade mais justa e, em outros, há retrocessos, implicando sempre em mediações, seja por parte do Estado, da escola, dos movimentos sociais ou das reivindicações dos trabalhadores, dentre outras.

Braverman (1981) explica a questão da habituação do trabalhador às mudanças no mundo do trabalho capitalista, reflexões sobre suas teses, permitem compreender a questão da

habituação do trabalhador às mudanças impostas pelo capital. Esses estudos são importantes para compreender a questão da empregabilidade e reestruturação produtiva a partir dos anos de 1990, uma vez que, quando se tem a lógica do trabalho alienado, o que se prevalece é o crescimento do emprego informal e a destruição dos empregos formais e o que vai resultando é o mundo do trabalho precarizado, em que o trabalhador tem que se habituar às mudanças impostas pela engenharia do setor produtivo.

Para entender esse processo, bem como as mediações existentes, é emblemático apresentar dados de pesquisas, juntamente com uma análise crítica desses dados, uma vez que a apresentação simples dos dados, à primeira vista, pode demonstrar um cenário positivo. Mais adiante, no quarto capítulo, exemplificaremos esse posicionamento, ao demonstrar alguns dados do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) sobre o estoque de emprego formal, na região em estudo.

Vale lembrar que cabem aqui as considerações de Prado Júnior (2001, p. 23), no tocante à problemática da pesquisa, sobre o que devemos fazer: “indagar dos elementos que as constituem e estruturam numa totalidade que transcende a soma deles e sua individualidade própria”. Neste sentido, no tópico seguinte, a discussão recai sobre o processo de reestruturação produtiva a partir dos anos de 1990.

2.1 Processo de reestruturação produtiva a partir de 1990

É emblemático ressaltarmos que o processo de reestruturação produtiva implica em relações sociais conflitantes e, em muitas vezes, em consensos construídos. Neste sentido, estão presentes neste cenário alterações nos processos produtivos, nas relações de trabalho e nas condições de trabalho, vida e resistência dos trabalhadores. As teorias apresentadas mostram que é uma realidade que os avanços tecnológicos e as inovações organizacionais foram implantados ao longo dos tempos, porém de forma não neutra, mas sempre com uma intencionalidade: a acumulação de capital.

Entretanto, nos interessa para fins de nossa pesquisa compreender este processo a partir de um tempo passado não muito distante, em especial devido ao fato de que alguns acontecimentos se repetem ao longo dos tempos. Por exemplo, no tocante à acumulação de capital, permanecem elementos, previstos por Marx (2013), no século XVIII, tais como: a orientação para os lucros; a apropriação da mais valia; o fetiche da mercadoria; e o dinamismo tecnológico.

Entretanto, com o passar dos tempos, os fenômenos vão assumindo novos contornos. Especificamente no contexto da reestruturação produtiva, são criadas novas formas de responsabilização, desqualificação profissional e um processo global de individualização, em que a intensificação do trabalho, na atualidade, assume novas configurações e endereço.

Na atualidade, o trabalho assume, dentro do seio dos lares da classe que vive do trabalho, novas formas de intensificação e precarização, uma vez que há cada vez mais desregulamentação das relações de trabalho, falta de vínculos empregatícios e, conseqüentemente, perda de direitos trabalhistas, sendo que muitas vezes um mesmo ser social vê-se obrigado a buscar frações de trabalhos, em mais de um lugar, para conseguir manter o salário equivalente ao que teria em uma única relação contratual de trabalho.

Antunes (2009, p. 102) dá contemporaneidade e amplitude à classe operária, aos trabalhadores produtivos no sentido dado por Marx, passando a chamá-los de “classe que vive do trabalho”, em que engloba a totalidade dos trabalhadores assalariados e os trabalhadores da economia informal, além dos desempregados, que compõem o exército de reserva.

As teorias têm mostrado que há uma tendência à degradação do trabalho no capitalismo. Na atualidade, as relações de trabalho têm passado por transformações, e estas mudanças têm exigido a formulação de novas pedagogias. Braverman (1981) discute a questão da habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção, e afirma que o modo de produção capitalista continua se expandindo e colocando incessantemente pressão sobre os trabalhadores, que têm que se habituar às condições de trabalho a cada geração.

Previtali e Fagiani (2014), em seus estudos sobre a revisão das teses de Braverman, reafirmam as teses deste autor e desnudam as teses que tratam sobre o fim da centralidade do trabalho. Reflexões sobre as considerações destes autores permitem perceber o quão atual é esta obra de Braverman, em especial em relação às configurações de trabalho do início do século XXI, em que há mudanças significativas nos locais de trabalho.

Hoje, o trabalhador executa suas tarefas em seu lar em seus momentos de lazer, muitas vezes vinculados a aplicativos de internet, devido à flexibilização das relações de trabalho e, por sua vez, acaba atuando em um processo em que há maior intensificação do trabalho e ampliação da jornada trabalhista, longe das orientações das Centrais Sindicais e da fiscalização de órgãos como o Ministério do Trabalho. Todavia, o processo de trabalho continua com o objetivo de valorização do capital, focado principalmente na produção de mais valia, do mesmo modo que os processos analisados por Marx (2013) em sua época.

Neste processo de reestruturação, novas habilidades são exigidas do trabalhador, tanto para desenvolvimento de suas atividades, uma vez que precisará exercer um maior

autocontrole sobre o seu tempo, e maior autodisciplina, quanto sobre sua educação. Isto porque há também uma tendência a incentivar a qualificação via modalidade EAD, em que o trabalhador terá disponível, 24 horas por dia, uma gama de cursos on-line; isto exige que ele seja também um autodidata, proativo e responsável pela sua qualificação, sobrecarregando ainda mais o seu tempo livre e fragilizando-o socialmente, uma vez que o priva de vivência com sua família e amigos. Isto porque, mesmo estando o trabalhador tão próximo fisicamente de seus entes queridos, sua mente está totalmente focada nas exigências do trabalho.

Os estudos apresentados permitem compreender que há um discurso político em prol da conquista de subjetividades, porém essas questões são derivadas do Toyotismo que foi resignificado. Historicamente, a reestruturação produtiva concretiza-se via alguns pressupostos mencionados, mas a partir de 1990, novos requisitos são impostos no cenário mundial.

Harvey (2012) afirma que, com o objetivo de superar qualquer obstrução potencial à livre circulação de capitais, no mercado mundial, são construídas redes geográficas para facilitar os fluxos de capital financeiro global, conectando as zonas de excedentes de capital com as regiões de escassez de capital, ou seja, conectando os países ricos com os pobres, além de inovações na indústria de serviços financeiros e nas relações com o Estado e entre Estados.

Reflexões sobre as contribuições de Hobsbawm (2015), Harvey (2012) e Howlett, Ramesh e Perl (2013) permitem inferir que a diretriz mundial, traçada pelos países mais desenvolvidos para apoiar, via financiamentos, os demais países, requer adequação e cumprimento de metas e, conseqüentemente, faz com que as nações dependentes vão se emborcando na onda da reestruturação produtiva. Estas questões estão sendo introduzidas, na sociedade atual, via processo de naturalização e construção de consenso, tema este que inclusive será discutido no quinto capítulo da tese.

Sobre a relação entre Estados, em especial se analisada sobre a perspectiva das relações de trabalho e renda, Howlett, Ramesh e Perl (2013), mostram como, a partir de 1980, algumas nações perdem sua soberania, uma vez que as empresas transnacionais, devido aos altos investimentos que fazem, conseguem firmar compromissos com os Estados, para controlar inclusive os custos de mão de obra. Estes autores afirmam ainda que:

O sistema internacional não só influencia os setores políticos que são obviamente internacionais, por exemplo, o comércio e a defesa, mas também setores sem conexão internacional imediatamente aparente, como os serviços de saúde e as pensões para idosos. As fontes de influência repousam na estrutura global do sistema internacional e no lugar de uma nação, dentro dela, e nos “regimes” específicos que existem em muitas áreas políticas. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 85)

Percebe-se que as influências e intervenções além das fronteiras dos Estados nacionais são uma realidade ao longo da história do capitalismo e que no processo de reestruturação produtiva há uma tendência para a redução das barreiras geográficas e a aceleração das relações internacionais. Entretanto, Harvey destaca que esta tendência não é nem suave e nem irreversível, uma vez que se certas condições não forem satisfeitas o capital enfrenta sério obstáculo à acumulação contínua. Harvey (2012, p. 55) afirma que, para o capital é emblemático: “Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso)”.

Este autor revela algumas formas do capital resolver os problemas de escassez de trabalho, que são via as tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais, e colocando os trabalhadores individuais em concorrência com os outros para os postos de trabalho em oferta, conforme mencionado. Estas formas podem mandar as pessoas para fora do trabalho, resultando, assim, em um grande número de trabalhadores demitidos que irão colocar pressões também sobre os salários.

As reflexões de Harvey (2012) nos permitem indagar sobre o sujeito que a escola está por formar na atualidade. Quando olhamos as novas configurações de trabalho postas via regularização da flexibilização e também via avanços tecnológicos e inovações organizacionais, percebemos a intencionalidade de instigar disputas e competitividade entre a própria classe trabalhadora.

Por outro lado, ao olhamos para o que está se colocando para educação brasileira na atualidade, para o modo de se relacionar com os outros, de relacionamento interpessoal e, ainda, sobre a apropriação do público pelo privado, percebemos que a pedagogia disponível a partir de 1990 não está formatada por um acaso e há um determinante nesta relação que passa por despercebido caso não haja uma reflexão histórico-crítica, inclusive sobre as transformações no papel do Estado neste período.

2.2 Transformações no papel do Estado

Na trajetória do processo de transformação do capitalismo, quando se aproximam os anos de 1990, percebe-se uma mudança radical, com a reestruturação do modo de produção via automação dos processos produtivos. Esta transformação impacta significativamente nas relações de trabalho, no perfil do trabalhador e no papel do Estado, nacionalmente e

mundialmente. Diversos autores realizam esta discussão, dentre eles: Frigotto (2011); Howlett, Ramesh e Perl (2013); Newman e Clarke (2012); e Previtali e Fagiani (2017).

Nas considerações destes autores, percebemos que as inovações tecnológicas e organizacionais demandavam novas formas de gestão e controle do trabalho, bem como novas formas de atuação do Estado. Logo, a reestruturação impõe consequências para a relação trabalho e educação, uma vez que surgem mudanças nas relações de trabalho, como flexibilização, assim como também surgem mudanças nos processos de formação profissional.

A partir de 1990, no Brasil e América Latina, inicia-se um processo de redução estatal de interferência no setor econômico, especialmente via privatização de empresas públicas e abertura de mercados. O papel do Estado muda de agente produtor de bens e serviços públicos para agente normalizador e regularizador.

Quanto à relação trabalho e educação, antes dessas transformações o processo de formação profissional estava direcionado para as exigências de empresas privadas nacionais e também para a formação do trabalhador que atuava em empresas públicas, com relações de trabalho de certa forma estáveis, assim como também as demais relações de trabalho antes da abertura de mercado eram menos competitivas.

Com as mudanças em curso, neste período, as políticas e medidas de apoio ao setor produtivo passaram a buscar respostas às exigências de empresas privadas que, muitas vezes, compunham complexos multinacionais que atuavam com cultura organizacional e padrões de acumulação flexível diferentes das empresas públicas e privadas nacionais até então.

Conseqüentemente há também uma alteração no discurso das políticas públicas, ou seja, das políticas de formação e inserção profissional, em que se passa a pregar cada vez mais a necessidade de mais escolarização e qualificação por parte do trabalhador, transferindo a este toda a responsabilização pelo seu processo de formação.

Vale ressaltar que a reestruturação produtiva, no Brasil, nos anos de 1990, segue padrões e aponta consequências da reestruturação que estavam em curso mundialmente. Dentre as consequências da reestruturação produtiva enfatizadas por Harvey (2012), destaca-se a ampliação do exército de reserva de força de trabalho.

Entretanto, ressaltamos que as reflexões sobre as teorias que tratam sobre a trajetória do capitalismo e sobre suas crises, bem como sobre o processo de reestruturação produtiva, nos permitem inferir que o Estado deixou de ser produtor de bens e serviços e de provedor de um “estado de bem-estar social”, na medida em que privatiza suas estatais e cria-se um consenso de que há um “Estado Mínimo” (HARVEY, 2012).

Todavia, o que realmente ocorre é uma mudança na forma do Estado, uma vez que ele continua regulando apenas para a classe trabalhadora e continua mantendo umnexo Estado-finanças, discutido por Harvey (2012). Cabe lembrar, porém, as exigências de instituições e Estados internacionais, que buscam nas ações do Estado Nacional um aparato de infraestruturas, de incentivos fiscais e educacionais que atenda a seus interesses.

Vale ressaltar que, para o trabalhador, o Estado Mínimo, no sentido de cobrar menos impostos dos cidadãos, nunca existiu. Segundo o autor:

O Estado (local, regional ou nacional) se torna responsável por garantir o fornecimento de força de trabalho em quantidades e qualidades adequadas (incluindo formação profissional, treinamento e docilidade política) em relação à demanda de trabalho corporativo. Embora o aparelho do Estado possa passar a seguir a agenda das empresas em vez da agenda do trabalho, há ainda um grande interesse em localidades que investem em oportunidades educacionais de alta qualidade (universidades e escolas técnicas), pois isso poderá ajudar a atrair a indústria de alta tecnologia que irá contribuir mais para a base tributária da localidade. (HARVEY, 2012, p. 60)

Percebe-se que as corporações e o setor produtivo almejam realizar seus negócios sem a regulação ou interferência do Estado, mas, por outro lado, exigem total interferência estatal no sentido de fornecimento de infraestrutura para seu funcionamento, nas formas de construção de rodovias, barragens, portos, infraestruturas de comunicações, água, energia e outras. Harvey (2012, p. 76) afirma que, em 2009, denunciou que “sucessivamente nos últimos trinta anos, o investimento excessivo em tais projetos tornou-se um gatilho, catalisador comum para a formação de crises”.

No caso específico do Brasil, são necessárias reflexões sobre a crise atual do desemprego brasileiro pelo fato que estamos vivendo, hoje, pressões para mudanças na educação brasileira, no tocante à construção de novos elementos para formar um novo sujeito social.

Em especial, pelo fato de que algumas destas mudanças estão por ser impostas, uma vez que a voz do povo não prevalece nestas discussões e, por conseguinte, os agentes da reforma da educação, ou seja, o empresariado e a estrutura produtiva, não pregam, em seus discursos, a necessidade deste novo sujeito ser consciente. Muito menos no tocante ao fato que se faz necessário desvelar que o Estado Mínimo regula fortemente a classe trabalhadora com todo um aparato do Estado para atendimento ao capital.

No Brasil há um consenso construído e naturalizado de que o Estado mudou seu papel de produtor de bens e serviços e passou a atuar mais como um Estado regulador e normatizador, que carece de ser desconstruído, uma vez que continua promovendo altos investimentos em infraestruturas e em incentivos para o capital, que muitas

vezes se privilegiam destas vantagens de formas lícitas e até mesmo ilícitas, como os casos das propinas e dos mensalões e da gama de corrupção em obras de infraestrutura brasileiras.

O que ocorre de fato no contexto atual é, até mesmo, uma responsabilização do trabalhador, por este não contribuir com o avanço e desenvolvimento do país, por não ter qualificação suficiente. Os autores apontam que:

[...] a crise econômica no Brasil vem sendo delegada, pelo discurso oficial, à incapacidade de desenvolvimento do país em consonância com as exigências do capitalismo central, avançado, marcado pelo acelerado desenvolvimento e sofisticação das forças produtivas. A esta questão geralmente se associa uma outra, referente à baixa qualificação da mão-de-obra, compreendida como um fator de atraso ou de impedimento do “avanço”. (FRANÇA; SCOCUGLIA, 2011, p. 29)

Associa-se à questão proveniente da reestruturação produtiva e das transformações no papel do Estado, os dilemas relacionados à escola e ao seu papel na sociedade. Kuenzer, em seus estudos, constatou que:

As demandas do processo de valorização do capital, nesta nova forma de realização, exigem a educação de trabalhadores de novo tipo e, em decorrência, de uma nova pedagogia. Da mesma forma, os métodos flexíveis de organização e gestão de trabalho, não só exigem novas competências, como também invadem a escola com os novos princípios do Toyotismo. (KUENZER, 2005, p. 87)

Com o discurso político de Estado Mínimo, atuando apenas como regulador das relações entre capital e trabalho, é possível observar que o intenso processo de reestruturação produtiva impactou significativamente na educação brasileira.

Entretanto, reflexões sobre este assunto permitem afirmar que o Estado mudou para beneficiar o capital em detrimento do trabalhador, uma vez que os avanços no sentido de uma educação melhor para cidadãos não são constantes e o Estado recua nos incentivos à educação, conforme determina o setor produtivo, seja em momentos de crise ou de mudanças de tecnologias e inovações organizacionais.

No tocante às relações trabalho e educação, percebemos que se atribui cada vez mais à escola a função de integrar o sujeito ao mercado de trabalho, caracterizado por cada vez mais sofrer influências e intervenções, além de nossas fronteiras, e por tornar-se altamente competitivo e limitado em termos de números de vagas de empregos.

Harvey (2012), sobre a questão do desemprego, bem como sobre a produção da precariedade por meio da desqualificação e requalificação, aponta que o desemprego foi “tecnologicamente induzido” em 60% dos postos de trabalho que se perderam nos EUA, nos

últimos anos. Este dado mostra o quanto é atual esta discussão, para fins de compreensão da relação trabalho e educação sobre a influência do capital.

2.3 Relação trabalho e educação sob a influência do capital

É emblemático compreender a relação de produção capitalista para uma análise da relação trabalho e educação. Previtali e Fagiani (2015) analisam o processo de inovação tecnológica e as demandas do mercado por trabalhador. Apontam em suas considerações que há um crescimento da classe trabalhadora ao longo da década de 1990 e início do século XXI, porém com relações de trabalho flexíveis, salários achatados e um discurso muito forte sobre a necessidade de qualificação profissional para manter a empregabilidade.

No Brasil, é histórico o ideário de formar o sujeito para o mundo do trabalho, desde a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, em que o Estado adotou políticas para o desenvolvimento, com intensificação da urbanização e industrialização, criando instituições como o Ministério do Trabalho, Indústria, Comércio, Justiça do Trabalho e também as escolas industriais.

Dentre as obras que apresentam estudos sobre a história da educação brasileira, em especial sobre os pressupostos da educação e suas influências e intervenções, destaca-se Cury (2014). Este autor relata que no Brasil, até 1930, existia uma educação segregada com predomínio de dois sistemas escolares com objetivos sociais e culturais diferentes. Cury, ao analisar o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 19 de março de 1932, defende que:

Tinha razão o Manifesto quando, com base no direito de cada indivíduo à sua educação integral repudiava o elitismo vigente cuja hegemonia impedia que tornasse “a escola acessível em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica”. (CURY, 2014, p. 26)

Percebe-se que, dentre os pressupostos da escola tradicional que se manteve na sociedade da época, estava o interesse da igreja e do Estado a fim de garantir a permanência da defesa dos interesses religiosos e de quem estava no poder. Mészáros (2011, p. 80) afirma que a razão do catolicismo e da política poderem dominar historicamente certas circunstâncias não é por alguma força misteriosa, mas para “a reprodução das necessárias condições operantes de reprodução social”.

De acordo com Tano (2016), entre os anos de 1940 e 1950 há um avanço em termos de implantação de legislações visando, em especial o ensino profissional em todos os ramos e

graus. No período de 1942 a 1946 foram promulgados diversos Decretos-Leis relacionados com a educação. A autora elenca esses decretos:

Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI);
Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas. Ocorre também com este decreto a equivalência do ensino profissional ao nível secundário e, desta forma, os formandos em cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação;
Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial;
Decreto nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional;
Decreto nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
Decreto nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
Decreto nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.
(TANO, 2016, p. 59-60)

Analisando os pressupostos desses decretos, assim como da legislação que trata da educação profissional e tecnológica, no final do século XX e início do século XXI, fica claro que o programa desenvolvimentista brasileiro sempre seguiu uma tendência do capitalismo mundial. Percebemos, entretanto, que as mudanças estruturais de cada época exigem novas configurações superestruturais e, neste sentido, a educação se apresenta como elemento de disputa.

Segundo as considerações de Previtali e Fagiani (2015), na medida em que o conhecimento científico permite e introduz inovações técnicas e ou organizacionais, há uma oportunidade para o capital destruir as formas de resistências ao controle de capital, uma vez que as inovações induzem ao desemprego e acirram a competitividade. Estes autores também são enfáticos em afirmar que estas questões e a desregulamentação neoliberal do trabalho modificam as relações da classe trabalhadora e impõem forte retrocesso nas conquistas sindicais. Nas palavras destes autores:

A consequência mais evidente desse processo é a crescente de individualização do trabalhador, fragilizando-o socialmente e contribuindo para o enfraquecimento das ações sindicais, ao mesmo tempo em que se torna fundamental a construção coletiva de novas práticas de resistência.
(PREVITALI; FAGIANI, 2015, p. 68-69)

Reflexões sobre as contribuições destes autores, juntamente com a teoria e análise de Marx (2013) para a temática que pesquisamos, nos revelam a essência do que aparentemente

está encoberto. Ao analisarmos os avanços na educação brasileira, a partir de 2002, com a expansão da educação profissional e tecnológica, em uma primeira análise, não histórico-crítica, nos parece que a superestrutura assume uma demanda própria, em que a escola decide pela superação da dualidade da educação, a partir do momento em que o Estado passa a integrar a educação tecnológica e profissional ao ensino médio regular.

Além disso, nos parece que a educação assume um papel fundamental na política nacional, a partir do momento em que o Estado passa a investir em uma educação profissional e tecnológica mais cara, com maiores investimentos na formação de educadores e em infraestruturas, como no caso dos Institutos Federais.

Inclusive esta política foi discutida por diversos educadores, dentre eles Ramos, Frigotto e Ciavatta (2005), que tiveram suas considerações embasando muitos dos documentos relacionados com a política de expansão da educação profissional e tecnológica.

Ao trazermos para nossa análise as categorias e pressupostos da teoria histórico-crítica, nos é revelado que, o que realmente o Estado assume, com esta política, é o papel demandado a esta entidade pelas estruturas produtivas, uma vez que, na primeira ameaça econômica ou política, o que aflora são os cortes no orçamento com a educação, e todo o discurso em prol de uma escola emancipadora se desfaz.

Nas palavras de Antunes (2009, p. 52), “as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação”. Trazendo esta reflexão de Antunes para analisar os acontecimentos no Brasil, a partir dos anos 2000, observamos, na prática, o que as teorias têm revelado.

No primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou-se um avanço sem precedente no campo da educação, com a expansão da educação profissional e tecnológica; entretanto, este governo não colocou em prática suas propostas de governo, mas deu prosseguimento às propostas econômicas em curso. Este fato não ocorreu isolado no Brasil: é reflexo de fatos e acontecimentos que estavam acontecendo, ou seja, das mutações no processo produtivo na economia mundial.

Antunes apresenta alguns dos resultados imediatos no mundo do trabalho provenientes das mudanças nos processos produtivos, dentre estes destacam-se:

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços: aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora: precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil,

de parceria (partnership), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”. (ANTUNES, 2009, p. 55)

Além destes resultados apontados pelo autor, consideramos importante analisar as tendências que este autor aponta que vêm caracterizando o mundo do trabalho, principalmente o aumento do “Trabalho em domicílio” uma vez que é uma realidade, no Brasil e no mundo, o trabalho vinculado a aplicativos de internet. Neste sentido, entender a relação trabalho e educação, neste processo de desconcentração do processo produtivo, contribui para reflexões sobre o contexto atual proveniente da reestruturação produtiva.

Estudos de diversos autores contribuem para compreender a relação trabalho e educação sob a influência do capital. Em especial, para compreender o fenômeno do desemprego, muitas vezes de trabalhadores altamente qualificados.

Hobsbawm (2015); Lucena *et al.* (2014); França (2016); Harvey (2012); Antunes (2009); Previtali e Fagiani (2015), dentre outros, discutem as transformações no mundo do trabalho e na educação, permitindo melhor compreender a lógica do sistema de capital que está posta, em que o capital dita as mudanças necessárias na superestrutura para que a estrutura avance.

Desta forma, o processo de reestruturação, sob o ideário do neoliberalismo, nos faz pensar no novo sujeito do trabalho que a escola irá formar. Barreto e Leher (2008), ao tratarem sobre as mudanças no processo produtivo no Brasil, citam o setor financeiro, o agronegócio e o setor de exportador de commodities como sendo o novo bloco de poder brasileiro e afirmam que a estes sujeitos interessam o ensino fundamental e o treinamento profissional, pelo maior retorno aos investimentos em educação, além de priorizar um ensino superior caracterizado pela não indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Segundo esses autores, pela política de não valorização da educação superior, os sujeitos que a escola estava por formar, seja de nível fundamental ou médio, ou mesmo os formados em instituições particulares, em que o ensino, a pesquisa e a extensão não fizessem parte das premissas da escola, fariam com que o país entrasse no século XXI “despreparado para competir na economia global, em que o crescimento baseia-se no conhecimento técnico e científico” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 425).

Estas reflexões nos auxiliam a compreender a escola como um processo de produção, reorganizado pelo capital, em que a escola perde tendencialmente o controle sobre seus processos e vai subsumindo à lógica da produção de mercadorias e ao ideário neoliberalista, que prega o individualismo. Sobre este processo, Antunes afirma que:

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (ANTUNES, 2009, p. 50)

Reflexões sobre este assunto e também sobre os sujeitos que a escola estava por formar, no contexto do século XX e início do século XXI, trazidas por Harvey (2012), nos permitem inferir que, nos contextos reorganizados em termos capitalistas, aflora a necessidade de formar trabalhadores flexíveis, multifuncionais, com grande capacidade de produção, escolarizados e conformados, conforme a teoria nos mostra. Porém, estes mesmos sujeitos são limitados, no tocante à visão de mundo, pois lhes falta a definição de sua identidade nas relações que ele estabelece, uma vez que o ideário posto prega a individualização.

As teorias nos revelam que, na trajetória da evolução do capitalismo, alguns acontecimentos se repetem ao longo dos tempos, porém em cada período o capital vai incorporando novos elementos visando maior geração de lucros e, conseqüentemente, acúmulo de mais capital. Entretanto, o trabalho é uma categoria central no modo de produção capitalista, logo o setor produtivo precisa, ao longo dos tempos, resolver a questão de escassez do trabalho, seguindo uma lógica que lhe seja vantajosa.

Para tanto, historicamente diversas teorias têm contribuído pra desvelar as nuances do processo de produção, as quais são contraditórias e não lineares. No campo das teorias administrativas e de competências, há um desdobramento de esforços, no sentido de explorar a categoria trabalho para fins de extrair mais valia. No campo das teorias humanas, há um grande esforço para desvelar o processo de exploração e precarização das condições de trabalho, objetivando consolidar os processos de resistência, desalienação e conscientização da classe trabalhadora. Portanto, configura-se uma disputa acirrada no campo das teorias do conhecimento científico.

Neste capítulo, buscamos também compreender como ocorre, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados. O estudo teórico realizado nos permite compreender que o desemprego é a característica mais marcante do processo de reestruturação produtiva e que, no final do século XX e início do século XXI, este fenômeno ocorreu de modo muito particular, pois incluiu no exército de reserva uma gama de trabalhadores altamente qualificados.

O desemprego de trabalhadores altamente qualificados é uma tendência mundial, não ocorrendo isoladamente no Brasil. Em especial a partir de 1990, o processo de reestruturação produtiva tem imposto novas exigências, tanto aos trabalhadores quanto aos Estados nacionais. Neste sentido, as demandas por mudanças necessárias nas superestruturas para que a estrutura avance são constantes no sistema capitalista, uma vez que o processo de acumulação de capital, até mesmo em momentos de crise, precisa continuar.

Deste modo, são criadas novas formas para se alcançar a acumulação de capital e, dentre elas, está aproveitar a oferta de força de trabalho altamente qualificada, mesmo que seja para exercer atividades que não exijam tanta qualificação. O que se percebe, nesta relação entre capital e trabalho, é que o setor produtivo acaba substituindo o profissional técnico qualificado pelo profissional graduado ou pós-graduado, pelo mesmo valor de mercado do ofertado para as vagas de cargos técnicos.

Há, neste sistema, uma pressão constante sobre os trabalhadores, que precisam se adaptar às condições de trabalho que, mediante os avanços tecnológicos e inovações organizacionais, mudam constantemente, assim como há uma busca constante por parte do trabalhador por novas competências. É comum inclusive encontrar, neste cenário, trabalhadores conscientes desta realidade e que acabam, de forma alienante, cursando mais de uma graduação ou pós-graduação.

A exigência de novas competências e habilidades, neste processo, é de fato uma constante, mesmo que seja para o trabalhador atuar sobre novas configurações de trabalho e endereço, que tem marcado este início do século XXI.

Os estudos apresentados nos permitem considerar também que as novas configurações de trabalho, via desregulamentação das relações de trabalho, em que o trabalho vinculado a aplicativos e, em que muitas vezes, o trabalhador permanece no próprio ambiente familiar, à primeira vista passa a impressão de que há uma melhoria nas condições de trabalho do trabalhador, acabando de vez com a precarização das condições de trabalho.

Porém, após uma reflexão histórico-crítica, é possível inferir que este processo que impõe a falta de vínculos e perda de direitos trabalhistas acirra a precarização das condições de trabalho, tanto pela exigência constante por qualificação quanto pelo modo nebuloso e volátil como ocorre, sendo que mesmo o trabalhador estando perto fisicamente da família, a sua mente está totalmente ocupada pelas exigências do trabalho.

Neste processo, é possível considerar que o tempo livre do trabalhador é sobrecarregado, fragilizando-o socialmente e acirrando o processo de intensificação da precarização das condições de trabalho, via ampliação da jornada trabalhista.

Além disto, este fato acontece longe das orientações das Centrais Sindicais e da fiscalização de órgãos como o Ministério do Trabalho e, em muitas vezes, sob a lógica de ganho por produção. Ou seja, o trabalhador acaba buscando frações de trabalhos, em mais de um lugar, para conseguir manter o salário que teria em uma única relação contratual de trabalho, aumentando, assim, o processo de alienação e estranhamento tão discutido pela teoria marxista.

Os estudos apresentados apontam que essas transformações nas relações de trabalho e educação sobre a influência do capital ocorreram mundialmente e, neste sentido, acreditamos que não é diferente no universo que escolhemos observar em nossa pesquisa.

No tópico seguinte apresentamos algumas especificidades da região em que está localizada a cidade de Uberlândia, bem como do setor de indústria de transformação em que está inserido o setor agroindustrial.

2.4 Especificidades das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e de Uberaba

As principais cidades das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e Uberaba destacam-se como importante polo agroindustrial, com cidades que abrigam conglomerados econômicos importantes, com grande movimento de importação e exportação. Esta região é apresentada pela Intervales, em vídeo de divulgação de um projeto de logística integrada, pelo canal no Youtube, acessado em março de 2018, como uma região com economia diversificada com destaque para o agronegócio, indústria, comércio e serviços.

A região é apresentada como líder na produção de grãos, açúcar e álcool, bem como pelo reconhecimento mundial pela genética bovina. Dentre os conglomerados econômicos presentes nesta região, estão Vale, Martins, Arcom, Souza Cruz, Algar, Bunge, Ambev, entre outros.

Este projeto é divulgado como um projeto com recursos da iniciativa privada, conforme entrevista publicada em 05/01/2018 pelo jornal on-line, O Jornal de Uberlândia. Porém, no conteúdo de seu anúncio é enfatizada a infraestrutura pública como atrativo para o empreendimento, fato que nos remete às considerações dos autores que fundamentam nossa pesquisa, principalmente Harvey (2012), que discute sobre as ações do Estado visando fornecer um aparato de infraestruturas que atenda às necessidades do setor privado.

Os dados do IBGE (2015) sobre os municípios apontam que Uberlândia e Uberaba eram as duas maiores cidades da então região Pontal do Triângulo Mineiro, atualmente denominada pelo IBGE, em 2017, por Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e de

Uberaba, tanto em população quanto em Produto Interno Bruto (PIB). Conforme os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA, 2013), a população destas cidades (Censo 2010) eram, respectivamente, 604.013 e 295.988 habitantes.

O PIB (2010-2013) divulgado pelo IBGE em 2015 destas duas cidades estavam entre os 100 maiores dos municípios nacionais em relação ao PIB a preços correntes, e ocupavam as seguintes posições no ranking nacional e participações relativas ao estado: Uberlândia ocupava 21º lugar e representava 48% do PIB de Minas Gerais; Uberaba ocupava o 69º lugar e representava, em termos de participação relativa, 20% do PIB mineiro.

Ambas estão localizadas em região privilegiada geograficamente, uma vez que são equidistantes das principais capitais do país: Brasília, Goiânia, Belo Horizonte e São Paulo e contam com infraestruturas que servem de atrativos para diversos empreendimentos.

A região conta com duas universidades públicas, a UFU e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba, além de universidades privadas e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTM), com campi e polos presenciais de Campina Verde, Ibiá, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberlândia, Uberlândia Centro, João Pinheiro, Uberaba e Uberaba Parque Tecnológico.

Conta ainda com seis rodovias federais que interceptam a região: BR 262; BR 050; BR 153; BR 365; BR 146; e BR 354, além das rodovias estaduais. Também possui dois aeroportos, administrados pela Infraero, duas Estações Aduaneiras do Interior, reconhecidas como “Porto Seco”, e um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, dentre outras especificidades.

Considerando a amplitude das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e de Uberaba, decidimos por delimitarmos nossos estudos a cidade de Uberlândia, mas na medida do possível buscaremos correlacionar os dados desta cidade com os dados dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, uma vez que esta cidade é equidistante das capitais destes estados, bem como também é do Distrito Federal, conforme exposto no tópico seguinte.

2.4.1 Especificidades da cidade de Uberlândia

Justificamos a escolha de trabalharmos as especificidades da cidade de Uberlândia em relação aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal, pelo fato de Uberlândia ser caracterizada por possuir um grande polo comercial e industrial. Conforme mencionado, a

cidade ocupava a 21ª posição entre os 100 maiores municípios brasileiros em relação ao PIB a preços correntes, conforme dados do IBGE (2015).

Além disto, o município é próximo e de fácil acesso à região Centro-Oeste, que tem grande potencial como fornecedora de matéria-prima e de força de trabalho para a agroindústria de alimentos. Na atualidade essa região discute com outras regiões brasileiras sobre a manutenção ou não de certos incentivos; por exemplo, temos o estado de Goiás, que defende a redução de alíquotas de impostos como forma de corrigir as desigualdades econômicas e sociais.

Uberlândia também está próxima e de fácil acesso ao estado de São Paulo, outro grande polo agroindustrial, importante consumidor, tanto de matéria-prima como de produtos acabados e, muito importante, também como fornecedor de força de trabalho, que se destaca entre os estados que lutam pela redução das isenções fiscais, com um discurso em prol da competitividade.

Consideramos importante trazer os dados sobre esses estados, uma vez que, mais adiante em nossa pesquisa, quando estivermos tratando sobre o aparato de incentivos fiscais proporcionados pelo Estado em atendimento ao setor produtivo, discutiremos também a questão da disputa entre estes estados pela redução ou não dos incentivos fiscais.

Os dados oficiais sintetizados no quadro 1 comprovam que a cidade de Uberlândia possui dinâmica econômica e social relevante para o estado de Minas Gerais, bem como para o país. Neste quadro, apresentamos também dados que permitem uma comparação da cidade de Uberlândia com os estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

Quadro 1 - Dados estatísticos de Uberlândia, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Goiás

DADOS (CENSO 2010) E TABELA SIDRA 2010-2013					
	UBERLÂNDIA	MINAS GERAIS	SÃO PAULO	DISTRITO FEDERAL	GOIÁS
ÁREA (CENSO 2010)	4120,92 km ²	586519,73 km ²	248222,36 km ²	5780 Km ²	340111,38 km ²
POPULAÇÃO (CENSO 2010)	604.013 hab.	19.597.330 hab.	41.262.199 hab.	2.570.160 hab.	6.003.788 hab.
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (CENSO 2010)	145,67 hab./Km ²	33,41 hab./Km ²	166,23 hab./Km ²	444,66 hab./Km ²	17,65 hab./Km ²
IDHM	0,789	0,731	0,783	0,824	0,735
PIB A PREÇOS CORRENTES (1000 R\$) (2013)	25.774.947	488.004.903	1.715.238.417	175.906.726	151.300.175
SETOR DE OCUPAÇÃO					
NO SETOR AGROPECUÁRIO	3,77%	15,83%	4,26%	1,84%	10,96%
NA INDÚSTRIA EXTRATIVA	0,10%	0,97%	0,18%	0,07%	0,45%
NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	10,23%	11,90%	16,14%	4,25%	12,04%
NO SETOR DE CONSTRUÇÃO	7,65%	8,00%	6,86%	6,28%	8,78%
NOS SETORES DE UTILIDADE PÚBLICA	0,81%	0,88%	0,88%	0,94%	0,96%
NO COMÉRCIO	17,82%	14,60%	15,27%	14,55%	16,17%
NO SETOR DE SERVIÇOS	50,67%	42,48%	48,36%	62,48%	44,47%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Atlas/Brasil (2013), IBGE/SIDRA (2010-2013).

Conforme mencionamos, os dados da cidade de Uberlândia são relevantes tanto para Minas Gerais quanto para o país, tendo em vista a participação desta nas contas nacionais. As

informações sobre “setor de ocupação” apresentadas anteriormente comprovam a importância do setor de indústria de transformação, tanto na cidade de Uberlândia quanto nos demais estados em comparação, uma vez que este setor se destaca entre os demais setores de ocupações como gerador de empregos.

Os índices divulgados por diversos órgãos oficiais, dentre eles: IBGE (2015), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acesso em 2018, Fundação João Pinheiro (FJP), acesso em 2018, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) e outros, demonstram que o município de Uberlândia é dinâmico. Entretanto, também é marcado por problemas sociais, contradições que, ao longo desta discussão, procuraremos descrever, associadas com a relação trabalho e educação.

Os dados do Quadro 2 mostram que, na cidade de Uberlândia, o número de ocupados com 18 anos com rendimento até 1 salário mínimo reduziu drasticamente, de 30,98% em 2000, para 8,25% em 2010. Esta tendência se repete nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal.

Quadro 2 - Evolução do percentual dos ocupados com 18 anos ou mais conforme rendimento médio

RENDIMENTOS	EVOLUÇÃO EM % DOS OCUPADOS, COM 18 ANOS OU MAIS CONFORME RENDIMENTO MÉDIO:									
	UBERLÂNDIA		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		DISTRITO FEDERAL		GOIÁS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	30,98%	8,25%	49,19%	19,19%	20,71%	9,41%	24,15%	8,46%	45,77%	14,58%
ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	66,26%	60,59%	77,14%	72,76%	57,66%	53,38%	52,06%	50,98%	76,38%	67,92%
ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	88,16%	88,85%	92,17%	92,28%	84,80%	82,96%	76,96%	73,17%	91,90%	90,93%
MAIOR QUE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	11,84%	11,15%	7,83%	7,72%	15,20%	17,04%	23,04%	26,83%	8,10%	9,07%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano (2013).

Já a população que recebe até 5 salários mínimos repete esta tendência nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, porém de forma mais moderada, não passando esta variação de 5%. No estado de Minas Gerais, assim como na cidade de Uberlândia, a variação da população nesta faixa etária, com rendimento maior que 5 salários mínimos, também apresentou uma pequena redução.

O quadro 3, apresentado a seguir, mostra que a população total de Uberlândia cresceu a uma taxa média 28,53% entre os anos de 1991 e 2010. A faixa etária em que se encontra o maior número de habitantes, em todas as localizações analisadas, é a faixa de população entre 15 e 64 anos. Porém, a população acima de 65 anos, em termos percentuais, foi a que mais cresceu, indicando um aumento na expectativa de vida das pessoas ao longo deste período ou migração de pessoas de outras localidades para este local.

Os dados também mostram que, na cidade de Uberlândia, o número de pessoas na faixa etária entre 15 e 64 anos, em termos percentuais, em relação à população total, é maior que das demais localidades, indicando um forte potencial de força de trabalho. Consideramos estes índices importantes, pois retratam a situação existente em cada localização e contribuem para que os governantes conheçam as prioridades de políticas públicas.

Estes dados indicam também uma tendência à redução de força de trabalho, uma vez que é perceptível o controle de natalidade ou o processo migratório, refletindo na diminuição na evolução da população com menos de 15 anos, a partir dos anos 2000, em Uberlândia, Minas Gerais, São Paulo e em Goiás.

Além disso, estes dados e os estudos apresentados contribuem inclusive com o setor produtivo, uma vez que indicam tendências sobre as expectativas de força de trabalho e sua qualificação. Também cooperam com o processo de informação e conscientização da sociedade sobre as relações trabalho e educação a partir do processo de reestruturação produtiva e seus reflexos no meio em que vivemos.

Quadro 3 - Comparativo da estrutura etária da população analisada conforme o Censo

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (CENSO 2010)						
UBERLÂNDIA						
FAIXAS	POPULAÇÃO 1991		POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
POPULAÇÃO C/ MENOS DE 15 ANOS	114.336	31,15%	130.935	26,12%	125.589	20,79%
POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	238.355	64,94%	345.611	68,96%	437.111	72,37%
POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS	14.370	3,91%	24.668	4,92%	41.313	6,84%
POPULAÇÃO TOTAL	367.061	100,00%	501.214	100,00%	604.013	100,00%
MINAS GERAIS						
FAIXAS	POPULAÇÃO 1991		POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
POPULAÇÃO C/ MENOS DE 15 ANOS	4.335.542	33,89%	5.077.523	28,38%	4.423.188	22,57%
POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	9.624.990	61,14%	11.704.109	65,42%	13.582.593	69,31%
POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS	782.620	4,97%	1.109.862	6,20%	1.591.549	8,12%
POPULAÇÃO TOTAL	14.743.152	100,00%	17.891.494	100,00%	19.597.330	100,00%
SÃO PAULO						
FAIXAS	POPULAÇÃO 1991		POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
POPULAÇÃO C/ MENOS DE 15 ANOS	9.708.317	30,73%	9.771.056	26,39%	8.951.419	21,70%
POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	20.311.839	64,30%	25.000.033	67,50%	29.082.467	70,48%
POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS	1.568.769	4,97%	2.261.314	6,11%	3.228.313	7,82%
POPULAÇÃO TOTAL	31.588.925	100,00%	37.032.403	100,00%	41.262.199	100,00%
DISTRITO FEDERAL						
FAIXAS	POPULAÇÃO 1991		POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
POPULAÇÃO C/ MENOS DE 15 ANOS	542.452	33,88%	584.517	28,50%	609.016	23,70%
POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	1.019.770	63,69%	1.399.114	68,21%	1.833.519	71,33%
POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS	38.872	2,43%	67.515	3,29%	127.625	4,97%
POPULAÇÃO TOTAL	1.601.094	100,00%	2.051.146	100,00%	2.570.160	100,00%
GOIÁS						
FAIXAS	POPULAÇÃO 1991		POPULAÇÃO 2000		POPULAÇÃO 2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
POPULAÇÃO C/ MENOS DE 15 ANOS	1.383.133	34,42%	1.466.880	29,32%	1.446.373	24,09%
POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	2.489.006	61,93%	3.302.463	66,01%	4.182.178	69,66%
POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS	146.764	3,65%	233.885	4,67%	375.237	6,25%
POPULAÇÃO TOTAL	4.018.903	100,00%	5.003.228	100,00%	6.003.788	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIDRA/IBGE, consulta em 06/04/2018; Atlas Brasil 2013.

Os dados do Quadro 2, sobre a evolução dos ocupados com 18 anos ou mais e seus rendimentos, correlacionados com os dados do Quadro 4, que será apresentado a seguir, que traz a escolarização das pessoas acima de 25 anos, em Uberlândia, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, permitem identificar que, por um lado, a variação positiva na evolução dos rendimentos médio acima de 5 salários mínimos é muito pequena, chegando a ser negativa em Uberlândia e em Minas Gerais. Por outro lado, o grau de escolarização da população com idade para atuar no mercado de trabalho, ou seja, da população com 25 anos ou mais, aumentou consideravelmente. Estes dados nos permitem considerar que este aumento na escolarização das pessoas com 25 anos ou mais e das pessoas que estavam nesta faixa etária cursando ou tinham concluído o ensino superior não foi acompanhado por aumento nos rendimentos.

Quadro 4 - Educação – evolução da população com 25 anos ou mais, na cidade de Uberlândia e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal

EDUCAÇÃO - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS OU MAIS			
UBERLÂNDIA			
ESCOLARIDADE/ ANO	1991	2000	2010
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETOS	11,01%	7,00%	4,65%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADOS	52,70%	47,00%	34,96%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	13,24%	16,00%	17,59%
ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.	15,35%	20,00%	27,03%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	7,70%	10,00%	15,77%
MINAS GERAIS			
ESCOLARIDADE/ ANO	1991	2000	2010
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETOS	22,59%	15,30%	10,40%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADOS	53,42%	52,90%	43,20%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	8,23%	11,00%	14,10%
ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.	10,84%	14,80%	21,70%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	4,92%	6,00%	10,60%
SÃO PAULO			
ESCOLARIDADE/ ANO	1991	2000	2010
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETOS	12,57%	8,00%	5,21%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADOS	53,94%	48,00%	35,79%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	11,95%	15,00%	16,67%
ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.	13,27%	19,00%	27,23%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	8,27%	10,00%	15,10%
DISTRITO FEDERAL			
ESCOLARIDADE/ ANO	1991	2000	2010
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETOS	11,71%	7,40%	4,31%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADOS	37,07%	35,10%	25,84%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	14,57%	16,00%	14,45%
ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.	22,38%	26,20%	31,45%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	14,27%	15,30%	23,95%
GOIÁS			
ESCOLARIDADE/ ANO	1991	2000	2010
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETOS	23,60%	16,00%	10,06%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADOS	49,87%	51,00%	39,88%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	9,90%	12,00%	15,37%
ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.	12,59%	16,00%	24,42%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	4,04%	5,00%	10,27%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Atlas/Brasil (2013).

Se considerarmos apenas a população com ensino superior completo, percebemos que a população acima de 25 anos, conforme o Quadro 4, neste nível de escolarização, aumentou no período de 2000 a 2010, na cidade de Uberlândia, assim como nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, em respectivos percentuais aproximados de: 57,7%; 76,6%; 51%; 105%; e 56,5%. A análise comparativa desses percentuais entre o município de Uberlândia e os estados de São Paulo, Goiás e Distrito Federal é importante, pois, por um lado os dados mostram similaridades nestes locais e por outro lado há um forte discurso político de desigualdades regionais que leva a uma verdadeira guerra fiscal.

A evolução dos dados sobre educação apresentados no Quadro 4, e também sobre os rendimentos médios apresentados no Quadro 2, anteriormente, permite perceber a tendência do mercado de trabalho nas localidades analisadas, em que prevalece um elevado número de trabalhadores altamente qualificados com rendimento médio muito baixo.

Neste sentido, o discurso político do setor produtivo que prega que os mais qualificados conseguirão melhores oportunidades de emprego e renda, presente inclusive nos documentos que tratam sobre a educação, é falso. Isto nos permite inferir que os determinantes para melhoria nas condições de trabalho e renda da população, acima deste patamar, estão fora da escola, nos levando a corroborar com as considerações de Althusser (1985) sobre os aparelhos ideológicos do Estado e de Kuenzer (2001) sobre a questão da dualidade da educação.

Reflexões sobre este assunto nos permitem inferir que as constatações de Harvey (2012) sobre o desemprego são perceptíveis também na população que analisamos, uma vez que os números nos mostram que não há vagas de empregos para todos os trabalhadores, mesmo que estes estejam altamente qualificados. Além disso, quando há, os rendimentos, na grande maioria, não passam de 5 salários mínimos, conforme observado nas localidades analisadas.

Os dados estatísticos demonstrados no Quadro 4 permitem significativas considerações e contribuições para nossa análise da cidade de Uberlândia em relação à sua Unidade de Federação, bem como em relação aos estados de São Paulo e Goiás e também em relação à capital brasileira.

Estes dados mostram que a população com ensino superior completo, agregada à população que está cursando o ensino superior, cresceu consideravelmente do período de 2000 a 2010 em todos os locais em estudos. Porém, o percentual da população que recebe até 5 salários mínimos, apresentado no Quadro 2, não acompanhou este crescimento da escolarização, sendo que em São Paulo, Distrito Federal e Goiás houve redução neste

percentual. Estas constatações remetem também à discussão apresentada por Barreto e Leher, (2008), ao tratar sobre a qualidade da educação que interessa ao setor produtivo em ascensão no Brasil, a partir do processo de reestruturação produtivo.

Estes autores afirmam que, para o setor do agronegócio, interessa a política de não valorização do ensino superior, pois, para estes, interessa o ensino superior em escolas privadas, em que não se preza pela indissociabilidade pelo ensino, pesquisa e extensão, além deste setor incentivar o ensino fundamental e médio.

Se correlacionarmos os dados do Quadro 4 com os dados apresentados no Quadro 03, podemos inferir também que, em 2010, na cidade de Uberlândia, a população era 604.013 e destes 15,77%, em 2010, representava a população com 25 anos ou mais que possuíam ensino superior completo, ou seja, 95.252 habitantes.

Se relacionarmos esse número de habitantes com os dados do Quadro 12, apresentado no quarto capítulo da tese, que demonstra o Estoque de emprego formal por grau de escolaridade no Brasil, em Minas Gerais, na então região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e em Uberlândia, no período de 2010 a 2016, percebe-se que havia em 2010, em Uberlândia, 95.252 habitantes, acima de 25 anos e com ensino superior completo, e nesse mesmo ano havia apenas 26.791 habitantes formados em nível superior, com emprego formal, embora os dados do Quadro 12 não façam menção à idade dos cidadãos. Todavia podemos considerar que essas informações desvelam a dimensão do desemprego uberlandense também nos níveis mais elevados da educação, uma vez que apenas 28,13%, aproximadamente, dos formandos em nível superior, estão empregados.

Por outro lado, se considerarmos a população total Uberlandense em 2010, que era 604.013 habitantes, e que destes apenas 15,77% possuía ensino superior completo, somos levados a corroborar com as constatações Barreto e Leher (2008), uma vez que identifica-se um grau de escolarização na educação básica muito significativo, bem maior que o número dos que estavam cursando ou tinham concluído o ensino superior, embora tenhamos identificados um significativo aumento no número de pessoas na educação superior no período de 2010 em relação a 1991.

Ainda, esses dados revelam que, em 2010, na cidade de Uberlândia tínhamos 15,77% da população com 25 anos ou mais, que tinham concluído o ensino superior e os dados do Quadro 02 mostram que apenas 11,15% da população uberlandense, acima de 18 anos, recebiam acima 5 salários mínimos. Esses dados demonstram que pelo menos 4,62% da população uberlandense, com ensino superior, não recebia mais de 5 salários mínimos, isto sem levarmos em conta que podemos ter pessoas na faixa etária entre 18 e 25 anos recebendo

mais de 5 salários mínimos, ou ainda pessoas recebendo mais de 5 salários sem a escolarização em nível superior.

Esses dados nos levam a indagar também sobre a qualidade da educação que foi e está sendo ofertada. Além disso, nos levam a correlacionar esses dados com as contribuições de Barreto e Leher (2008) que, em sua discussão, chamam a atenção para a educação/escolarização em massa que está sendo disponibilizada, em que não há valorização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme mencionado.

Ainda analisando os dados desses Quadros, outro fato nos chama atenção. Até 2010, o percentual da população na faixa etária dos 25 anos ou mais, com ensino fundamental incompleto ou analfabeto, nos estados de Minas Gerais e Goiás, eram similares ao percentual da população nesta mesma faixa etária com ensino superior. Esse fato denota certa similaridade entre os dois estados, sendo que, em 2010, possuíam respectivamente 10,41% e 10,06 da população ainda analfabeta e/ou com ensino fundamental incompleto, mesmo havendo um discurso de universalização da educação básica.

Retomaremos esses dados em capítulo mais adiante, em que iremos correlacionar a evolução da escolarização da população com 25 anos ou mais, na cidade de Uberlândia e em outras localidades, com os dados sobre evolução do emprego formal apresentados pelo CEPES (2019). Correlacionar essas informações é importante para melhor compreender a realidade em estudo.

Os estudos apresentados remetem a refletir também sobre a similaridade das desigualdades sociais nos estados de Minas Gerais e Goiás, uma vez que a taxa de analfabetismo é um indicador muito importante de desenvolvimento socioeconômico. A questão das desigualdades sociais tem fomentado o debate entre os estados, no tocante ao aumento ou não dos incentivos fiscais, visando reduzir as desigualdades.

Esta questão será aprofundada mais adiante em nosso trabalho, mas consideramos importante mencionar que, neste quesito, os estados que analisamos têm apresentado dados similares. Todavia, sabemos que o domínio da leitura e da escrita, bem como o conhecimento de mundo, promove tanto a socialização quanto o exercício dos direitos das pessoas como cidadãos, contribuindo, assim, para a saída de muitos da condição de vulnerabilidade.

Sobre essas condições, identificamos que a região em estudo apresenta índices consideráveis sobre as pessoas vulneráveis à pobreza (trabalho e renda) no período de 2000 a 2010, apresentados a seguir.

Quadro 5 - Evolução de pessoas vulneráveis à pobreza (trabalho x renda)

EVOLUÇÃO DE PESSOAS VULNERÁVEIS À POBREZA (TRABALHO X RENDA)														
UBERLÂNDIA			MINAS GERAIS			SÃO PAULO			DISTRITO FEDERAL			GOIÁS		
1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010		2000	2010	1991	2000	2010
36,22%	27,45%	12,41%	64,54%	48,17%	28,85%	29,57%	26,55%	16,13%	33,98%	28,89%	16,00%	59,30%	46,38%	24,22%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Atlas/Brasil (2013).

Estes dados, quando correlacionados com a evolução em percentual dos ocupados com 18 anos ou mais conforme o rendimento médio, apresentada no Quadro 2, para a cidade de Uberlândia, nos permite identificar que, apesar do percentual de vulnerabilidade ter reduzido de 27,45% em 2000 para 12,41% em 2010, este percentual é maior que o de ocupados com 18 anos ou mais, com rendimento médio até um salário mínimo em 2010, que registrou o percentual de 8,25%.

Em 2010, a diferença entre o percentual de vulneráveis à pobreza e o percentual de ocupados com 18 anos ou mais, que recebem até um salário mínimo, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, era respectivamente: 9,66%, 6,72%, 9,64% e 7,54%.

Os dados da evolução das pessoas vulneráveis à pobreza, apresentados no Quadro 5, também podem ser correlacionados com a educação, apresentada no Quadro 4. Embora não tenhamos apresentado dados sobre a escolarização e nem sobre a faixa etária das pessoas vulneráveis à pobreza (trabalho e renda), os dados nos permitem identificar que, em 2010, o percentual de vulneráveis à pobreza era 166,88% superior ao percentual dos analfabetos na cidade de Uberlândia.

Respectivamente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, a relação desses percentuais, em 2010, eram respectivamente: 177,4%, 209,59%, 140,75% e 271,23%. Em Minas Gerais esse dado é bem mais grave, pois o percentual de vulneráveis à pobreza, em 2010, era superior que o percentual de escolarizados com ensino médio completo e ensino superior incompleto em 32,94%.

As teorias que vêm fundamentando nossa pesquisa têm ressaltado problemas históricos que permanecem até nos dias atuais. Estas constatações são reflexos do processo de reestruturação produtiva, em que sua maior consequência foi o desemprego, conforme Hobsbawm (2015). Consequentemente, há o aumento no número de pessoas em condições de vulnerabilidade, mesmo que estas estejam alfabetizadas.

A seguir ampliaremos nossas discussões sobre a questão do emprego, buscando correlacionar o discurso do Estado com a realidade que os dados oficiais, sobre o emprego a partir dos anos 2000.

2.4.2 Evolução de emprego formal no período de janeiro a dezembro de 2002 a 2015 (Jan/Fev)

A partir de 1990, mudanças significativas ocorreram na sociedade mundialmente. No caso específico do Brasil, Vieira (2015) narra pormenores desse período no que diz respeito ao processo de privatizações, demonstrando o efeito destas mudanças para o trabalhador.

Conforme afirmado anteriormente, Fagiani e Previtali (2014) analisam a nova configuração da classe trabalhadora no século XXI e observam que, ao longo da década de 1990 e início do século XXI, houve um crescimento da classe trabalhadora, porém em condições nada favoráveis para o trabalhador.

Os dados do Quadro 6 mostram como foi esse crescimento em número, no período de 2002 até janeiro e fevereiro de 2015, nas seis principais cidades da então região do Pontal do Triângulo Mineiro, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, no Distrito Federal e no Brasil.

Retomando as contribuições de Fagiani e Previtali (2014) sobre o aumento da classe trabalhadora, em meados dos anos de 1990 e início do século XXI, e correlacionando suas considerações com os dados do Quadro 06, percebemos a confirmação das considerações dos autores citados, sobre o aumento da classe trabalhadora em números absolutos.

Esses dados demonstram que, no Brasil, a variação positiva no número de empregos formais é perfeitamente visível até 2014, tanto nas cidades da então região do Pontal do Triângulo Mineiro quanto nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, assim como para o Brasil.

Entretanto, a partir de 2014, percebe-se uma mudança drástica neste cenário de crescimento, no número de emprego, chegando até mesmo em algumas localidades a contar com variação negativa na evolução dos empregos formais, no início de 2015. Os dados do Quadro 06, no acumulado do ano (janeiro e fevereiro/2015), o saldo mostra o fechamento líquido de 80.732 postos de trabalho no Brasil, 11.049 postos de trabalho em Minas Gerais, 3.949 postos de trabalho em Brasília, 85 postos de trabalho em Uberlândia, 37 postos de trabalho em Araguari.

Quadro 6 - Evolução do emprego formal

EVOLUÇÃO DE EMPREGO FORMAL DE JANEIRO A DEZEMBRO DE CADA ANO							
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002 A 2015 E ACUMULADO DO ANO DE 2015(JAN/FEV)							
Município	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MG-Uberaba	2.929	1.032	1.859	699	1.584	1.237	1.994
MG-Uberlândia	3.125	6.000	8.716	3.727	4.748	10.021	10.577
MG-Patos de Minas	924	695	1.240	607	1.718	1.072	1.513
MG-Araguari	677	426	2.608	334	-261	864	978
MG-Ituiutaba	357	517	547	33	55	1.667	1.158
MG-Araxá	453	963	1.911	256	53	998	1.115
TOTAL DAS 6 MAIORES CIDADES DO PONTAL	8.465	9.633	16.881	5.656	7.897	15.859	17.335
TOTAL - MG	115.672	93.508	197.084	184.176	183.730	198.367	155.443
TOTAL - SP	243.973	214.263	542.744	530.438	534.463	669.804	573.411
TOTAL - GO	31.899	31.305	50.036	42.830	33.431	59.483	57.153
DF-Brasília	23.682	13.022	33.630	32.005	22.492	23.322	34.930
TOTAL - BRASIL	1.007.876	860.887	1.796.535	1.561.533	1.549.602	1.943.050	1.707.288
Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan a fev)
MG-Uberaba	3.112	6.800	1.876	2.101	3.426	2.417	1423
MG-Uberlândia	6.788	15.192	11.307	8.999	6.100	4.495	-85
MG-Patos de Minas	2.001	2.598	2.972	2.406	1.170	894	254
MG-Araguari	981	659	128	835	885	-259	-37
MG-Ituiutaba	-236	1.013	758	1.234	1.063	507	5
MG-Araxá	-179	1.881	1.588	1.805	1.324	231	33
TOTAL DAS 6 MAIORES CIDADES DO PONTAL	12.467	28.143	18.629	17.380	13.968	8.285	1593
TOTAL - MG	124.682	302.123	211.427	148.963	85.313	15.179	-11049
TOTAL - SP	349.330	745.390	566.933	347.268	260.417	41.848	-6275
TOTAL - GO	55.643	87.601	71.952	69.818	63.716	25.981	4495
DF-Brasília	29.935	39.294	31.545	26.099	21.555	8.715	-3949
TOTAL - BRASIL	1.397.845	2.629.827	2.026.571	1.372.594	1.138.562	398.136	-80.732

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ministério do Trabalho/CAGED.

Correlacionar os dados deste quadro com a conjuntura econômica e política de cada período nele especificado permite observarmos e traçarmos considerações sobre o período. Logo após as privatizações, o Estado coloca em prática diversas políticas, dentre elas a expansão universitária, a instituição dos Institutos Federais, e acima de tudo políticas em apoio ao setor produtivo, como políticas de incentivos fiscais em prol da empregabilidade, melhoria na infraestrutura rodoviária do país e diversos outros programas de aceleração do crescimento e melhorias das condições sociais da população.

Apesar do setor produtivo contar com todo esse aparato de incentivos, o que percebemos, a partir de 2014, é que, na medida em que o Estado recua com esses investimentos, o setor produtivo retrocede, não conseguindo caminhar por si só. Então, o discurso político de que se o Estado deixasse de ser produtor de bens e serviços e passasse a atuar apenas como regulador é falso.

O que ocorre de fato é que o Estado, com as privatizações, deixa de ser provedor de bens e serviços, mas passa a apoiar o setor produtivo com infraestruturas e créditos. Porém, em momento de crise, se o Estado reduz o apoio às empresas, estas logo reduzem os gastos

com a folha de pagamento e acirram o processo de precarização das condições de vida do trabalhador.

Acreditamos que há questões que não estão aparentes neste cenário e que precisam ser desveladas. Desta forma, essa discussão será aprofundada mais adiante em nosso trabalho, nos capítulos em que reservamos para discutir o aparato de medidas fiscais e o aparato de medidas educacionais, em apoio ao setor produtivo.

Neste sentido, estas considerações nos auxiliaram na desconstrução de discursos naturalizados de que “sempre foi assim” e que tudo ocorre como sempre ocorreu, como se os cidadãos merecessem ser destituídos de formas de pensar e de reflexão crítica sobre o papel do Estado neste processo de reestruturação produtiva.

3 APARATO DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS AO SETOR PRODUTIVO EM PROL DA GERAÇÃO DE EMPREGOS

Em nossa pesquisa almejamos melhor compreender as políticas elaboradas pelo Estado, que trazem, no seu bojo, o argumento de incentivo à geração de empregos, à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais. Nesse capítulo, buscamos discutir o aparato de incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os programas políticos e de incentivos complementares que o Estado concede ao setor produtivo.

Por conta disto, discutiremos as funções econômicas do Estado, algumas consequências do refinanciamento de dívidas da união para os estados e para o setor produtivo e as medidas afirmativas às microempresas e empresas de pequeno porte. Em decorrência desses estudos, discutiremos também alguns desdobramentos destas medidas na região Geográfica Intermediária de Uberlândia, mais especificamente nas agroindústrias de alimentos na cidade de Uberlândia.

Desta forma, discutiremos: 1) a Lei 24, de 07 de janeiro de 1975, que dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias; 2) a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o REFIS, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento de débitos tributários; e 3) a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata sobre as medidas afirmativas às empresas que promovem a geração de empregos e a empregabilidade, dispondo sobre normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito dos poderes da União, dos estados e dos municípios.

Para tanto, apresentamos inicialmente uma revisão da literatura sobre a historicidade da conjuntura política e econômica brasileira, para posteriormente chegarmos a tratar sobre as especificidades das funções econômicas do Estado enfatizando a discussão na questão dos benefícios concedidos pelo Estado para o setor produtivo.

3.1 Contexto e historicidade dos benefícios concedidos pelo Estado

A história nos mostra que o Brasil passou por várias mudanças políticas e econômicas, sendo que cada uma delas sofreu influências das medidas adotadas em anos anteriores. Nosso contexto atual não é diferente, sofremos muito os impactos de políticas adotadas desde os anos de 1930 e em especial nos anos de 1970, 1980 e 1990. A década de 1980 refletiu diretamente as consequências das políticas dos anos de 1970, em que, devido à abertura para investimentos privados nacionais e estrangeiros visando o desenvolvimento econômico e, em

especial a construção de infraestruturas para o setor produtivo, acabou endividando o Estado Brasileiro, com os empréstimos tomados a juros variáveis.

Hobsbawm (2015) discute as crises econômicas, em nível mundial. Ao tratar sobre o processo de internacionalização, mundialização, afirma que os reflexos das medidas tomadas no século XX a partir de 1990, com o processo de reestruturação produtiva, impactaram os Estados nacionais, ocasionando grande desemprego.

Hobsbawm (2015), Vieira (2015) e Lucena *et al* (2014) discutem também sobre a questão da crise nas economias nacionais e mundiais e as consequências da migração de empresas mediante a internacionalização, bem como sobre os juros internacionais que fizeram com que os sistemas nacionais entrassem em colapso. Esses autores nos mostram que no caso brasileiro não foi diferente, a conta do “milagre econômico” de 1970, chegou logo nos anos de 1980, e juntamente com ela vieram: a redução dos investimentos em obras públicas e privadas; a aceleração do desemprego; e o aumento da dívida externa contratada a juros flutuantes nos anos anteriores.

Os dados macroeconômicos apresentados pelo IPEA retratam que a economia brasileira, nos anos 1980 e 1990, estava desorganizada, apresentava queda no PIB e já sentia os reflexos do “milagre econômico” dos anos de 1970.

Vieira (2015) narra também as propostas econômicas de Tancredo Neves e José Sarney, especificando a gestão da dívida deixada pela ditadura militar, bem como as propostas, os planos e os programas de José Sarney, em especial o programa intitulado de “Programa de Prioridades sociais para 1985”, composto por diversos itens e subitens visando combater inflação e desemprego e reduzir as desigualdades sociais.

Esse autor explica que o então ministro do Planejamento João Sayad apresentou a proposta deste programa como sendo “marcada por ações governamentais votadas ao atendimento às populações de baixa renda nas áreas de alimentação, educação, saúde, habitação, emprego e justiça”. Esse contexto de otimismo diante de tantas desigualdades também foi retratado por Vieira como “marcado por intensos e autênticos movimentos sociais, assediados por uma mistura de mistificação política e prometidas liberdades democráticas” (VIEIRA, 2015, p. 414-415).

O Comunicado nº 155 do IPEA (2012) traz um gráfico retratando visão de longo prazo da desigualdade brasileira (índice Gini) desvelando, neste período, o aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais. Estes dados mostram que o Brasil atingiu em 1990 o índice Gini 0.607, seu maior nível de desigualdade de renda desde os anos de 1960, quando registrou o índice 0.535. Além disso, comprova que esta situação somente começou a ser

revertida nos anos 2000, quando o índice Gini começou a cair, atingindo, em 2011, o índice 0.527, seu menor nível de desigualdade desde os registros de 1960.

Vieira (2015), Hobsbawm (2015), Howlett, Ramesh e Perl (2013) dentre outros autores mostram que outro fenômeno que marcou nacionalmente e mundialmente a conjuntura política e econômica da época foram as transformações do mundo produtivo, em que se passou a predominar o aumento do poder das empresas multinacionais e o acirramento pela disputa de poderes comprometendo a autonomia dos estados nacionais, ocorrendo ao mesmo tempo, em que as empresas passavam por um processo de reestruturação produtiva, buscando maior eficiência e controle por meio dos avanços tecnológicos e organizacionais.

Reflexões sobre os estudos apresentados por esses autores nos permitem perceber que o processo produtivo torna-se mais flexível, ajustando a produção à venda e reduzindo os desperdícios, terceirizando os serviços essenciais, ao mesmo tempo em que, em um processo de globalização, diminuem-se as distâncias e são disseminadas mundialmente novas formas de produzir e comercializar, integrando cada vez mais as fronteiras, porém as desigualdades econômicas e sociais não foram reduzidas dentro de cada país e nem mesmo entre eles.

A partir de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, o neoliberalismo de mercado (conservador e elitista) se torna uma ideologia dominante, opondo-se ao modelo socialista e social democracia, conforme relatam Libâneo, Oliveira e Toschi (2007). Percebe-se que, neste modelo, prevalecem os seguintes projetos de modernização: a livre concorrência e fortalecimento da iniciativa privada; Estado minimalista, com três funções, policiamento, justiça e defesa nacional; projeto de desestatização, desregulamentação e privatização; desqualificação dos serviços públicos e das políticas públicas; e estímulo à competitividade, eficiência e qualidade, embasados fortemente nas contribuições teóricas de Friedrich Hayek.

Todavia, estes autores destacam que:

O neoliberalismo teorizado por Hayek não significa o fim do novo liberalismo/social-liberalismo de Keynes e Dewey ou mesmo uma negação de todos os fundamentos do liberalismo clássico, e sim uma nova, grande e complexa rearticulação do liberalismo, imposta pela nova ordem econômica e política mundial. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 86)

Desta forma, conforme discutimos em nosso capítulo anterior, sobre reestruturação produtiva e as transformações no papel do Estado, percebemos que o discurso político neoliberal pregava que o Estado deveria deixar de produzir bens e de prestar serviços, aumentando assim a concorrência, além de aumentar o número de empresas e, conseqüentemente, gerando mais empregos.

Entretanto, reflexões sobre os estudos apresentados no capítulo anterior,

principalmente sobre as contribuições de Harvey (2012), permitem inferir que, no ideário neoliberal, pregava-se o Estado Mínimo apenas para a classe trabalhadora, uma vez que o Estado deveria continuar mantendo políticas e infraestruturas para que as grandes empresas continuassem operando. Reflexões sobre a greve dos caminhoneiros de maio de 2018, com reinvidicação de isenções fiscais e sobre as grandes empresas transportadoras que estavam por trás desta greve, nos mostram como são atuais as questões relacionadas ao nosso objeto de estudo, embora este não seja o recorte de nossa pesquisa.

Apesar das rearticulações em favor do setor produtivo, os dados oficiais e a conjuntura política e econômica desse período, nos permitem inferir que houve mudanças qualitativas e quantitativas em relação à economia e às políticas públicas brasileiras anteriores no tocante à educação, conforme discutiremos no capítulo seguinte.

Os estudos de Howlett, Ramesh e Perl (2013) comprovam a presença de jogos de interesses nas diferentes propostas em disputa na sociedade, retratando uma realidade bastante complexa e passível de várias interpretações, em especial sobre as funções econômicas do Estado. Entretanto, estes jogos de interesses não se configuram como “luta de classes” à luz da Teoria Marxista. Diversos autores trabalham com a categoria luta de classes, inclusive dando amplitude ao conceito de classes, conforme discutido no capítulo anterior; entre eles destacamos Antunes (2009), Mészáros (2011b) e Wright (2000).

A explicação destes autores nos permite perceber a diferença existente entre de luta de classe e jogos de interesses. Wright (2000) explica que a análise de classe inclui diversos elementos como: estrutura de classes; formação de classes em atores organizados coletivamente; a consciência de classe, ou seja, a compreensão dos atores de seus interesses de classe; e a luta de classes, que se configura na prática de atores para a realização de interesses de classe. De modo especial, esse autor explica que “não se trata de simplesmente entender a estrutura de classes, mas seus efeitos, entender as interconexões entre esses elementos e suas consequências para outros aspectos da vida social” (WRIGHT, 2000, p. 2).

A perspectiva histórica nos permite explorar a história política brasileira e perceber que, ao longo dos tempos, sempre houve manobras nas decisões políticas implicando em ganhos para uns e perdas para outros. O processo de redemocratização brasileiro não alterou esta lógica das políticas públicas, tampouco desmontou os privilégios e benefícios para o setor produtivo em forma de incentivos, isenções e subsídios concedidos pelo Estado Brasileiro. Desta forma, no tópico seguinte, a discussão recairá sobre as funções econômicas do Estado e algumas especificidades dos incentivos fiscais e das medidas afirmativas às microempresas e empresas de pequeno porte proporcionados pelo Estado brasileiro ao setor produtivo.

Consideramos que a discussão sobre as funções econômicas do Estado é importante, porque contribui com elementos para a problematização e análise das políticas públicas em prol da empregabilidade. A problematização destas políticas é essencial para um processo de conscientização e desnaturalização do que está posto na sociedade, uma vez que estas medidas do Estado podem, de modo geral, influenciar a vida de todos os cidadãos.

3.2 Funções econômicas do Estado: breve histórico

Diversos autores contribuem com o debate conceitual e compreensão das funções econômicas do Estado, instigando reflexões sobre a lógica da formulação de políticas públicas, em especial das políticas públicas correlacionadas com o nosso objeto de estudos. Dentre eles, destacamos Musgrave e Musgrave (1980), que discutem a questão das finanças públicas americanas. Consideramos que entender este movimento a nível mundial é importante, porém consideramos que as funções econômicas do Estado Brasileiro não podem ser analisadas sem considerar o contexto histórico, político e social em que estão inseridas.

Vieira (2015) descreve que o histórico do sistema federativo brasileiro é marcado por ciclos em que o poder central ao longo do tempo passou por processos de contração e descontração. Com a Constituição Federal de 1988, houve uma tendência geral à descentralização, em que se buscou de forma mais clara a redistribuição de recursos públicos; neste sentido, foram destinados recursos aos governos estaduais e municipais das regiões menos desenvolvidas.

A literatura nos mostra que ainda é grande a diferença de carga tributária entre os estados brasileiros, mais ou menos desenvolvidos, como também são grandes as diferenças de interesses no que diz respeito às políticas de incentivos ao setor produtivo, que impõe desafios aos agentes políticos, tanto na elaboração das políticas públicas, quanto no exercício de suas funções.

Cleps Junior (1998), ao tratar sobre o processo de expansão econômica e territorial no oeste do estado de Minas Gerais, apresenta a evolução da política tributária e das leis de incentivos para o setor agrícola e agroindustrial. Segundo esse autor:

Essa dinâmica perversa da guerra fiscal não deixa de refletir um novo padrão de intervenção estatal no Brasil, onde os governos estaduais procuram ocupar o espaço deixado pela União em termos de política industrial. Os estados, ao oferecerem grandes vantagens iniciais às empresas, fazem-no com a possibilidade de aumentar no futuro a arrecadação de impostos das mesmas empresas. (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 150)

Percebemos nessas considerações uma transformação importante no papel do Estado

no tocante à política industrial, que foi a descentralização. Porém, ao transferir para os entes federados essa responsabilidade, afloram as políticas de governos, que priorizam o curto prazo em detrimento às políticas de longo prazo, além de acirrar a disputa entre os estados.

Especificamente sobre as políticas que operam de forma mais significativa através do orçamento público, alterando as receitas e despesas, Musgrave e Musgrave (1980) destacam:

A função alocativa da política orçamentária – O fornecimento de bens públicos ou do processo pelo qual a totalidade dos recursos é dividida para utilização no setor público e no setor privado, [...] Ajustes na distribuição de renda e riqueza para assegurar uma adequação àquilo que a sociedade considera como um estado “justo” ou adequado de distribuição. Este ajuste será conhecido como a função distributiva. [...] O uso de política orçamentária visando à manutenção de um elevado nível de emprego, um razoável grau de estabilidade do nível de preços, uma taxa apropriada de crescimento econômico, e ainda o alcance de estabilidade na balança de pagamentos. Nós nos referiremos à tentativa de alcançar esses objetivos como a função estabilizadora da política orçamentária. (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 6)

Estes autores, embora estejam analisando a economia americana, explicam também o processo de vulnerabilidade às flutuações em níveis de renda e emprego que as economias nacionais passaram a enfrentar a partir da abertura do mercado. Segundo estes autores, as políticas de estabilidade doméstica devem ser conduzidas de forma a conciliar os objetivos domésticos com aqueles ligados ao comércio internacional e esta coordenação envolve, portanto, um processo de coordenação econômica internacional (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980). Percebemos, nessas considerações, que no período em que esses autores procederam essa análise estava se consolidando a tendência neoliberal que se expandiu mundialmente.

Nas considerações destes atores era necessária uma coordenação das três funções básicas, citadas, e as funções redistributivas e estabilizadoras da economia caberiam à União, sendo que os demais estados deveriam cooperar para o sucesso destas políticas, pois, nas palavras dos autores: “na história fiscal são muitos os exemplos em que a obtenção de uma determinada meta implica no abandono de um outro projeto” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 15). Ainda segundo esses autores, neste contexto surgem os conflitos de interesses, assim como os grupos de interesses que podem influenciar, em muito, as políticas oficiais, comprometendo os objetivos traçados pelos governantes em seus planos e programas de governos.

Musgrave e Musgrave (1980, p. 98) afirmam que: “Se o processo social é visto em termos de uma luta de classes, as decisões relacionadas com os impostos e os gastos governamentais tornam-se um importante instrumento nesta luta”. Entretanto, dialeticamente

analisando, eles chamam a atenção para o fato de que “o papel da atividade orçamentária pode tomar outro aspecto e ao invés de um meio de exploração pode se transformar em um instrumento de acomodação social”. Mais adiante, ainda neste capítulo, retomaremos a estas considerações para discutirmos a política de incentivo fiscal brasileira, em especial os programas de refinanciamentos e parcelamentos de dívidas.

Ao discutirem mais especificamente sobre as influências dos grupos de interesses na política fiscal e orçamentária, estes autores afirmam que:

É evidente que as decisões da política fiscal são um meio através do qual os interesses de determinados grupos são expressos. Do lado dos dispêndios, as pressões são geradas tanto pelos consumidores quanto pelos produtores dos serviços públicos. Entre os grupos de consumidores, as associações automobilísticas apoiam a construção de rodovias, os inquilinos apoiam a construção de moradias populares [...] Entre as organizações produtoras, a indústria de armamentos favorece gastos militares, as corporações de construção civil advogam programas de moradias, os lobbies da construção e do transporte rodoviário pressionam a favor de mais rodovias, associações de professores desejam mais contratações e um melhor salário etc. (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 99)

Ainda nas considerações destes autores, os grupos de interesses podem apresentar um quadro análogo no que diz respeito aos impostos:

Vários grupos de contribuintes se organizam para defender seus interesses, e as comissões que estudam os impostos no Congresso encontram-se sob constantes pressões, como já havia sido ressaltado. Estes grupos podem defender os interesses da indústria petroquímica a favor de abatimentos tributários em função da exaustão dos poços de petróleo, o lobby do setor imobiliário, apoiando métodos de depreciação acelerada, governadores advogando isenção do pagamento de juros das dívidas de seus estados com a União, ou representantes das escolas privadas requisitando o abatimento das mensalidades escolares para fins do imposto de renda ou a possibilidade de total dedução fiscal das contribuições feitas às instituições de ensino. Na medida em que cada grupo tem por objetivo evitar uma tributação relativa maior do que a dos outros grupos, eles contribuem para a formação de um sistema fiscal mais equitativo. Mas se eles buscam e obtêm uma situação fiscal mais favorável o resultado será o oposto. (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 99)

Reflexões sobre as considerações destes autores nos permitem inferir que tanto os incentivos na forma de programas políticos e de incentivos complementares, quanto os de fornecimento de infraestruturas para o setor produtivo, são instrumentos utilizados no jogo de interesses pelos agentes das políticas públicas.

Os estudos apresentados nos permitem perceber que as consequências deste jogo de interesses no campo dos incentivos fiscais é muito devasta, pois não é um jogo em que todos

ganham e sempre o contribuinte acaba “pagando a conta” de uma forma ou de outra. Como exemplo desta constatação, podemos retornar ao exemplo citado da recente greve dos caminhoneiros, em que não havia presente um instrumento de luta de classes por parte dos caminhoneiros, e sim um jogo de interesses de grandes empresas transportadoras, capturando o movimento dos caminhoneiros em favor dos seus interesses, em especial, a redução e isenção de impostos e contribuições.

Em decorrência dos estudos apresentados sobre as funções econômicas do Estado e a lógica da formulação das políticas públicas, que alteram as receitas e despesas dos entes federados, discutiremos a seguir a questão da Lei 24/75, que trata sobre normas relacionadas com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

3.2.1 Lei 24/75 – A questão do ICMS e seus desdobramentos

A literatura nos mostra que, no caso específico da política fiscal brasileira, que altera diretamente as receitas e despesas dos entes federados, alguns impostos são complexos, por exemplo o ICMS, e estes têm gerados muitas discussões e o acirramento da luta entre os estados, se configurando em uma verdadeira guerra.

Em nível nacional, a retirada pelo governo brasileiro da cobrança do ICMS sobre a exportação de alguns produtos semielaborados beneficiou as agroindústrias de alimentos nacionais, como as que trabalham com processamento de soja. Entretanto, em nível estadual, as questões em torno do ICMS são mais polêmicas.

Apesar de haver ordenamento jurídico, pois a Lei Complementar 24/75 dispõe e institui normas relacionadas com este tributo, exigindo que concessões de isenções e benefícios relacionados com esse imposto, sejam tomadas com base em convênios aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), esta disputa entre os estados prevalece muito acirrada.

Os estudos analisados ao longo deste trabalho têm mostrado que o principal motivo desta disputa está no fato de que estas concessões de privilégios, como favores, benefícios corporativos na forma de incentivos, isenções e subsídios afetam a preferência das unidades produtivas, devido ao jogo de interesse, em que maximizar o lucro é a meta primária do setor produtivo.

Neste jogo, de um lado está o setor produtivo, que visa aumentar seu lucro e acumular capital e clama por estes incentivos fazendo destes, muitas vezes, um fator decisivo para sua tomada de decisão sobre onde instalar ou relocar suas unidades. De outro lado estão os

governantes que, almejando aumentar suas receitas, via arrecadações, provêm este tipo de política de incentivo ao setor produtivo, levando muitos estados a uma verdadeira guerra fiscal, e acabam até mesmo não obedecendo o ordenamento jurídico existente para nortear estas questões, tampouco levam em considerações os impactos destas medidas no longo prazo.

Os estudos apresentados nos permitem considerar que muitas vezes os políticos fazem este tipo de manobras em benefício de seus estados porque sabem do poder que eles possuem no jogo de interesse, no campo das “trocas de favores”. Percebemos uma vasta literatura que denuncia esta prática e alerta para suas consequências, que são devastas, colocando em crise até mesmo a democracia brasileira. Para saber mais sobre a temática crise da democracia brasileira, recomendamos a leitura de Lucena, Previtali e Lucena (2017), que demonstram os desdobramentos do processo de crise econômica internacional e seus impactos no Brasil.

Piancastelli e Perobelli (1996), Cavalcanti e Prado (1996), Fernandes e Wanderley (2000), dentre outros, discutem questões relacionadas com a guerra fiscal, com ênfase no dilema em torno do ICMS, em diversos estados brasileiros. Os estudos destes autores mostram que o contribuinte muitas vezes acaba “pagando a conta”, além de ser incumbido de realizar tarefas que não são suas, como a fiscalização, pois os estados destinatários da operação não reconhecem os créditos decorrentes de operações em que os remetentes são beneficiados por incentivos fiscais em desacordo com a Lei Complementar 24/75.

O jogo de interesse descrito por Musgrave e Musgrave (1980), na atualidade, aparece de forma bem evidente na política fiscal brasileira, em especial devido à crise política e econômica que acirrou o desemprego a partir de 2015. Recentemente, no Brasil, os estados que haviam concedido benefícios sem a aprovação do CONFAZ e estavam nesta disputa com os estados contrários às concessões foram, de certa forma, beneficiados, uma vez que, em 2017, o Presidente Michel Temer sancionou a Lei Complementar 160, de 07 de agosto de 2017, que:

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei no 12.973, de 13 de maio de 2014. (BRASIL, 2017, s/p)

Percebe-se que, tanto na análise da literatura, quanto no ordenamento jurídico, que os governantes, no exercício de suas funções, participam de um jogo de interesses, tanto entre as unidades federativas quanto com os grupos de interesses do setor produtivo e grupos de

interesses especiais, via “troca de favores”. Neste contexto, as funções econômicas do Estado despertam reações conflituosas, uma vez que a federação é composta por estados competitivos entre si, assim como também é complexa a sociedade, não apenas em assuntos econômicos, mas também em fatores históricos, sociais, culturais e políticos.

Estas questões de cunho econômico e fiscal, no Brasil, não ocorreram em perspectivas diferentes das discutidas por Musgrave e Musgrave (1980) ao analisar a economia americana. Consideramos que analisar os determinantes deste processo de disputa corrobora para melhor compreender os conflitos tributários entre os estados brasileiros, que se caracteriza também como um processo histórico, que acompanha o movimento das estruturas produtivas, evidenciando que:

[...] os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que a “estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” [...] (MARX, 2013, p. 156-157)

Desta forma, consideramos que reflexões sobre os estudos apresentados nos permitem inferir que tanto os conflitos quanto o ordenamento jurídico atual que trata sobre o aparato de medidas adotadas pelo Estado Brasileiro em apoio ao setor produtivo são reflexos de acontecimentos que ocorreram ao longo dos tempos, porém neste processo histórico há claramente o determinante estrutural previsto por Marx (2013) condicionando estas questões.

Almeida, ao analisar o contexto brasileiro da década de 1990, em especial a problemática da desigualdade regional, afirma que as políticas de desregulamentação do mercado nacional eram um novo componente nessa problemática desde 1980. Afirma ainda que uma das principais consequências da desregulamentação do mercado nacional foi “o aumento dos investimentos externos no país” (ALMEIDA, 2012, p. 15).

Reflexões sobre as considerações deste autor nos permitem inferir que, até o início dos anos de 1980, havia nas políticas nacionais objetivos claros de integração territorial; entretanto, a partir deste processo de abertura do mercado para os investimentos externos as políticas passaram a ser fragmentadas, sem objetivos definidos e comandadas pelo mercado.

Nascimento (2008) também discute as políticas brasileiras que operam, de forma significativa, via orçamento público, e a forma como foram implantadas no Brasil. Segundo esse autor, na década de 1990, muitos estados, influenciados pelo processo de internacionalização e pela abertura de mercados, buscaram atrair investimentos geradores de crescimento econômico, produção, emprego e renda.

Para tanto, concederam incentivos fiscais ao setor produtivo, porém, estas medidas não ocorreram em cenário harmônico e marcado pelo consenso. Dentre as consequências destas concessões estava a geração de conflitos, que se configurou em uma verdadeira “Guerra fiscal”, que nas palavras desse autor é entendida como:

[...] disputa entre as UF para atrair à sua esfera de domínio investimentos e ou receita tributária oriundos de outros Estados. Esta prática se dá com a concessão de benefícios fiscais, financeiros e de infraestrutura às empresas interessadas em investir ou transferir seus investimentos para o Estado que concede o benefício. (NASCIMENTO, 2008, p. 679)

Ainda no entendimento deste autor, os incentivos ao setor produtivo podem ser classificados em três tipos:

Tipo 1 – Concessões prévias para o início da atividade: doação de terrenos, obras, facilidades de infraestrutura e outras formas de dispêndio financeiro que geram benefícios parciais ou totais para a empresa.

Tipo 2 – Benefícios creditícios associados ao investimento inicial e à operação produtiva: formas diversas de crédito para capital fixo ou de giro. O crédito pode ser oferecido pelo governo estatal, antes do início das operações da empresa, de uma só vez, ou em várias parcelas, ao longo do processo de implantação e ou operação. Os financiamentos são ofertados pelas instituições bancárias de investimento, com recursos de fundos estaduais ou de programas de desenvolvimento regional.

Tipo 3 – Benefícios tributários relacionados à operação produtiva: a renúncia fiscal pode se dar por meio da redução ou postergação de recolhimento ou, ainda, pela isenção de impostos. (NASCIMENTO, 2008, p. 680)

Esse autor afirma que os estados mais pobres são os que mais concedem incentivos ao setor produtivo, embora sejam também os que mais perdem com este tipo de concessão, uma vez que, paralelamente ao desenvolvimento atraído para território, vêm também uma série de problemas relacionados com a demanda por serviços públicos, tais como educação, saúde, transporte, segurança, saneamento básico, entre outras despesas provenientes do crescimento populacional e da elevação de renda per capita (NASCIMENTO, 2008).

Os estudos apresentados mostram que a geração de empregos é uma das justificativas para a prática de concessão de incentivos ao setor produtivo e, portanto, fazem parte da função estabilizadora da política orçamentária, que visa, dentre outras questões, manter elevado o nível de emprego.

Entretanto, os resultados de pesquisa comparativa que avalia o impacto da guerra fiscal nas receitas do ICMS, na geração de postos de trabalho e no PIB do setor, realizada por Nascimento (2008), apontam que, no tocante à geração de empregos no setor da indústria, os incentivos fiscais pesquisados por este autor não alteraram o ritmo do crescimento do emprego industrial. Reflexões sobre as considerações desse autor permitem considerar que

isto indica que as políticas brasileiras com capacidade de contribuir com a redução das desigualdades econômicas, sociais e de renda precisam ser revistas.

Fica, portanto, evidente, o histórico das manobras do Estado, discutido por Vieira (2015), que apresenta estudos que vão desde a República Brasileira até o governo Lula. Nesses estudos são explicitados alguns pormenores de cada momento histórico, por exemplo, o ato de resistir, tanto dos brasileiros quanto dos estados nacionais menos desenvolvidos. Em especial, este autor desvela a insegurança provocada pelos malabarismos realizados com a lei e com a legalidade, que inclusive acirram as desigualdades existentes.

Os estudos de Vieira (2015) vislumbram mostrar o caminho trilhado pelos brasileiros para conquista de seus direitos individuais e sociais. Nesta trajetória, os anos de 1990 são apresentados como uma década marcada pelo Plano Real e por uma considerável estabilização dos preços; entretanto, este período de estabilização desvela outro problema enfrentado pelos estados menos desenvolvidos.

Silva, Monteiro Neto e Geraldo (2013), profissionais especializados vinculados ao IPEA e ao Ministério da Fazenda, discutem como ocorreu o processo de estabilização da inflação em 1994 e desvelam a situação que os estados nacionais passaram a enfrentar a partir desta estabilização. Segundo estes autores, a partir da estabilização, as Unidades Federativas tiveram reduzidas suas receitas com o impacto da redução do “imposto inflacionário”.

Segundo Cysne e Coimbra-Lisboa (2007, p. 276), “em um país com inflação positiva, define-se imposto inflacionário como os juros reais negativos pagos pelo Banco Central sobre seu passivo monetário, composto pelo papel-moeda em poder do público e pelos encaixes totais dos bancos comerciais”. Este tipo de imposto era uma forma que os estados tinham para financiar suas despesas.

Diante de um contexto marcado por uma inflação menor, a dívida dos estados com a União cresceu em 3,20% de 1994 para 1997, segundo Silva, Monteiro Neto e Geraldo (2013). A alternativa adotada pelo Governo Federal foi o refinanciamento de dívidas estatais por um prazo de até 30 anos, mediante a aprovação da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997 que, conforme as considerações dos autores citados, contribuiu para aumentar ainda mais as desigualdades regionais, devido aos termos contratuais adotados.

Ressaltamos que o refinanciamento de dívidas que trata a lei citada anteriormente refere-se ao refinanciamento de dívida pública de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, e não de dívidas do setor privado. De acordo com o Artigo 2º da Lei 9.496/1997, reforçado pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, além dos objetivos específicos para cada unidade da

Federação, contém metas ou compromissos quanto a:

- I - dívida financeira em relação à receita líquida real - RLR;
- I - dívida consolidada; (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)
- II - resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;
- III - despesas com funcionalismo público;
- III - despesa com pessoal; (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)
- IV - arrecadação de receitas próprias;
- IV - receitas de arrecadação própria; (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)
- V - privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;
- V - gestão pública; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)
- VI - despesas de investimento em relação à RLR.
- VI - disponibilidade de caixa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016). (BRASIL, 2016, s/p)

Reflexões sobre os termos contratuais permitem inferir que esses são norteados pelo pensamento neoliberal, em especial pelo discurso de privatização e gestão pública. Inclusive a Lei Complementar nº 156, editada em 2016, vem reforçar também os instrumentos de controle no tocante a gestão pública.

O estudo apresentado pelo IPEA apresenta considerações importantes no tocante às desigualdades regionais. Segundo seus autores, “houve forte concentração na concessão de subsídios da União para os estados, gerando-se iniquidade, visto que a união não tratou os desiguais de maneira desigual, na medida em que se diferenciam socioeconomicamente” (SILVA; MONTEIRO NETO; GERALDO, 2013, p. 8). Logo, este estudo é enfático em afirmar que a ação da União foi contrária ao princípio da equidade entre os estados, com o agravante de que, neste processo de concessão de subsídios, os estados mais desenvolvidos foram os mais favorecidos pela União, destacando que:

Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos representam 60% do PIB brasileiro, apropriaram-se de aproximadamente 86% do total de subsídios concedidos pela União [...] Por sua vez, os quatro estados que menos receberam subsídios pertencem às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. É emblemático o caso de Alagoas, que, apesar de deter alguns dos piores indicadores sociais do país, de possuir aproximadamente 1,6% da população nacional, mas apenas 0,6% do PIB, e de ser um dos estados que menos cresceram na região Nordeste entre 1999 e 2010, pagou intertemporalmente subsídios à União no processo de refinanciamento de sua dívida. (SILVA; MONTEIRO NETO; GERALDO, 2013, p. 16)

Percebemos que, nas considerações destes autores, a questão do federalismo fiscal brasileiro tem retardado a possibilidade de redução das desigualdades regionais, na medida

em que impede a capacidade de investimentos nos estados menos desenvolvidos. Analisando estas considerações à luz da Teoria Marxista, percebemos claramente a presença da categoria contradição, na medida em que a União deveria conceder mais subsídios aos estados menos desenvolvidos e não aos estados mais ricos, como consta na citação anterior.

Além da categoria contradição, outro fenômeno marcante que detectamos neste cenário é o “jogo de interesses”, que não se configura como uma luta de classe, pois não há neste processo de disputa esforços para a formação de consciência de classe e não há vínculos entre membros, explicitando, na realidade, a questão da individualidade e do processo de alienação que media estas relações.

Na introdução de nossa pesquisa mencionamos sucintamente as divergências existentes sobre a questão de incentivos fiscais entre os estados brasileiros, mais especificamente entre os estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, equidistantes da cidade de Uberlândia, polo de nossa pesquisa. Algumas categorias como contradição, alienação e mediação presentes neste contexto são muito importantes para analisarmos as nuances presentes e poderão subsidiar futuras contribuições tanto para o emprego e para a formação profissional, quanto para reflexões acerca da efetividade das políticas governamentais inerentes aos temas.

Ressaltamos que, em nossa pesquisa, o objetivo não é apontar soluções para os possíveis problemas que enfrentados, mas melhor compreender as múltiplas relações que se desenvolvem no aparato de medidas desenvolvidas pelo Estado em apoio ao setor produtivo.

A literatura tem mostrado que este processo de jogo de interesse entre grupos ou estados acaba acirrando as desigualdades. Piancastelli e Perobelli (1996) analisam a questão da evolução do ICMS, especificando suas distorções em nível estadual e regional e as consequências da guerra fiscal travada entre os estados brasileiros. Segundo esses autores, esta disputa ocorre de forma organizada e sofisticada nas regiões mais desenvolvidas. Em suas palavras:

A região sudeste, por ser a região mais desenvolvida do país, com grande concentração em termos receita de ICMS, é a que faz uso mais amplo de uma combinação de isenções fiscais e linhas de crédito subsidiado para atrair e revitalizar investimentos. Os programas de fomento à industrialização são extremamente diversificados, com grau de sofisticação na seleção de segmentos industriais prioritários, e administrados por órgãos com longa tradição na identificação, promoção e captação de investimentos, como são o INDI – Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais e a Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo. (PIANCASTELLI; PEROBELLI, 1996, p. 31)

Reflexões sobre as considerações destes autores nos permitem questionar a crise

financeira em que se encontram alguns estados brasileiros, possibilitando questionamentos também sobre os benefícios fiscais e de créditos que contraditoriamente são concedidos de forma organizada e generalizada pelos estados mais desenvolvidos e que acabam enfraquecendo os demais estados.

Ressaltamos a necessidade de analisarmos o movimento das questões em estudo. À primeira vista, esta situação tende a levar o leitor a posicionamentos totalmente contrários a este tipo de concessão de benefícios fiscais; entretanto, dialeticamente analisando, se imaginarmos um cenário totalmente isento destes benefícios, também teríamos outro problema. Os estados mais desenvolvidos e com melhor condição de fornecer infraestrutura para o setor produtivo continuariam se sobressaindo nesta disputa e o setor produtivo, movido pela busca por acumular capital, não teceria nenhum esforço para se instalar e/ou se deslocar para regiões que não fossem economicamente viáveis.

A questão que levantamos e que acreditamos que nossa pesquisa é limitada em responder é: em uma sociedade marcada pelas desigualdades regionais e tributárias, qual seria então o patamar de desenvolvimento, ou parâmetro estrutural que um estado precisaria ter atingido, para cessar a concessão de privilégios ao setor produtivo?

Reflexões sobre este assunto, correlacionadas ao objeto de nossa pesquisa, nos permitem inferir que os estados, visando aproveitar-se do processo de globalização, criaram programas de desenvolvimento regionais. A literatura mostra que o estado de Goiás, por exemplo, implantou diversos programas de concessão de benefícios, e muitos destes foram criados especialmente para o setor agroindustrial, devido às potencialidades econômicas da região para este tipo de empreendimento.

Desta forma, a região Centro-Oeste, em especial o estado de Goiás, busca alternativas para o desenvolvimento regional agroindustrial ancorado em políticas de subsídios e incentivos fiscais e conta, na atualidade, com diversos grandes empreendimentos no campo agroindustrial. Dentre eles, destacam-se: Cooperbras; Mineração Catalão; Ultrafertil; Mitsubishi; Perdigão; Grupo Comigo; Caramuru; Maeda; Braspelco Indústria de derivados de couro; Nestlé; Laticínio Bela Vista; Italac; Marajoara; Parmalat; Compleit; Quatro K; Grupo Codemim; além de um polo farmacêutico, grandes centros de distribuição de móveis, eletrodomésticos e outros empreendimentos.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) discute a importância dos incentivos fiscais na guerra contra as desigualdades regionais no Brasil e defende a busca do consenso de que estas medidas de apoio ao setor produtivo são necessárias. Segundo relatório apresentado pela FIEG, a região sudeste está em vantagem competitiva em relação às demais

regiões brasileiras, uma vez que:

Na medida em que dispõe da esmagadora maioria da indústria, essa região também concentra a renda e o consumo, além de contar com uma infraestrutura física, educacional e tecnológica muito superior ao resto do país, o que representa fortes economias de aglomeração. São vantagens de localização com um enorme poder de atração sobre os investimentos. Assim, o país fica preso a um círculo vicioso que tende a reproduzir permanentemente a sua elevada desigualdade regional. (FIEG, 2008, p. 91)

Entretanto, reflexões sobre essas considerações da FIEG, correlacionadas com os estudos que realizamos, apontam o estado de Goiás com características um tanto semelhantes aos estados da região sudeste, inclusive com grandes corporações atuando no estado, como o grande complexo agroindustrial presente nesta região, conforme apresentado.

Em decorrência dos desdobramentos em torno da questão do ICMS e do parcelamento pela União de dívidas dos estados, que conforme os estudos apresentados, acirram as desigualdades regionais, iremos discutir também as medidas adotadas pelo Estado em apoio mercado/capital, no tocante ao parcelamento de dívidas do setor produtivo via programa REFIS, em especial o implantado em 2009.

3.2.2 Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 – A questão do REFIS e desdobramentos

A implantação de programa de refinanciamento fiscal, em 2009, em apoio ao setor produtivo, não pode ser vista como uma surpresa, pois a literatura nos mostra que no Brasil é histórico, que em momentos de crise sempre há a mão do Estado em apoio ao setor produtivo, acompanhando, assim, uma tendência mundial.

No cenário da crise de 2008 não foi diferente. O Estado adotou, na área tributária em atendimento ao setor produtivo, o parcelamento ordinário de débitos tributários, implementando o REFIS em 2009, mediante a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, que tratou sobre o parcelamento ou pagamento dos débitos para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive dos saldos remanescentes de outros parcelamentos.

Esta prática de suporte ao setor produtivo não ocorreu apenas na esfera federal, tendo sido implementada também por governos estaduais e municipais. Seus impactos são significativos tanto sobre a arrecadação tributária quanto sobre o comportamento dos contribuintes e sobre o PIB, em âmbito nacional e regional.

Apesar disto, a literatura nos mostra que esta prática se tornou uma constante, uma vez

que o Estado aprovou legislação específica para fins de recuperação fiscal nos anos 2000, 2003, 2006 e 2009. Inicialmente, o Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; seguido pelo Parcelamento Especial (PAEX), conforme a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; e pelo parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006; e posteriormente o REFIS em 2009, mediante a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, que estamos analisando mais especificamente.

No caso do refinanciamento de dívidas, Paes (2014) avaliou os programas de refinanciamento brasileiro e constatou que os Programas de Recuperação Fiscal, no âmbito federal, concedidos em curtos intervalos de tempo, tiveram impactos no comportamento do contribuinte, bem como sobre a arrecadação. Conforme narrativa deste autor, nestes programas há um comportamento comum dos contribuintes:

No momento em que são instituídos, há uma adesão em massa dos contribuintes, mas com o passar do tempo muitos deles são excluídos, seja por inadimplência ou por quitação da dívida ou ainda por adesão a um novo parcelamento. Com isso, logo após o terceiro ano a quantidade de contribuintes que permanecem nos programas cai substancialmente. (PAES, 2014, p. 326)

As considerações do autor citado acima retratam bem a fala dos autores Musgrave e Musgrave (1980) ao tratarem sobre o fato de certas medidas no âmbito das políticas orçamentárias se tornarem “instrumento de acomodação social”. Reflexões sobre as considerações desses autores, correlacionadas com nossos estudos, nos permitem considerar que uma parcela do setor produtivo de certa forma se acomoda, deixa de cumprir com suas obrigações fiscais e fica à espera de que o Estado novamente lance novo programa de refinanciamento e parcelamento fiscal e, desta forma, obtém certa vantagem econômica e até competitiva em relação aos seus concorrentes que quitam seus débitos em dia.

A prova disto está nas constatações de que os números sobre migração de um refinanciamento para outro são expressivos e que o percentual que aproveita estes programas para realmente quitarem suas dívidas é muito pequeno (PAES, 2014). Então, nos indagamos: por que o Estado continua promovendo estes programas?

Buscamos uma possível resposta para esta indagação na nota técnica do IPEA sobre custo e tempo do processo de execução fiscal promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), elaborada por Cunha, Klin e Pessoa (2011).

Segundo este relatório, o custo unitário médio total de uma ação de execução fiscal promovido pela PGFN é de R\$ 5.606,67, sendo que o tempo médio total de tramitação é de 9 anos, 9 meses e 16 dias e a probabilidade de obter-se a recuperação integral do crédito é de

25,8%. Considerando estes dados, os autores desta pesquisa consideram que o ponto a partir do qual é economicamente justificável promover-se judicialmente o executivo fiscal é de R\$ 21.731,45 e, desta forma, em ações inferiores a este valor é improvável que a União recupere um valor igual ou superior aos custos do processo judicial (IPEA, 2011).

Entretanto, não podemos considerar que a implantação de programas de parcelamento de dívidas tenham sido implantados exclusivamente para recuperar os valores inferiores aos custos dos processos de execução fiscal, uma vez que identificamos, em nossa pesquisa junto às publicações das demonstrações contábeis de terceiros, empresas privadas e divulgadas na Imprensa Oficial de Minas Gerais, que grandes empresas aderiram a estes programas, com parcelamento de dívidas na casa de milhares de reais, valores estes bem superiores que os custos para execução via cobrança judicial, conforme análise apresentada mais adiante.

Os estudos apresentados mostram que este tipo de benefício surge das demandas do setor produtivo que, muitas vezes organizadas, aumentam seu poder negociações e entram em um jogo de interesses com o setor público. Muitas das empresas que demandam estes benefícios não estão com reais dificuldades econômicas em seus negócios e usam este tipo de benefício como forma de aumentar sua competitividade e acumular capital, ou aderem a estes programas quando lhes é conveniente, por exemplo, para receber uma certidão negativa de débito visando novos empréstimos, participação em licitações ou qualquer outra forma que exija que sua situação esteja regular com o Estado.

Entretanto, existem empresas com reais dificuldades que realmente utilizam destes programas para conseguirem continuar operando. Na pesquisa que realizamos junto às demonstrações contábeis, podemos perceber empresas com resultados de exercício negativos, assim como empresas com alta taxa de lucro, que aderiram ao Refis.

Os resultados da pesquisa de Paes (2014) mostram que a concessão de parcelamentos sucessivos reduz significativamente a propensão do contribuinte para pagar seus impostos, ainda que a diferença entre o que é previsto legalmente e o que realmente entra nos cofres públicos, ou seja, o hiato tributário, sem a concessão de parcelamentos, seja de 30%, mas que pode aumentar em até quatro pontos percentuais diante da oferta de programas de refinanciamentos de dívidas.

Fica evidente, portanto, o jogo de interesse problematizado por Musgrave e Musgrave (1980) exercido pelos detentores do capital, mostrando que essas questões precisam ser problematizadas, pois influem diretamente nos orçamentos nacionais e, conseqüentemente, nas políticas públicas que poderiam, de forma efetiva, reduzir as desigualdades existentes.

Com relação aos efeitos dos programas de refinanciamento, no tocante à arrecadação

de receitas, os dados da pesquisa de Paes (2014) também mostram que as receitas com presença de parcelamento tributário são sempre inferiores àquelas que seriam obtidas se não houvesse parcelamento durante toda a etapa de concessão entre os períodos analisados de 2000 a 2009. Este autor, ao correlacionar os dados de sua pesquisa com o PIB, chega à conclusão de que as perdas são bastante substanciais, sendo superiores a 1% do PIB em vários anos.

Percebemos nos estudos apresentados falhas tanto no processo de elaboração das políticas fiscais quanto no processo de execução fiscal, pois as constatações do IPEA (2011) tanto podem indicar empecilhos burocráticos que atrasam e impedem as cobranças eficazes quando também sugerem o atendimento a certos grupos de interesses especiais, conforme teorizado por Musgrave e Musgrave (1980). Consideramos que carecemos de novas pesquisas que contribuam com a elucidação destas questões e com a preservação da execução de políticas que realmente potencializem a redução das desigualdades econômicas e sociais, em especial via geração de empregos.

As pesquisas acadêmicas sobre questões relacionadas com o aparato de medidas fiscais, em apoio ao setor produtivo, têm nos mostrado que estes fatos não estão ocorrendo apenas em nível nacional. Castelo (2016), em sua análise sobre o impacto do programa de recuperação fiscal na inadimplência tributária no estado do Ceará, realiza uma análise do antes e depois do Refis Estadual de 2009.

Castelo (2016) destaca, em suas considerações finais, que, em uma análise pontual, em que foram escolhidas oito divisões por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a hipótese de aumento da inadimplência por parte de empresas que aderiram ao parcelamento de dívidas ocorreu com aumento, em três atividades, sendo respectivamente: fabricação de produtos alimentícios, com incremento de 295,10%; comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, com incremento de 191,81%; e transporte terrestre, com incremento de 48,20%.

Com o intuito de melhor compreender o nosso objeto de pesquisa e também contribuir com reflexões sobre as questões apresentadas, em especial com a discussão em torno dos programas de refinanciamento de dívida, trazendo mais informações e dados da região que estudamos, procedemos a uma pesquisa exploratória e descritiva, que apresentamos a seguir.

Em decorrência disto, continuamos nossa pesquisa sobre a questão Refis 2009 – Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, observando também algumas demonstrações contábeis publicadas na imprensa oficial de Minas Gerais, com o intuito de explorar informações sobre empresas que aderiram a programas de parcelamentos de dívidas tributárias.

Esta análise empírica tem como fonte de informação diversas demonstrações contábeis publicadas na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em Publicação de Terceiros: Empresas Privadas, a partir de 15 de dezembro de 2010. As publicações observadas foram publicadas no período de 15 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2015, no site: <http://www.iof.mg.gov.br/index.php/?pesquisa-nos-jornais.html>.

Detectamos um grande número de empresas que aderiram ao programa REFIS, porém especificamente do ramo das agroindústrias de alimentos da cidade de Uberlândia, encontramos poucas publicações. Com destaque encontramos as publicações das empresas do Grupo Algar, que apresentaram uma constância em suas publicações ao longo do período pesquisado.

Inicialmente, nossa pretensão era tentar estabelecer alguma relação entre a variação da folha de pagamento e a participação nos programas de refinanciamento das empresas do ramo das agroindústrias de alimento da cidade de Uberlândia. Porém, não foi possível estabelecer esta relação, uma vez que não encontramos um número considerável de publicações de empresas deste ramo, tampouco encontramos constantes publicações das empresas ao longo do período que observamos.

Entretanto, não descartamos esta consulta, por considerarmos importante mencionar que, dentre os diversos ramos de empresas que tiveram suas publicações na imprensa oficial de Minas Gerais, detectamos empresas com vários perfis: com situações financeiras positivas e negativas; com operações na casa de reais e também na casa de milhares de reais; com grande volume de gastos com folha de pagamento; bem como empresas com redução considerável no volume de pagamento com despesas com pessoal, que aderiram aos programas de refinanciamento de dívidas.

Esta constatação nos permite inferir que os programas de refinanciamento de dívidas não contribuem apenas com empresas com dificuldades financeiras, tampouco são programas que o governo lança apenas visando recuperar receitas perdidas, com as quais não compensa gastar com os custos dos processos judiciais. Esses programas contribuem também com o setor produtivo que possuem resultados financeiros positivos, de modo a proporcionar para o setor vantagens competitivas e acumulação de capital.

Além disso, tampouco pode ser considerado um programa que visa à geração de empregos, uma vez que observamos empresas com adesão ao programa de refinanciamento com redução das obrigações trabalhistas. Porém, observamos também empresas que aderiram ao programa e que apresentaram aumentos no volume de seus passivos circulantes, no tocante a despesas com pessoal.

Diante destas constatações e reflexões sobre nosso objeto de estudo, correlacionadas com as teorias estudadas e com os trabalhos acadêmicos apresentados, é possível inferir que o aparato de incentivos fiscais montado para o setor produtivo visa mais atender ao interesse do setor produtivo que gerar empregos. Isto porque, se as receitas do Estado são reduzidas, a geração de emprego, por parte das obras públicas, e/ou prestação de serviços públicos, são drasticamente afetados também.

É importante ressaltar que essa temática possibilita diversas problematizações. Além disto, a compreensão das nuances de nosso objeto de pesquisa demanda diversos estudos, pois assim como as relações de trabalho assumem novas configurações com o passar da história; as formas de apoio ao setor produtivo, por parte do Estado, também sofrem transformações ao longo do tempo, demonstrando que o setor produtivo demanda novos aparelhos para sua reprodução.

Dentre as transformações mais recentes, destacamos que, no tocante às políticas públicas, diversos grupos foram contemplados com ações afirmativas. Estas ações não foram destinadas apenas para as pessoas civis, como portadores de deficiência, negros, idosos, entre outros. Os microempresários também foram beneficiados por esta nova forma de apoio ao setor produtivo implantada no Brasil no início do século XXI.

Por conta disto, decidimos trazer para nossa pesquisa algumas reflexões sobre a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que cuida dos direitos de micro e pequenos empresários, para que eles possam também conquistar seu espaço nesta sociedade, em que a lógica é a acumulação de capital.

3.2.3 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Não pretendemos nos aprofundar muito nesta discussão, o que esperamos aqui é abrir um diálogo com as questões relacionadas às políticas públicas em apoio ao setor produtivo e, em especial, discutir e problematizar dilemas inerentes aos ciclos básicos finais das políticas públicas: acompanhamento de políticas públicas e avaliação de políticas públicas.

Acreditamos que essas discussões podem se tornar objeto de outras pesquisas relacionadas aos ciclos das políticas públicas, bem como relacionadas também às questões inerentes diretamente com o aparato de medidas do Estado em apoio ao setor produtivo, como as medidas afirmativas às microempresas e às empresas de pequeno porte.

A Lei complementar 123 de dezembro de 2006, no artigo 1º, inciso II, dispõe sobre as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às

microempresas e às empresas de pequeno porte, no âmbito dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quanto ao acesso ao crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Esta lei é fruto de demandas dos microempresários que reivindicam condições e oportunidades para atuarem no mercado competitivo e também para participarem com exclusividade de compras públicas, via pregão eletrônico. Por outro lado, é também uma política adotada pelo Estado com o intuito de gerar empregos. Especificamente neste tópico, discutiremos sobre a preferência que é dada, por esta lei, para que as microempresas e empresas de pequeno porte possam participar de licitações e aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos com exclusividade.

Os estudos apresentados têm nos mostrado que as linhas de fuga são capturadas pelo sistema macro, capitalista, que não abre brecha para que todos possam ter condições de alcançar emancipação, autonomia e igualdade de oportunidades. Consideramos que esses estudos contribuem para a problematização que desejamos levantar sobre essa medida afirmativa.

À primeira vista, a Lei Complementar 123/2006 é uma política que parece desenvolver atitudes que possam beneficiar a população de modo geral, pois tanto atende as reivindicações dos microempresários pela conquista de seu espaço, quanto pode contribuir com a geração de empregos efetivos. Entretanto, assim como nas demais políticas públicas, a problematização de suas nuances contribui para uma melhor compreensão dos desafios que estão postos para que haja efetividade em sua execução.

Meneguim e Freitas (2013) discutem os desafios enfrentados para se isolar os efeitos de uma ação governamental; eles defendem que:

Ante os benefícios trazidos por uma política de avaliação do gasto público, melhor ainda seria a existência de norma legal que obrigasse os Poderes Executivo e legislativo a realizar avaliações prévias e ex-post dos grandes programas governamentais. Seria o marco de uma nova fase da gestão pública no País, mais transparente, profissional e eficiente. (MENEGUIM; FREITAS, 2013, p. 22)

As considerações destes autores enfatizam a necessidade de se problematizar o ciclo de acompanhamento de políticas públicas com procedimentos de controle, avaliação de processo e ajustes necessários. Corroboramos com esses autores e acrescentamos que reflexões sobre a Lei complementar 123 de dezembro de 2006 e seus desdobramentos no tocante à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos é passível de

questionamentos.

A falta de procedimentos de controle e avaliação de processos expõe o microempresário a desvantagens, mesmo tendo uma norma legal dizendo que ele tem certas preferências, não há um instrumento legal de fiscalização e controle que impeça grandes empresas de abrirem pequenas empresas somente para participarem de licitações sem, no entanto, gerar novos empregos. Ou seja, não há um mecanismo que impeça a captura das linhas de fuga.

Corroboramos com Meneguín e Freitas (2013, p. 10), que defendem que “o primeiro desafio é de natureza técnica e deve envolver especialistas da área a que se refere a política” e, neste caso específico de medidas afirmativas às microempresas e às empresas de pequeno porte, acreditamos que deveriam haver profissionais dos órgãos públicos fiscais ligados diretamente com as licitações. Estes deveriam ser treinados também para detectarem este tipo de situação que estamos problematizando no tocante às medidas afirmativas e, além disto, deveria haver um canal direto de comunicação entre esses agentes e os responsáveis pelo monitoramento e avaliação das políticas públicas, que também não existe.

No Brasil, o histórico de problemas em licitações públicas ou de aquisições indevidas pelos órgãos públicos é grande e as consequências provenientes dos desdobramentos destas questões impactam toda a sociedade. Por este motivo, consideramos importante esta problematização.

À medida que consideramos que, com o advento da tecnologia, uma mesma empresa pode participar em todo território nacional, vendendo para qualquer órgão público, nas esferas federal, estadual e municipal, podemos perceber que o volume de vendas pode se tornar muito expressivo, assim como também são expressivas as oportunidades de negócios para os microempresários, que realmente geram empregos.

Alertamos que as microempresas e empresas de pequeno porte podem ter suas oportunidades de negócios capturadas pelos detentores do capital, simplesmente pela falta de mecanismos que possibilitem que todos os ciclos das políticas públicas sejam efetivados com eficácia.

Esta problematização também nos leva a refletir sobre as formas como o Estado protege o capital. Reflexões sobre este assunto nos permitem inferir que, embora haja um instrumento legal, não há garantia da eficácia deste instrumento, ocorrendo com os microempresários o mesmo que ocorre com o trabalhador. Não basta ter o direito garantido em lei, ele precisa ser efetivado.

Diante dos estudos apresentados, destacamos que almejamos também, neste capítulo,

melhor compreender as políticas elaboradas pelo Estado, mais especificamente pelo município de Uberlândia, que trazem no seu bojo o argumento de geração de empregos e de incentivos à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais.

Desta forma, no tópico seguinte buscamos conhecer as relações de trabalho características das agroindústrias de alimentos, bem como saber: o setor agroindustrial, mais especificamente, as agroindústrias de alimento da cidade de Uberlândia, foi privilegiado por quais incentivos fiscais e programas de políticas de incentivos à geração de empregos e à empregabilidade?

3.3 Agroindústrias de alimentos no município de Uberlândia e os incentivos à geração de emprego

Em nosso primeiro capítulo apresentamos algumas especificidades da então região do Pontal do Triângulo Mineiro, que a partir de 2017 foi reclassificada pelo IBGE. Entretanto, consideramos importante enfatizar o potencial desta região, uma vez que esta se destacou, a partir dos anos 2000, tanto no agronegócio quanto na indústria, comércio e serviços, conforme dados do Atlas Brasil 2013 (PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA, 2013).

O agronegócio desta região, nesse período, contou com muitas empresas de grande porte, dentre elas: Vale, Martins, Arcom, Souza Cruz, Algar, Bunge, Ambev, FMC, Monsanto, Nestlé, Frigorífico JBF, Cargill Agrícola, BRF Brasil Foods, ADM (Archer Daneil Midland), Granja Planalto, Syngenta, dentre outras.

Diversos foram os atrativos para a instalação das unidades produtivas destas empresas na região em estudo, em especial na cidade de Uberlândia. Destacam-se, dentre eles, o grande potencial de oferta de matéria-prima e de infraestrutura propícias para os processos de logística, contando esta região com importantes rodovias federais, estaduais, aeroportos e porto seco, além de grande potencial de instituições voltadas para a formação profissional, conforme mencionamos anteriormente.

Em consulta realizada por nós ao portal <http://www.transparencia.gov.br/convenios/consulta>, identificamos que em Minas Gerais foram realizados diversos convênios, vinculados às subfunções: “605 – Abastecimento”; “609 – Defesa Agropecuária”; “606 – Extensão Rural”; “607 – Irrigação”; “608 – Promoção da Produção Agropecuária”; “363 – Ensino Profissional”; “364 – Ensino Superior”; “366 – Educação de Jovens e Adultos”; “334 – Fomento ao Trabalho”; e “333 – Fomento a empregabilidade”. Justificamos que as funções e subfunções que nortearam nossa consulta no

portal www.transparencia.gov.br estão especificadas no Manual Técnico de Orçamento e também na Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999.

Identificamos nesta consulta que grande volume de verbas foi destinado aos convênios e outros acordos da capital, Belo Horizonte. Entretanto, muitas das cidades das regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia e de Uberaba também foram contempladas com esses convênios. No tocante à função “Agricultura”, os convênios têm como objeto principal fornecer infraestrutura para o setor.

Ressaltamos que não detectamos códigos de convênios ligados diretamente com a agroindústria; nessa consulta, os códigos apareciam como ligados à agricultura, à indústria, ao transporte, dentre outros. Desta forma, não ficou transparente para nós, nessa consulta, os convênios ligados especificamente com as agroindústrias. Procedemos então a novas leituras, buscando resultados de pesquisas que relatassem o histórico dos incentivos governamentais ao setor produtivo agroindustrial, em especial na região em estudo.

A cidade de Uberlândia destacava-se dentre as principais cidades da região em estudo, uma vez que ocupava 21º lugar no PIB nacional e representava 48% do PIB mineiro, conforme dados divulgados pelo IBGE (2015). Apresenta-se voltada para o agronegócio, em especial devido à presença de grandes complexos agroindustriais, com destaque para a produção de alimentos, via processamento de carnes e grãos.

Nos anos de 2000 a 2016 destacaram-se dentre as agroindústrias de alimentos com plantas instaladas na cidade de Uberlândia as seguintes empresas: Cargill Agrícola, BRF SA e Algar Agroalimentar SA. Empreendimentos e Participações. Dentre estas empresas, apenas a última é de capital nacional. Observando o potencial do complexo agroindustrial instalado na cidade, percebemos que Uberlândia em muito contribui com o abastecimento do mercado interno e externo de grãos, farelo, óleo e carnes – de frango, bovina, suína e peru, in natura e industrializada – dentre outros produtos. Além dessas agroindústrias, Uberlândia conta com grandes empresas que são voltadas para a biotecnologia e dão suporte ao agronegócio nacional e regional, com destaque para as empresas Syngenta e Monsanto do Brasil.

Ao analisarmos os complexos agroindustriais no contexto da reestruturação produtiva percebemos que, um dos movimentos marcantes neste contexto, discutido por Balsadi (2001), foi a saída das indústrias das áreas urbanas para a área rural, em especial em regiões com potencial de fornecimento de matéria-prima, força de trabalho e infraestrutura. Percebemos que, a partir dos anos 2000, com o advento da globalização, a participação brasileira na produção agroindustrial alimentar aumentou consideravelmente. Em decorrência disto, apresentamos também algumas considerações sobre o histórico de três agroindústrias de

alimentos que atuam em Uberlândia.

Inicialmente, apresentamos informações sobre a empresa Cargill, conforme sua história publicada no site da empresa. A história da Cargill inicia-se em 1865, quando William Wallace torna-se proprietário de um armazém de grãos. Em 1930, incorpora o nome Cargill, passando por uma expansão global no período de 1950 a 1980. Nos anos seguintes, a empresa investe em inovação, tecnologia e tem sua arquitetura revisada e reestruturada. Atua no Brasil desde 1965 (CARGILL, 2018, s/p).

Conforme dados do Relatório de Sustentabilidade da Cargill (2016, p. 11), “a empresa atua nas áreas agrícola, de nutrição animal, alimentícia, financeira e de indústria, operando em 176 municípios brasileiros, e possui 9.875 funcionários no Brasil”.

Quanto ao quesito “Geração de empregos” a Cargill, declara, nesse relatório, que: “Em 2016, criamos cerca de 200 empregos diretos, além de empregos indiretos e oportunidades de negócios na região de Uberlândia (MG), durante a segunda onda do projeto de consolidação do Cargill Business Service (CBS)” (CARGILL, 2016, p. 11).

Conforme esse relatório da Cargill, a sua sede situa-se em São Paulo, entretanto, suas principais Unidades Produtivas estão instaladas em quase todas as regiões brasileiras. Em Uberlândia (MG) “está instalada a Unidade de Processamento de soja e do milho, para a produção de amidos e ingredientes derivados e produção de acidulantes, além do Centro de Serviços Compartilhados” (CARGILL, 2016, p. 13-15).

Conforme o mapa das principais unidades brasileira apresentado no documento citado, na região sudeste, a Cargill conta com Unidade de açúcar, etanol e energia, em Patrocínio Paulista (SP). Em Porto Ferreira (SP), possui unidade para produção de maltodextrinas e glicose: fabricação de chocolates e coberturas para o mercado industrial e de *foodservice*. Em Mairinque (SP), unidades para produção e comercialização de gorduras vegetais, maionese, óleos, óleos compostos e especialidades industriais. Em Itapira (SP), conta com Unidade para produção de nutrição animal, assim como em Mogi Mirim, com o Centro de Inovação CAN – Mogi Mirim, além de Terminal de exportação de grão e de açúcar, em Guarujá (SP) e outras Unidades (CARGILL, 2016).

Ainda segundo o mapa apresentado, próximo à cidade de Uberlândia, porém na região Centro-Oeste, a Cargill possui unidades produtoras nas cidades de Goiânia (GO), responsável pela produção de atomatados, e em Itumbiara (GO), responsável pela produção de gordura vegetal. Também em Rio Verde (GO), responsável pela moagem de soja, produção de farelo, produção de óleo bruto, refino, envase, comercialização e distribuição de óleo; em Cachoeira Dourada (GO) usina de açúcar; e em Quirinópolis (GO), usina de açúcar, etanol e bioenergia.

Além destas, há diversas outras unidades espalhadas por outros estados brasileiros.

A respeito da BRF SA, esta empresa possui mais de 80 anos, sendo que possui unidade instalada em Uberlândia desde 1989, inicialmente apenas como unidade para comercialização, e na década de 1990 passou a atuar no processamento de alimentos, industrializados e ração. A fusão dos negócios da Perdigão e da Sadia, em 2009, deu origem à BRF Brasil Foods. Em 2013, alterou sua razão social para BRF SA, porém se apresenta em seu site institucional apenas como BRF, um dos maiores complexos agroindustriais do mundo. Seu portfólio conta com mais de 30 marcas, com destaque para Sadia, Perdigão, Qualy, Paty, Dánica, Deline, dentre outras (BRF, 2018).

Os dados do BRF Relatório Anual e de Sustentabilidade 2016, mostram que a BRF possui mais de 13 mil produtores integrados, mais de 30 mil fornecedores e mais de 200 mil clientes globais. Considerada um dos principais empregadores da indústria de alimentos do Brasil, declara que, “em nossas operações nacionais e internacionais, priorizamos a contratação de profissionais locais. Em 2016, mais de 110 mil colaboradores integraram o quadro da BRF, entre empregos diretos, terceirizados, estagiários e aprendizes” (BRF, 2016, p. 111).

Entretanto, declara que o mercado brasileiro apresentou condições desfavoráveis e, diante disto, a empresa tomou algumas medidas para se adequar a nova realidade:

Buscamos uma otimização da estrutura fabril, e em função da demanda menor no mercado brasileiro, paralisamos parcialmente algumas linhas nas fábricas, localizadas em Jataí (GO), Uberlândia (MG), Várzea Grande (MT) e Lajeado (RS). Cabe ressaltar que as unidades não foram vendidas e estão prontas para retomada, diante da melhoria das condições de mercado. Além disso, outras atividades (como granjas e produção de ração) nas cidades foram mantidas e parte da mão de obra foi remanejada para outras unidades da BRF nas regiões. (BRF, 2016, p. 37)

Ao apresentar o resultado econômico e financeiro, consolidado de 2016, a BRF declara ainda que “diante de um contexto desafiador no Brasil e em outros mercados, tivemos como foco aumentar a eficiência e preservar a solidez financeira da Companhia durante 2016” (BRF, 2016, p. 58-59). Essa empresa também afirma:

[...] valorizamos a meritocracia, a multiculturalidade, a inovação, a alta performance, além da busca de uma visão mais empreendedora em cada profissional. Para medir o engajamento e a adesão à cultura organizacional, realizamos pesquisas periódicas. [...] Nosso modelo de remuneração e reconhecimento é construído para que a BRF seja capaz de atrair os melhores talentos disponíveis no mercado. (BRF, 2016, p. 110)

Suas relações com governos e representantes do poder público são declaradas como regidas por padrões legais, éticos e morais:

A Companhia usufrui de incentivos fiscais e financeiros nas três esferas da administração pública, no caso do Brasil (federal, estadual e municipal) e em diferentes esferas de administração dos países onde atua. O foco desses benefícios é impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das regiões e viabilizar a geração de empregos diretos e indiretos, além de parcerias locais da empresa com produtores, transportadores e potenciais novos fornecedores nas regiões em que atuamos. Incentivos concedidos por governos à empresa executar investimentos para a instalação e operação das fábricas e outras operações, gerando impacto positivo na geração de renda e tributos. Dados monetários quanto a assistência são considerados confidenciais e estratégicos para a Companhia. (BRF, 2016, p. 147)

Quanto à empresa Algar Agro Alimentar, empresa do Grupo Algar SA, empresa de capital nacional, em seu site institucional informa que atua em Uberlândia desde 1978, quando o comendador Alexandrino Garcia adquiriu a empresa Fijiwara, que atuava nessa cidade no segmento de algodão. Em 1980, substituiu o esmagamento de algodão pelo da soja e iniciou suas atividades de refino de óleo com envasamento automático.

Ainda nas informações sobre seu histórico, divulgadas em seu site, observamos que, na década de 1990, a empresa se destacava como empresa latino-americana no segmento de alimentos. Nos anos 2000, reforça seu posicionamento e adota estratégias de reestruturação em todas as marcas do grupo. A ABC Inco passa a se chamar Algar Agro. Em 2010, busca o fortalecimento da exportação, operando em cinco portos brasileiros, além de se destacar no comércio internacional de commodities.

Em 2016, a Algar Agro destaca dentre suas perspectivas de negócios para 2017:

Oportunidades de mercado e questões internas de nossa Empresa também contribuirão para os resultados de nossos negócios. O Governo Federal aprovou a elevação da mistura de biodiesel ao diesel vendido ao consumidor, acréscimo que será gradual nos próximos anos, podendo chegar a 10% da solução. Isso se refletirá em maior demanda por biodiesel produzido a partir do óleo da soja, favorecendo nossos negócios. Por outro lado, nossa Empresa está empenhada em racionalizar despesas, fazer investimentos que apresentem alto grau de retorno, melhorar nossos processos administrativos e industriais, além de aprimorar a eficiência na gestão dos silos, esperamos agregar margem às nossas operações, seguindo em nossa jornada de Transformação. (ALGAR AGRO, 2016, p. 57)

Reflexões sobre o histórico destas empresas e, em especial, sobre seus relatórios divulgados em seus sites institucionais, nos permitem inferir que o setor agroindustrial passou por grandes transformações a partir dos anos de 1990, ao mesmo tempo em que impôs novas dinâmicas ao meio rural, principalmente a demanda por terras para uso não agrícola, conforme discutido por Balsadi (2001). Além destas mudanças ocorridas no meio rural, as relações de trabalho características deste setor também sofreram transformações ao longo do tempo.

Bacelar (2008) narra que, com o processo de globalização da esfera produtiva, avançou-se rumo à desnacionalização do parque produtivo brasileiro. Antes do Plano Real, 5% do PIB brasileiro era produzido por empresas estrangeiras; após o Plano Real, esse percentual aumentou para 20%.

No tocante às relações de trabalho, no setor agroindustrial os contratos formais e os contratos via terceirização permanecem presentes neste setor. No entanto, nas agroindústrias de alimento destacam-se também a relação de trabalho via “sistema de integração” entre o setor agroindustrial e o produtor rural.

Oliveira (2014) apresenta dados de 2013 da empresa BRF a respeito da produção integrada em relação à produção avícola. Segundo esse autor, a BRF possuía neste ano parceria com cerca de 228 produtores da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Ainda segundo esse autor, “os encargos referentes à infraestrutura da propriedade ficam a cargo do produtor, cabendo à empresa o fornecimento das aves, ração e demais insumos e assistência técnica” (OLIVEIRA, 2014, p. 1409).

Diversos autores discutiram esta forma de relação de trabalho. Assim, destacamos as contribuições de Hentz, Oliveira e Batella (2013), que discutem esta questão no oeste catarinense. Segundo esses autores, as agroindústrias se aproveitam do potencial da força de trabalho familiar e implementam o modelo designado “sistema de integração”, que é um contrato normativo de parceria entre o produtor familiar e a agroindústria. Dentre as características deste sistema de integração está o fato de que o proprietário de terras tem que se adequar às exigências do setor agroindustrial, tanto de estruturas produtivas quanto de formação profissional, sem que o setor produtivo custeie estas mudanças.

Lombardi, Lucena e Ferri (2003) também discutem a questão da integração no segmento agroindustrial e afirmam que a empresa integradora, além de influenciar no processo de formação, ainda determina “o que produzir, como produzir e para quem produzir”. Ainda, segundo esses autores, o tipo de treinamento ofertado neste sistema é “um treinamento voltado para a transmissão de conteúdos e procedimentos que esvazia sistematicamente a independência e o saber dos produtores” (LOMBARDI; LUCENA; FERRI, 2003, p. 162).

Reflexões sobre as considerações destes autores nos permitem inferir que o trabalho nestas condições se torna um trabalho alienado e estranhado, conforme os pressupostos de Marx (2010), uma vez que o fruto do trabalho não mais pertence ao trabalhador e nem mesmo o trabalhador se reconhece no trabalho que faz. Desta forma, pelo sistema integração nas condições postas, o proprietário se torna empregado em sua própria propriedade.

No capítulo anterior, discutimos de forma ampla a questão do emprego na então região do Pontal do Triângulo Mineiro e a importância do município de Uberlândia para a região, assim como para o país, principalmente no tocante à geração de emprego. Especificamente na cidade de Uberlândia, observamos que o município sofreu os impactos da crise econômica e política instaurada em 2008 e agravada em 2015.

O Quadro 6, apresentado no capítulo anterior, mostra os números da evolução de emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano, no período de 2002 a 2015. Observando esses dados percebemos que, no período de 2005 até 2011, o número de empregos cresceu consideravelmente na cidade de Uberlândia; entretanto, a partir de 2012, esse número começa a cair drasticamente.

Os estudos apresentados mostram que esses números são reflexos de diversas políticas que fizeram parte do PAC que, durante esse período, estimulou o crescimento da economia brasileira. Reflexões sobre esses números nos permitem inferir que, a partir do momento que o Estado recua com os investimentos, o setor produtivo retrocede, mesmo tendo recebido diversos incentivos por parte do Estado.

Reflexões sobre os estudos apresentados, correlacionados com os relatos da Companhia sobre as políticas oficiais, em especial sobre as expectativas da Companhia Algar Agro Alimentar para 2017, nos permitem perceber como são atuais as contribuições de Marx (2013) no tocante ao poder do determinante estrutural sobre as superestruturas, neste caso a legislação.

Fonseca e Gonçalves (1995) discutem o financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária; segundo esses autores:

Já ao final da década de 80, a inexistência de recursos suficientes no crédito rural estatal faz surgir novas formas de financiamento da produção e do investimento na agricultura e na agroindústria. A participação de recursos privados para custeio da safra e no próprio investimento torna-se bastante expressiva suprimindo parcialmente a insuficiência de recursos públicos. No início dos anos 90, o montante anual de recursos aplicados na agropecuária em custeio, investimento e comercialização somava cerca de 21 bilhões de dólares, dos quais 5 bilhões eram recursos oficiais de crédito. A parcela de antecipações concedida por empresas exportadoras aos agricultores chegava a 3.5 milhões de dólares, tendendo a crescer. O restante era composto por recursos dos agricultores e das agroindústrias e cooperativas que antecipavam suas compras. Além disso, as próprias indústrias de insumos e máquinas desenvolveram mecanismos de financiamento direto para a aquisição de seus produtos, imitando uma prática amplamente difundida nos Estados Unidos. (FONSECA; GONÇALVES, 1995, p. 2)

Os estudos e relatórios apresentados nos permitem perceber que, nos setores agrícola e agroindustrial, o Estado deixou, também, para o mercado a responsabilidade de alocar

recursos, fato que compromete os pequenos produtores ou empresários, em especial devido às taxas de juros mais altas e também pelas empresas privadas serem mais rígidas na seleção para a concessão de crédito. Este fato denota a efetividade da tendência neoliberal, que prega o discurso político de Estado Mínimo.

As conclusões dos autores citados mostram que, ao passar para o setor privado a responsabilidade de custear a safra e empresas rurais, o Estado acaba de vez com a possibilidade de participação do pequeno agricultor ou empresário e ainda acaba ampliando o potencial das grandes empresas do setor produtivo agroindustrial. Esses autores, sobre a participação dos recursos privados para custeio da safra, concluem que:

[...] a seleção acabou por sancionar tendências de concentração e centralização em curso na agroindústria, com os repassadores financeiros escolhendo clientes basicamente pela sua capacidade de saldar compromissos, o que, de saída, já eliminou os pequenos empreendimentos. (FONSECA; GONÇALVES, 1995, p. 12)

Reflexões sobre os estudos apresentados nos permitem inferir que, no contexto da reestruturação produtiva do setor agrícola e agroindustrial brasileiro, há claramente a presença do ideário neoliberal, que prega pelo Estado Mínimo e pela desestatização, além do determinante estrutural.

Os estudos apresentados contribuem para posicionarmos quanto à nossa hipótese secundária, apresentada na introdução de nossa pesquisa, uma vez que permitem inferir que o discurso de Estado mínimo é uma falácia, pois, na prática, ele protege o sistema do capital de forma piramidal. Ou seja, primeiro ele salva o grande capital, depois o médio, seguido do pequeno e, por último, ele pensa no trabalhador.

A avaliação e os resultados dos programas oficiais no cerrado, apresentada por Cleps Junior (1998), contribuem com essa discussão. Nas palavras desse autor:

Conclui-se, também, que nesse processo o Estado, para atender os interesses dos grandes capitais agrícolas, industriais e financeiros, teve iniciativas como a de desapropriar terras “por interesse social”, em contrapartida não o fez em prol de pequenos agricultores e trabalhadores sem terras da região. (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 138-139)

Consideramos que os estudos apresentados são emblemáticos para a compreensão das nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital, que é objeto de estudo da tese. De modo enfático, a mídia tem divulgado o discurso do setor produtivo, buscando o consenso sobre a necessidade de concessão de incentivos fiscais e benefícios complementares para que o setor produtivo continue operando e gerando mais empregos.

As informações divulgadas nos relatórios das agroindústrias citadas, bem como as notícias sobre paralisação de linhas de produção, remanejamento de força de trabalho, transferência de unidades produtivas para outros estados e desemprego aparecem para a sociedade como uma consequência da falta de incentivos e políticas para o setor produtivo.

Os estudos apresentados comprovam que, historicamente, o que não houve foi falta desses incentivos e políticas, embora em alguns casos de forma segregada e excludente. Observamos nos relatos do setor agroindustrial e nos estudos apresentados que houve o uso de incentivos governamentais em todas as esferas (federal, estadual e municipal), inclusive incentivos considerados confidenciais e estratégicos.

Ao longo da tese, apresentamos estudos que vêm mostrando diversos tipos de benefícios que foram concedidos ao setor produtivo agrícola e agroindustrial, como políticas oficiais em prol da geração de emprego. Só na cidade de Uberlândia e região, o setor das agroindústrias foi beneficiado com diversos incentivos, dentre eles destacam-se os programas de refinanciamento de dívidas, apresentados.

Apesar desses incentivos, alguns jornais têm divulgado notícias sobre o setor produtivo e o emprego da região, inclusive com um discurso de necessidade de apoio do Estado ao setor produtivo. Dentre essas notícias, destacamos algumas. Em 07 de junho de 2016, o Correio de Uberlândia (On-line), divulgou: “Sem incentivo fiscal, fábrica de margarina transfere atividades”. Em 16 de junho de 2016, esse mesmo jornal divulgou, “União Atacado encerra atividades em Uberlândia e fecha filiais”. Em 25 de agosto de 2016, o Correio de Uberlândia (on-line) divulgou: “Daiwa do Brasil fecha fábrica em Uberlândia, estima-se 300 demissões”. Em 14 de setembro de 2017, Uberlândia Hoje (On-line), divulgou: “BRF pode fechar as portas em Uberlândia por falta de apoio do Estado”.

Em virtude do que apresentamos sobre os incentivos do Estado ao setor produtivo, e também devido à natureza da pesquisa, consideramos importante apresentar um breve histórico das políticas, programas e acordos governamentais voltadas para o fortalecimento do setor agroindustrial no país e, em especial, na região em estudo.

A tese de Cleps Junior, intitulada “A dinâmica e estratégias do setor produtivo agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro”, defendida na Unesp em 1998, em muito contribui para compreendermos o processo de agroindustrialização da região, tanto no tocante às políticas oficiais voltadas para esse setor, na década de 1970, quanto no contexto da reestruturação produtiva e locacional das empresas.

Dentre os diversos incentivos para esse setor produtivo, apresentados pelo autor, destacam-se: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), implantado

no final da década de 1970, que fez com que os municípios do entorno de Brasília fossem beneficiados e que incorporassem grandes áreas à exploração de grãos nos anos 1980; o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER (I, II e III), acordos de cooperação entre o Brasil e o Japão, firmados em meados dos anos de 1970; programas em que os agricultores eram selecionados pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO); e os Programas voltados para o desenvolvimento de novas variedades de plantas para a região dos Cerrados, desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Fundação Mato Grosso, dentre outras instituições.

Cleps Junior (1998) destaca também, em sua tese, que a instalação das agroindústrias junto à região produtora ocorre pelo fato dessas procurarem reduzir seus custos de transportes. Entretanto, mesmo estando localizadas próximas às regiões produtoras, essas empresas ainda colocam pressão sobre os órgãos de interesses do “*agribusiness*”, reivindicando melhores infraestruturas de transportes para escoamento de sua produção, além de flexibilização da oferta e preços dos produtos. Por isso, a importância da construção dos corredores de transportes multimodais, no Brasil, que contribuíram para a reorganização espacial do cerrado. Segundo esse autor, foram construídos quatro multimodais integrados:

Corredor Noroeste, que abrangeu a maior parte da Amazônia brasileira, compreendendo: Chapada dos Parecis, situada nos estados do Mato Grosso e Rondônia, cujo polo dista 500 km, a N-NW de Cuiabá (MT); Áreas dos Cerrados adjacentes em 150 km à BR 365 (Cuiabá-MT, Porto Velho – RO, Rio Branco – AC); Áreas limítrofes à hidrovía do Rio Madeira entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), com extensão de 1.115 Km; Áreas contínuas ao Sul do estado do Amazonas (Humaitá e Apuí) e a N – NE do estado do Acre.

Corredor Centro Norte, que compreende grande parte dos Cerrados Centrais e Setentrionais, a saber: Tocantins (a totalidade do Estado); Sul do Maranhão e do Piauí; Sudeste do Pará; Leste do Mato Grosso, e; Noroeste de Goiás.

Corredor Nordeste, que tem como principal área de abrangência o norte do estado de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, além de secundariamente atingir os demais estados da região Nordeste do Brasil. Os principais modais abrangem: A extensão navegável do Rio São Francisco, de Pirapora a Petrolina/Juazeiro, com três importantes pontos intermediários: Januária, em Minas Gerais, Ibotirama e Barra, na Bahia; A malha rodoviária, a partir de Pirapora, num raio de aproximadamente 300 Km; A malha rodoviária, a partir de Petrolina/Juazeiro, às cidades de Recife e Fortaleza, numa distância de 900 km; A futura ligação ferroviária entre Unaí e Pirapora, em Minas Gerais, e desta para o Porto de Tubarão, no Espírito Santo.

Corredor Centro Leste, a sua área de influência envolve o Entorno de Brasília (DF), Noroeste de Minas Gerais até Pirapora (MG) e desta a Belo Horizonte. O principal tronco viário é formado pela estrada de ferro Vitória-Minas, entre o Porto de Tubarão e Belo Horizonte, da companhia Vale do Rio Doce – CVRD, pelo ramal ferroviário da RFFSA, entre Belo Horizonte

e Pirapora (MG), e pela extensão desse ramal à cidade de Unaí (MG). (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 102-106)

A narrativa desse autor evidencia também que, na década de 1970, os recursos do POLOCENTRO financiaram as pesquisas agronômicas impulsionando o cultivo nos solos dos Cerrados. Depois da EMBRAPA surgiram variedades de melhor qualidade, conseguindo, assim, plantas de melhor porte e produtividade. Cleps Junior (1998) destaca a participação de universidades e de centros de pesquisas que, por intermédio de projetos relacionados com acordos internacionais, desenvolveram grande número de técnicas culturais e de criação de variedades melhoradas.

Percebemos, nas considerações desse autor, outra forma de incentivo ao setor produtivo, que pode ser somada aos tipos de incentivos elencados por Nascimento (2008), citados em nosso trabalho. Esse tipo de incentivo se materializa no uso das universidades e empresas públicas de pesquisas para desenvolver tecnologias e inovações para o setor produtivo.

Esse tipo de apoio do Estado também privilegia grandes empresas e conglomerados agroindustriais, uma vez que dificilmente os pequenos empreendimentos terão acesso aos resultados dessas pesquisas, no tocante às tecnologias desenvolvidas para fins de uso em seus produtos ou serviços, uma vez que o setor produtivo, no contexto da reestruturação produtiva, está voltado para a produtividade e o lucro.

O financiamento de pesquisas pelo setor privado, outra forma de se efetivar o Estado Mínimo, contribui também para o controle e divulgação dos resultados, bem como para a oferta de produtos e serviços que, de certa forma, foram pagos também pelos cidadãos, via impostos e contribuições. Logo, o Estado, nessa lógica, está apoiando o setor produtivo de forma piramidal, conforme levantamos em uma de nossas hipóteses.

Outro destaque dado por Cleps Junior (1998) é para as novas biotecnologias, no campo da aplicação genética vegetal, contribuindo com alterações do produto e aumentando o seu potencial para a indústria e para o consumo humano. Esse autor menciona também os contratos de pesquisas que foram firmados entre as universidades e empresas multinacionais, a exemplo, o contrato firmado entre a UFU e a multinacional Monsanto.

Além destes incentivos, Cleps Junior (1998) cita diversos outros programas que foram criados, em especial ligados à concessão de crédito, como o Programa de Crédito Integrado, criado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com a participação de bancos internacionais, como o Banco de Tóquio, da Central de Cooperativas do Japão, além de empresas como Mitsui, Mitsubishi, Toshiba e outras.

O autor também discute a participação do Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIFAEMG), atualmente Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), e do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), destinado a “assentar descendentes de imigrantes japoneses em uma área de 60 mil hectares, cerca de 90 colonos previamente selecionados pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) em áreas médias de 250 hectares” (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 127-128).

É emblemático apresentarmos a avaliação e resultados dos Programas Oficiais no Cerrado, apresentados por Cleps Junior:

Na avaliação dos programas regionais de desenvolvimento para os cerrados, o que se pode concluir é que a fórmula de expansão capitalista adotada pela agricultura brasileira e mineira nos anos iniciais foi a de incorporação de terras do cerrado através da distribuição de crédito barato destinado aos projetos com número limitado de produtores “selecionados”.

Conclui-se, também, que nesse processo o Estado, para atender os interesses dos grandes capitais agrícolas, industriais e financeiros, teve iniciativas como a de desapropriar terras “por interesse social”, em contrapartida não o fez em prol de pequenos agricultores e trabalhadores sem terras da região.

Um dos pontos marcantes dos programas, com reflexos diretos no processo de reocupação do cerrado, foi a redistribuição da terra entre os colonos dos projetos e os antigos proprietários, que se desfizeram das áreas dos cerrados (predominantemente terrenos de chapadas) e que adquiriram “terras de cultura”, localizadas em áreas de vertentes de relevo impróprio à mecanização. A conseqüente valorização das terras de cerrados, promovida pela agricultura moderna, foi algo “impensável” para os antigos donos, muitos dos quais mais tarde se arrependeram diante da rápida e grande valorização fundiária.

Acresce que a concepção dos programas oficiais, a exemplo do POLOCENTRO, foi a de dar prioridade à seleção de colonos com alta probabilidade de adotarem as tecnologias propostas, visto que a maioria dos mutuários era oriunda dos estados do Sul do Brasil. Ao lado das grandes vantagens concedidas aos colonos, os quais iam desde os investimentos na aquisição de terras, levantamento e demarcação, correção e conservação dos solos com insumos, financiamento de equipamentos de irrigação e máquinas, construções de infraestrutura nas glebas de terras, o programa realizou investimentos em obras de infraestrutura regional e de apoio à comercialização agrícola, tais como em estradas, energia, armazenagem, saúde, educação e outras. (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 138-139)

Consideramos, portanto, que é histórico o apoio do Estado ao setor produtivo e às influências internacionais, uma vez que, mesmo quando o Estado recua em alguns incentivos, como no caso dos financiamentos diretos, este fato ocorre porque ele está seguindo uma tendência mundial, determinada pelo próprio mercado/capital.

Os estudos apresentados, correlacionados com as teorias que fundamentam nossa pesquisa, nos permitem perceber o jogo de interesse do setor produtivo, na busca pelo

consenso de necessidade de apoio para que o setor continue operando e gerando empregos. Na realidade, o que ocorre é que, no contexto da reestruturação produtiva, há uma necessidade do privado se apropriar do público, seja por meio de incentivos, políticas oficiais ou mudanças na legislação, para que a meta primária do capital, gerar lucro e acumular capital, seja atingida, mesmo em momentos de crise.

Então, questionamos o fato do Estado não manter um mecanismo de acompanhamento de políticas públicas com procedimentos de controle, avaliação de processo e ajustes necessários. Consideramos estas discussões emblemáticas, pois alertam para a necessidade de proceder a maiores estudos que auxiliem os agentes das políticas oficiais a melhor avaliarem suas decisões no tocante à implantação, execução e controle das políticas públicas, observando de modo especial o “jogo de interesse” que existe entre os envolvidos.

4 APARATO EDUCACIONAL PROMOVIDO PELO ESTADO EM PROL DA EMPREGABILIDADE

O desemprego no Brasil é um dilema histórico. Pochmann (2006, p. 60) discute a questão dos desempregados no Brasil, segundo o autor “o fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no ranking mundial do desemprego”.

O autor relata também que preocupa muito a mudança no perfil dos desempregados. Em suas palavras, o desemprego tornou-se: “fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e altos escalões de remuneração” (POCHMANN, 2006, p. 62). A pesquisa do autor concluiu que as políticas públicas de emprego precisam ser reformuladas para melhor se adequarem ao quadro nacional.

Os estudos de Vieira (2015) são importantes para entender as políticas públicas adotadas pelo governo no período de 1951 a 2010, tanto na área da educação quanto de inserção profissional. Percebemos que a cada novo governo o tema do desemprego aflora, sendo que é uma temática bastante usada nos discursos políticos para justificar as políticas públicas que cada governante implanta, porém cada vez mais o fenômeno do desemprego fica preocupante.

Em virtude disto, o objeto de estudo desta tese é melhor compreender as nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital, tanto nas questões relacionadas ao aparato fiscal e de incentivos às empresas em prol do aumento dos postos de trabalho e redução das desigualdades sociais, quanto às relacionadas ao aparato educacional visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes altamente qualificada.

Especificamente neste capítulo, a discussão recai sobre o aparato educacional promovido pelo Estado em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais, a partir dos anos 2000, em atendimento às demandas do mercado/capital. Para tanto, buscaremos identificar e analisar as políticas de formação do trabalhador da região Geográfica Intermediária de Uberlândia, mais especificamente a instituição do IFTM, com cursos na sua grande maioria capazes de fornecer força de trabalho altamente qualificada, além da educação integrada.

Conforme mencionamos, reside neste ponto tanto a relevância social quanto o ineditismo do trabalho, uma vez que poderá subsidiar futuras contribuições tanto para o emprego, quanto para os cursos ofertados pelo IFTM, e também contribui para reflexões acerca da efetividade das políticas governamentais.

Consideramos importante discutir também sobre a gênese da educação integrada nos Institutos Federais, uma vez que a literatura, em especial as contribuições de Ciavatta (2010), tem mostrado que a proposta de educação integrada apresenta-se inicialmente como um elemento de disputa em prol de uma educação para além do capital, entretanto fatos nos mostram que essa concepção acaba não se prolongando por muito tempo.

Partimos da seguinte hipótese: apesar de as agroindústrias de alimentos serem um dos ramos mais interiorizados do setor industrial e de a região ter sido privilegiada pela política de expansão da educação profissional e tecnológica, os trabalhadores da região Geográfica Intermediária de Uberlândia não conseguem se inserir, de forma efetiva, no mercado de trabalho, porque o setor produtivo prefere contratar pessoas com formação superior às reais exigências das atividades pelo mesmo valor de mercado, devido à grande oferta de trabalhadores altamente qualificados, que estão desempregados.

Relembramos que a inserção de forma efetiva no mercado de trabalho, considerada na pesquisa, é aquela em que há um contrato formal, em que o trabalhador exerce funções que requerem o grau de escolaridade compatível com a sua formação.

Além disso, defendemos a tese de que a questão da empregabilidade na agroindústria de alimentos, na região Geográfica Intermediária de Uberlândia, está relacionada mais precisamente com questões econômicas do setor produtivo do que com questões relacionadas à formação profissional, conforme se anuncia nos programas políticos e de incentivo complementares às empresas que promovem programas de empregabilidade. Isto porque a questão da empregabilidade é de menor importância no contexto da reestruturação produtiva e, por sua vez, o aumento da produtividade, o lucro e a acumulação de capital são a meta primária.

Por conta disto, consideramos importante apresentarmos o contexto e a historicidade da Política de Formação do Trabalhador, enfatizando as implantadas a partir dos anos 2000, em especial o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

4.1 Contexto e historicidade das políticas de formação do trabalhador

A compreensão do objeto de estudo exige que não se perca de vista a totalidade social na qual ele está inserido. Ao longo dos tempos, várias mudanças se consolidaram nas estruturas produtivas mundialmente, promovendo alterações significativas nas relações entre trabalho e educação.

Para compreensão da relação trabalho e educação, cabem as considerações de Saviani (2005, p. 17) ao afirmar que “É impossível compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea sem se compreender o movimento do capital. E essa é, sem dúvida, uma das características que sempre marcaram o paradigma marxista”. Percebemos, nesta fala, que o autor reconhece como são atuais as contribuições da Teoria Marxista, que explica o movimento das relações na dialética materialista.

Ressaltamos que nosso objetivo não é apontar soluções para os problemas que por ventura encontramos, e sim melhor compreender as relações correlacionadas com o nosso objeto de estudo. Por conta disto, a discussão que apresentamos, neste tópico, é norteada pelos estudos de Saviani (2005), Hobsbawm (2015), Lucena *et al* (2014), dentre outros que discutem as transformações do capitalismo ao longo dos tempos e seus impactos nas relações de trabalho, educação e também no emprego.

Hobsbawm (2015), ao discutir as mudanças do século XX, elucida que as transformações nas formas de trabalho e o aumento do desemprego retratam as transformações do capitalismo. Saviani (2005) afirma que a transformação do capitalismo afetou as relações de trabalho e a educação no século XX e se mantém presente no princípio do século XXI. Segundo esse autor, na primeira revolução industrial, o processo produtivo e a organização do trabalho sob a égide do Taylorismo-Fordismo apresentaram, como principal característica, a economia de escala e a produção para o consumo em massa.

Percebe-se, na explicação desse autor, que nesse processo o contingente de trabalhadores era muito expressivo, fato que facilitava a organização sindical e contribuía para manter certo grau de compromisso entre o Estado, empresas e sindicato dos trabalhadores, assegurando um relativo equilíbrio social.

Na trajetória do capitalismo, os estudos apresentados por Cury (2014) e Saviani (2005) mostram que as transformações nos processos produtivos passaram a demandar também dispêndios para com a educação do trabalhador, porém esta motivação ocorreu por conta de fatores econômicos e não sociais ou culturais. A educação passou a ser concebida como

dotada de valor econômico à luz da “Teoria do Capital Humano”, desenvolvida por Theodore William Schultz, economista estadunidense.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Saviani (2005, p. 23) explica que Schultz verificou que a qualificação influenciava no desempenho da economia, e ainda que o aumento no grau de escolaridade mantinha relação direta com o aumento na renda dos indivíduos. Nesse sentido, a educação, no período de 1950 a 1970, seguiu os pressupostos do taylorismo-fordismo, através da “pedagogia tecnicista”.

No Brasil, o surgimento das indústrias, a concentração de habitantes cada vez maior nas cidades e as transformações no mundo do trabalho ocorreram concomitantemente com graves problemas sociais, tais como desemprego e falta de moradia, de saúde e de educação. Batista (2015) explica que, na primeira metade do século XX, o aumento da população nas cidades, tanto pelo processo de abolição de escravatura e êxodo rural, quanto pelo processo imigratório, levou a burguesia a balancear as possibilidades de investir no trabalhador vindo do meio rural.

Neste sentido, o Estado, pressionado pelo setor produtivo, viu como saída para os problemas sociais e econômicos desse período a possibilidade de atender o interesse do empresariado, que carecia de formação da classe operária, conforme os processos industriais da época. Entretanto, estudos histórico-críticos apresentados por Cury (2014) comprovam que as projeções na trajetória industrial e educacional do Brasil foram marcadas por uma disputa ideológica entre católicos e liberais.

Segundo o autor citado, os católicos solicitavam melhoria nas condições de trabalho de forma pacífica, via acordos com o patronato e aprovação de leis, rejeitando o conflito, assim como também almejavam manter a educação sobre o controle da igreja. Os liberais defendiam mudanças na educação, sendo que desejavam que a educação fosse apoiada nas ciências e objetivavam novas condições diferentes do que estava posto na época neste campo.

Reflexões sobre os estudos apresentados, relacionados com as políticas de formação do trabalhador, vigente no Brasil, na primeira metade do século XX, permitem inferir que, dentre os pressupostos da educação brasileira, nessa época, estavam garantir os interesses do poder, do setor produtivo e a permanência da defesa dos interesses dos religiosos.

Tano (2016) apresenta um resgate histórico da formação profissional brasileira desde 1909, discutindo sobre: a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, no território nacional, destinadas as crianças e adolescentes, com o intuito de livrar da criminalidade e do ócio; Reforma Capanema; e sobre as Constituições brasileiras, bem como sobre leis e decretos que tratam sobre a formação dos indivíduos.

Percebemos, na legislação e nos estudos apresentados pela autora, que a história da educação profissional brasileira é marcada por um processo contraditório, em que a dualidade é uma característica marcante e que o Estado ora vincula e ora desvincula a educação profissional ao ensino médio. Essas mudanças nas superestruturas acompanham as mudanças nas estruturas produtivas mundialmente, conforme nos ensina Marx (2013).

O cenário mundial, discutido por Hobsbawm (2015), é marcado por crises que, segundo ele, são estruturais e não cíclicas. Um olhar para a história das relações de trabalho revela que, com o passar dos tempos, a crise materializou-se em um grande avanço tecnológico que deu origem à segunda revolução industrial. Nas palavras de Saviani, as diferenças entre as revoluções podem ser observadas. Segundo o autor:

Diferentemente da primeira revolução industrial, que operou a transferência das funções manuais para as máquinas, essa nova revolução transfere para as máquinas as próprias operações intelectuais, razão pela qual esta época é também chamada de “era das máquinas inteligentes”. Nesse processo, a capacidade do trabalho humano inegavelmente atinge proporções ilimitadas. [...] o avanço tecnológico foi utilizado para alterar o padrão produtivo, introduzindo a acumulação flexível a qual substituiu o taylorismo-fordismo pelo toyotismo, com o que se deslocaram os mecanismos de controle no interior das próprias empresas, secundarizando o papel dos sindicatos e do Estado. (SAVIANI, 2005, p. 21-22)

Reflexões sobre as considerações apresentadas por Saviani (2005) permitem inferir que os impactos dessa nova revolução foram mais abrangentes. Seus estudos mostram que, além das transformações nos processo produtivo, alteram-se também as concepções de emprego e de educação. A concepção de emprego, que antes era visto como uma solução para a crise, nesse novo processo converte-se em um dos elementos do processo de controle da crise, uma vez que a maximização da exploração da força de trabalho mantém relação direta com a crescente manutenção do controle do desemprego.

Com a segunda revolução industrial alterou-se o padrão produtivo, conforme citado anteriormente, mas também provocou-se mudanças significativas nos processos educacionais. Dentre as consequências dessa revolução, destacam-se: o aumento do desemprego; a busca pela flexibilização nas relações de trabalho; e a diversificação da organização escolar e do trabalho pedagógico. Porém, Saviani (2005, p. 23) enfatiza que: “em ambos períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio”, ou seja, no contexto da reestruturação produtiva a meta primária é o lucro.

Nos estudos apresentados por Saviani (2005), especificamente sobre as transformações que ocorreram no campo da educação desde a primeira revolução industrial, percebemos que

essas mudanças tiveram como pressuposto a formação dos indivíduos voltada sempre para o mercado de trabalho, além do acolhimento social para as classes menos favorecidas. Os pressupostos da educação integrada, de preparar o cidadão para além do capital, conforme a perspectiva de autores como Mészáros (2010), Saviani (2008) e Ciavatta (2010), não se fazem presentes, até então.

Todavia, o estudo da historicidade das políticas de formação do trabalhador mostra que a educação profissional, voltada para a preparação dos indivíduos para uma profissão, com o passar dos tempos ganhou maior ênfase. Apesar de existir desde a colonização brasileira, foi com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 que o Estado concedeu uma importância maior para esse tipo de formação escolar.

Na trajetória das políticas educacionais brasileiras, a partir dos anos 2000, a educação começa a passar por outro processo de transformação; temos, então, a inclusão da concepção de educação integrada nos documentos oficiais do Brasil que tratam sobre a educação.

A pesquisa de Tano (2016) mostra avanços sem precedentes na educação brasileira a partir das políticas implantadas nos anos 2000. Esses avanços vão além do número de instituições e de matrículas e perpassam pelo aumento do número de acesso ao ensino superior por parte de jovens que não teriam esse acesso com políticas nos moldes dos programas anteriores. Exatamente devido a isso é importante discorrer acerca do conceito de educação integrada e sua presença nos documentos que regem as políticas educacionais.

4.1.1 Gênese do conceito de educação integrada na educação brasileira

A perspectiva de um governo democrático e popular, com a eleição do Presidente Lula, em 2003, estimulou problematizações sobre o ensino médio, em especial sobre as políticas educacionais voltadas para a formação do trabalhador. O discurso no entorno das concepções de educação estiveram presentes nos debates e audiências com representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais.

Saviani (2003) explica que, na concepção capitalista de educação, a formação do trabalhador voltada para a execução eficiente de determinadas tarefas requeridas pelo mercado de trabalho é marcada pela divisão entre os que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam. Ainda segundo esse autor, no contraponto a essa concepção está a ideia de politecnia, que envolve a articulação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Nas palavras de Saviani (2003, p. 142), a ideia de politecnia implica: “na formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho nessa sociedade e que, portanto nos permite compreender o seu funcionamento”. Esse autor destaca que não se trata de entender politecnia via interdisciplinaridade, pois desta forma não se supera a fragmentação do conhecimento.

Lombardi deixa claro que, na teoria marxista, está a gênese da educação politécnica. Segundo publicação sob sua coordenação pela Editora Navegando Publicações, nas instruções de Marx dadas aos delegados do Conselho Central Provisório fica claro que, por educação, Marx entendia:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que reconhece os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (LOMBARDI, 2011, p.85)

Ao analisarmos os estudos de Marx apresentados na obra supracitada, percebemos que a educação nessa perspectiva é uma educação omnilateral, multilateral e integral, em que está presente nos seus pressupostos o trabalho como princípio educativo. Observando as especificidades do objeto de estudo, que perpassa pelas mudanças na educação básica, com implantação dos Institutos Federais, em que está presente o ensino médio regular integrado ao ensino técnico, é possível perceber que essas alterações representam avanços na educação brasileira no sentido de uma concepção de educação integrada.

A concepção de educação de Marx é aprimorada por outros autores, dentre eles Frigotto (2001), Frigotto e Ciavatta (2003) e Mészáros (2008), com estudos sobre uma educação para além do capital, ou seja, não apenas voltada para fazer a mediação entre o trabalhador e o mercado de trabalho, mas acima de tudo, vislumbrando uma educação capaz de formar consciência, de proporcionar um envolvimento maior com projetos sociais alternativos, ou voltados para alguma causa com o próximo, bem como em prol de autonomia, emancipação ou tornando-os empregáveis ou reempregáveis em situações de desemprego.

Ciavatta e Reis (2010, p. 19) explicam que “o tema da formação integrada coloca em pauta uma concepção de educação em disputa permanente na história da educação brasileira”. Segundo esses autores, historicamente o conhecimento é reservado para as elites, e ainda, o termo formação integrada retoma o ideário da educação politécnica.

Diversos documentos que norteiam as políticas educacionais a partir dos anos 2000, dentre eles o “Plano de Desenvolvimento da Educação”, o “Documento Base – Educação

Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio” e a “Proposta para Constituição do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro”, apresentam em seu discurso uma busca por uma educação que fosse capaz de superar a concepção dualista de educação.

Diversos autores, dentre eles Previtali e Fagiani (2017), Saviani (2017) e Sanfelice (2017), ao analisarem a crise da democracia brasileira, defendem a necessidade de uma nova educação que possibilite a reflexão crítica e a emancipação dos sujeitos sociais. Percebemos, nas considerações desses autores, que a luta pela democracia e em defesa da escola pública, gratuita, vem acentuando-se, desde os movimentos sociais dos anos de 1980.

Com a promulgação da Constituição de 1988, aumenta também a busca por uma educação capaz de proporcionar o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional. Na atualidade, essas conquistas se veem ameaçadas por movimentos que proclamam a neutralidade da educação em relação à política.

Saviani (2017, p. 231-232) contesta esse idealismo de neutralidade política e reforça que “o preparo para o exercício da cidadania tem um significado precipuamente político, o que torna o projeto ‘Escola sem Partido’ manifestamente anticonstitucional”. O autor também esclarece que “a crise da democracia brasileira clama pela resistência ativa e pelo combate às medidas restritivas dos direitos sociais”.

O Escola sem Partido tem sua origem em um movimento político criado e divulgado por Miguel Nagib, em 2004, no Brasil, que vem inspirando diversos projetos de leis, desde 2015. Esse programa defende a fixação nas escolas de cartazes com a lista dos deveres do professor. É um programa que possui um discurso político aparentemente neutro, em que prega que seu objetivo é informar aos estudantes sobre o seu direito de não serem doutrinados.

Todavia, é um programa que recebe diversas críticas de especialistas em educação, dentre eles Frigotto (2017), Ramos (2017), Ciavatta (2017) e Orso (2017), que explicam que, na realidade, o “Escola Sem Partido” é uma proposta ideológica, conservadora e autoritária, que defende que na escola não se promova o espírito crítico, a liberdade de expressão e a busca pela cidadania.

Para saber mais sobre esse programa recomenda-se do livro *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, organizado por Gaudêncio Frigotto, em 2017, uma vez que este traz o contexto, a lei, o sentido político e o significado pedagógico

do Projeto de Lei 867/2015, que cria o Programa Escola sem Partido, bem como o posicionamento de diversos especialistas da educação.

O discurso desses autores, bem como dos documentos citados anteriormente, são coerentes com os princípios e fins da Educação Nacional, transcritos no artigo 2º da Lei 9.394/96, explícitos da seguinte forma:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, s/p)

Embora muitos dos documentos e estudos apresentados apresentem este ideário de uma concepção de educação integrada, Kuenzer (2001) permite uma reflexão sobre o quanto é difícil a superação da concepção de educação capitalista, pois segundo a autora, os determinantes desta concepção estão fora da escola.

Os estudos apresentados por Kuenzer (2001) contribuem para compreendermos a afirmação de Ciavatta e Reis (2010), citados anteriormente, no início deste capítulo, sobre o dilema da gênese da educação integrada que inicialmente é apresentada como um elemento de disputa em prol de uma educação para além do capital, mas que acaba não se prolongando por muito tempo.

Sobre essa dificuldade de romper com o que está posto, Saviani (2009), em uma análise crítica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), afirma que, ao formular o PDE, o governo fez interlocução com o empresariado e não com os movimentos dos educadores. Considerando que o magistério é um dos pilares do PDE, os agentes consultados, interlocutores para a execução de um plano, deveriam ser os educadores, ou seja, os profissionais da educação.

Reflexões sobre os estudos apresentados, bem como os documentos relacionados com a educação a partir dos anos 2000, frutos de políticas educacionais de governo democrático e popular, nos permitem inferir que a intencionalidade da concepção de educação presente no PDE flerta com as duas questões. Tanto busca uma superação da dualidade de educação, quanto busca atender aos interesses do empresariado em produzir uma educação de qualidade que atenda as demandas do setor produtivo. Fato este que denota a presença da categoria “contradição” nas políticas educacionais, praticamente invisível aos olhos, quando analisadas as políticas educacionais de maneira romântica, sem um olhar histórico-crítico.

Em decorrência disto, acreditamos ser importante discutir também, neste capítulo, o histórico dos avanços da educação profissional tanto de nível médio quanto superior, uma vez que a educação profissional é uma modalidade de educação que não se limita à educação básica. Além disso, igualmente importante é refletirmos sobre as perspectivas para a formação profissional com as reformas educacionais em curso, uma vez que está em jogo o acesso ao ensino público gratuito e também a qualidade da educação.

4.1.2 Educação profissional a partir dos anos 2000 e suas perspectivas

Diversos autores discutem sobre a formação profissional no início do século XXI, dentre eles destacamos Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que apresentam um debate sobre a gênese do Decreto nº 5.154/2004 e a revogação do Decreto 2.208/1997. Esses autores consideram que esse debate ocorre em um contexto controverso da democracia restrita, sinalizando para incongruências de forças sociais e do próprio governo sobre um tema que eles consideram não poder ser negligenciado, pois se trata de um direito social que precisa ser cumprido.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 3), enquanto a Lei 9.394/96 “sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos”, o Decreto 2.208/1997 representava um retrocesso, pois veio não apenas “proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

As considerações dos autores citados permitem compreender que o Decreto 5.154/2004 altera principalmente questões relacionadas com a organização curricular da educação profissional desenvolvida articulada com o ensino médio. O estudo destes dois decretos permite traçar um paralelo entre esses dois documentos. O Decreto 2.208/1997, no artigo 3º decreta:

a educação profissional compreende os seguintes níveis: I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997b, s/p)

Enquanto que o Decreto 5.154/2004 decreta, em seu artigo 1º:

A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional),

observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I – formação inicial e continuada de trabalhadores; II – educação profissional técnica de nível médio; e III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (BRASIL, 2004, s/p)

No tocante à organização curricular, o Decreto 2.208/1997 estabelece em seu artigo 5º:

A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos. (BRASIL, 1997, s/p)

O Decreto 5.154/2004, em seu artigo 4º, §1º, traz que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004, s/p)

Percebemos também no estudo do Decreto 5.154/2004 que esse documento não prevê limite para aproveitamento da carga horária do ensino médio para o ensino profissional técnico. Nas reflexões sobre esses documentos e sobre as políticas oficiais de formação profissional, percebemos que muitos programas governamentais foram influenciados a partir do Decreto 5.154/2004, bem como foram estabelecidos diversos documentos, como resoluções e atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica. Todavia esse Decreto foi conciliador, não impôs a formação integrada.

Dentre esses documentos aprovados destacam-se: a Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às

disposições do Decreto nº 5.154/2004; a Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, que institui a implantação de Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio; e a Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Posteriormente, em 2008, a Lei 11.741 altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, uma vez que veio redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica. Dentre as formas de educação profissional e tecnológica, destaca-se a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que pode acontecer de três formas: integrada, em que há uma matrícula única; concomitante e subsequente.

O Decreto nº 7.690/2012 aprova a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e então têm várias ações e programas implantados. Dentre os programas implantados, merecem destaque: Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Programa Mulheres Mil; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação.

Dentre destes programas, a proposta de educação integrada para o ensino médio representa um grande avanço na educação Brasileira. Contribui para esse avanço a Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que vem com uma proposta de considerar o trabalho como um princípio educativo. Segundo esse documento, em seu artigo 5º, o Ensino Médio, em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:

- I – formação integral do estudante;
- II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
- III – educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
- IV – sustentabilidade ambiental como meta universal;
- V – indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos objetivos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem;
- VI – integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
- VII – reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
- VIII – integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (BRASIL, 2012, s/p)

Ao analisar estes documentos, percebemos que eles possuem um discurso político que representa um avanço em direção a uma educação integrada em relação ao que estava posto, porém é fundamental a adoção de uma postura crítica, pois diversos autores ensinam que não é porque o cidadão brasileiro tem um direito garantido pela legislação que significa dizer que este direito seja efetivado na prática. A realidade de muitas escolas de ensino médio no Brasil ainda é precária, assim como as condições de trabalho dos docentes.

Entretanto, não se pode deixar de observar que, se com uma legislação tendente a uma educação integral, em uma perspectiva mais emancipadora, ainda existem diversos problemas relacionados com a qualidade da educação, devemos então indagar como será a educação brasileira com retrocessos visíveis no aparato legal, como aponta a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

O aprofundamento do estudo sobre essa Lei é muito importante, sendo que é um tema sugerido para outras pesquisas pelo seu caráter contraditório e de imposição, uma vez que se trata de uma legislação com alterações significativas no campo da educação, mas cuja aprovação foi feita sem a participação e envolvimento de todos os profissionais da educação, ou seja, não ocorreu em uma perspectiva democrática.

Cabe também questionarmos sobre o financiamento da educação. Se o Estado, com as medidas atuais de cortes no orçamento da educação, terá como financiar a educação no tempo integral, em todas as escolas, ou ainda, terá condições de ampliar as estruturas das escolas, ampliando o quadro de servidores, uma vez que muitas instituições de ensino possuem condições não satisfatórias para atender a demanda nos moldes da legislação anterior.

Além disto, reflexões sobre o artigo nº 6, da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que vem modificar o artigo nº 61 da Lei 9.394/96, que dispõe sobre quais profissionais poderão ser considerados profissionais da educação escolar básica, nos permitem considerar que, com aprovação e implantação desta Lei há uma tendência a desvalorização ainda maior do docente, uma vez que permite aos profissionais com notório saber ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional (BRASIL, 2017a).

Diante das más perspectivas para a educação e do contexto da aprovação da Lei 13.415/2017, marcado por crises política e econômica, em que o desemprego e a crise da democracia aparecem como fenômenos emblemáticos, consideramos importante enfatizar a relevância dos programas implantados nos anos 2000.

Em 2008, a educação brasileira teve um grande avanço com o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, através da Lei 11.741/2008, mencionada anteriormente, que institui a Educação Profissional e Técnica de

Nível Médio, como modalidade da educação básica, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo essa Lei, a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida das seguintes formas: articulada com o ensino médio e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A forma articulada será desenvolvida integrada ou concomitante.

Essa expansão significou um avanço sem precedentes no campo da educação profissional e tecnológica, tanto por questões relacionadas aos investimentos em infraestrutura, em valorização do docente, quanto em fornecer condições para que o estudante possa ter acesso ao ensino superior, dentre outras formas de apoio ao estudante.

Em decorrência disto, a discussão do próximo tópico recairá sobre o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, mais especificamente sobre a criação IFTM, uma vez que buscaremos identificar a relação dos seus cursos com o setor agroindustrial da região em estudo, em especial com a cidade de Uberlândia.

4.2 Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

É emblemático para a compreensão do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional discutir o que estava posto no campo da educação profissional e do trabalho até os anos de 1990. Porém, ressaltamos que o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica não significou uma ruptura com o que estava posto, mas representa um avanço sem precedente, conforme mencionado.

Souza (2006) discute os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional. De forma crítica, explica como são apresentados muitos dos trabalhos sobre a reforma da educação profissional desencadeada nos anos 1990. Nas palavras do autor: “as exposições carecem de uma análise mais profunda que estabeleça relações entre essas ações e a dinâmica das relações de poder na sociedade” (SOUZA, 2006, p. 475).

Com o intuito de também compreender a institucionalidade da política de formação profissional materializada no Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e as ações dessa política com as relações de poder, procedemos uma revisão bibliográfica, recorrendo às publicações de pesquisadores que trabalham com a teoria histórico-crítica, tanto para elucidar o que estava posto até os anos de 1990, quanto para desvelar o novo cenário que se anunciava nos anos 2000.

Os estudos de França e Scocuglia (2011), Soares (1998), Lucena *et al* (2014), dentre outros, revelam que as políticas relacionadas com a formação do trabalhador apresentam características de política assistencialista e compensatória, muito diferente de política voltada para a formação integral do cidadão.

Essa concepção de educação integral começa a dar sinais de existência nos documentos que tratam da política de expansão da educação profissional e tecnológica, de modo especial, a partir do momento em que passa a integralizar o ensino médio ao ensino técnico.

França e Scocuglia (2011) analisam a Educação profissional de Jovens e Adultos de Nível Técnico e Tecnológico no período de 1990 a 2009, no Brasil, de modo especial no estado de Minas Gerais e a relação entre a implantação dos cursos e a real demanda de trabalhadores em acordo com a necessidade do mercado de trabalho.

Destacam a importância de elucidar que “há um discurso recorrente e utilizado como forma de individualizar o problema da não empregabilidade, o qual acusa o sistema educacional pela má qualidade da formação escolar implementada”. Esses autores observam no período em análise “a configuração de uma proposta de formação para o trabalho que se propõe a estar totalmente separada da educação formal e escolarizada” (FRANÇA; SCOCUGLIA, 2011, p. 27).

Soares (1998) também estudou políticas públicas relacionadas com a qualificação profissional e a educação do trabalhador brasileiro, no final da década de 1990. Mais especificamente, o Programa Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional da Secretaria Estadual de Recursos do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP) e os projetos e programas de educação profissional.

Em análise geral, a sua tese ressalta a necessidade de reduzir as expectativas com relação às políticas analisadas em relação à elevação da empregabilidade, com vistas à solução para o desemprego via qualificação e requalificação profissional.

Sobre o conceito de empregabilidade, a autora explica:

[...] Na linguagem mais direta, empregabilidade significa a capacidade que o trabalhador possui ou desenvolve, para ao perder o emprego, recolocar-se no mercado de trabalho, seja na mesma atividade que exercia antes, ou em outra para a qual necessita de um preparo mais diversificado. (SOARES, 1998, p. 72)

A autora citada narra que:

[...] a crença no desenvolvimento da empregabilidade, por meio de cursos de curta duração, é um equívoco, tanto pelo conceito de empregabilidade que remete a “Teoria do Capital Humano” num cenário impróprio, pois não há

emprego, mesmo para os de “elevado capital humano” quanto pelo caráter redentor da escolaridade e da qualificação. (SOARES, 1998, p. 197)

As considerações dessa autora sobre as políticas públicas de formação do trabalhador, no final da década de 1990, remetem-nos às considerações de Kuenzer (2001) sobre a concepção de educação capitalista, que leva a refletir sobre a inclusão excludente, em que as pedagogias até permitem uma inclusão no sistema de ensino para os que não tiveram acesso na idade certa, mas que são também excludentes, pois não permitem um acesso estável no mercado de trabalho formal, à geração de renda, tampouco à realização de um projeto de vida alternativo, emancipado, autônomo e verdadeiramente cidadão.

Soares (1998, p. 197-199) também explica que “as políticas têm revelado muito mais um caráter de inserção social, com muito ainda para melhorar”. Dentre os pontos analisados e apontados pela autora como carentes de algo novo, sem vícios, destacam-se os processos de formação docente, o uso de metodologias adequadas e a participação da sociedade civil.

Destacamos que os projetos e programas estudados por Soares (1998) são do estado de São Paulo; os analisados por França e Scocuglia (2011) são do estado de Minas Gerais. Todavia, retratam a realidade das demais regiões brasileira, pois em nível nacional não foi diferente. Essa realidade começa, a nosso ver, a sinalizar para uma mudança significativa no início dos anos 2000, com o governo Lula, mediante a implantação em nível nacional do Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, na medida em que traz uma proposta de educação integrada, conforme mencionado.

O histórico da educação profissional brasileira mostra, entretanto, que importantes mudanças ocorreram no início do século XXI. Dentre essas mudanças merecem destaque a transformação e integração dos Centros de Ensinos e Escolas Técnicas em Institutos Federais e a materialização da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dois aparatos legais foram importantes nesse processo. Um deles é a Lei 11.741/2008, que alterou a LDB 9.394/1996, integrando a educação profissional de nível médio à Educação de Jovens e Adultos à educação profissional e tecnológica. Além disso, implantou a modalidade de formação inicial e continuada, estendendo a formação profissional aos níveis de graduação e pós-graduação.

O outro aparato relevante é a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foram criados 38 Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia. Posteriormente, em 2012, a Lei 12.677, que equiparou o Colégio Pedro II aos Institutos Federais.

Destacamos que, para compreender a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, não podemos deixar de analisar os interesses que estavam em disputa na implantação dessa política. Não é por acaso que o empresariado atuou efetivamente na formulação de muitos dos documentos que nortearam a educação no governo Lula, assim como fazia em outros governos.

Vieira (2015) narra as particularidades da sociedade e do Estado no Brasil, no período de 1951 a 2010. Suas contribuições são fundamentais, pois discute tanto bons feitos, quanto confrontos, suspeitas de corrupção, insatisfação de governantes e da sociedade, dentre outras questões e dilemas. Também desvela a grande coalizão de centro-esquerda e centro-direita que originou a reforma do Estado. Desta forma, é necessário um olhar crítico para os fenômenos analisados.

No período de 2003 a 2015 foram criados vários campi dos Institutos Federais em diversos municípios brasileiros. A evolução dos campi dos Institutos Federais foi estudada por Tano (2016) e apresentada conforme o Quadro 07:

Quadro 7 - Evolução dos Campi dos Institutos Federais

CAMPUS		PRÉ-EXISTENTES ATÉ 2002	CRIADOS 2003/2010	CRIADOS 2011/2012	CRIADOS 2013/2014	TOTAL 2015
REGIÕES	ESTADOS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS
Brasil	Brasil	140	214	88	120	562
Norte	Acre	0	1	3	1	5
	Amapá	0	0	2	2	4
	Amazonas	4	6	0	4	14
	Rondônia	1	4	1	1	7
	Pará	7	6	1	5	19
	Roraima	1	1	1	1	4
	Tocantis	2	4	0	2	8
	Total	15	22	8	16	61
Nordeste	Alagoas	4	0	7	4	15
	Bahia	9	11	2	9	31
	Ceará	5	17	1	6	29
	Maranhão	4	10	4	8	26
	Pernambuco	8	6	1	9	24
	Rio Grande do Norte	5	12	1	3	21
	Sergipe	3	0	3	4	10
	Paraíba	6	3	3	6	18
	Piauí	5	9	3	3	20
	Total	49	68	25	52	194
Centro-oeste	Distrito Federal	0	2	7	1	10
	Goiás	6	7	4	5	22
	Mato Grosso	3	7	1	3	14
	Mato Grosso do sul	0	1	6	3	10
	Total	9	17	18	12	56
Sudeste	Espírito Santo	6	11	1	2	20
	Minas Gerais	22	19	8	6	55
	São Paulo	3	18	8	8	37
	Rio de Janeiro	8	18	1	7	34
	Total	39	66	18	23	146
Sul	Paraná	8	13	3	7	31
	Rio grande do Sul	12	12	9	7	40
	Santa Catarina	8	16	7	3	34
	Total	28	41	19	17	105

Fonte: Elaborado por Tano (2016) com dados do MEC/REDE DE EXPANSÃO/SIMEC/2015.

O quadro apresentado pela autora retrata a interiorização da educação, fenômeno que marcou a política de educação profissional e tecnológica, implantada pelo governo federal. Até 2002 havia apenas 120 municípios brasileiros atendidos pela educação profissional e, com a expansão dos Campi, em 2014 eram 512 municípios atendidos por essa política, representando uma expansão de aproximadamente 426% no número de municípios atendidos.

Balsadi (2001) e Locatel (2012) explicam que essa expansão acompanhou a trajetória do capital. Como exemplos em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, houve um grande número de indústrias que se deslocaram das cidades para o campo. As teorias que estudam a trajetória do capitalismo ensinam que esse movimento é uma característica típica do neoliberalismo. No capítulo anterior, observamos o histórico de grandes agroindústrias que comprovam isto.

Os documentos que tratam sobre a política de expansão da educação profissional, científica e tecnológica, bem como as informações sobre os cursos ofertados pelos institutos em seus sites, mostram também que muitos dos cursos implantados são voltados para setores estratégicos da economia nacional. Portanto, o apoio ao setor agrícola e agroindustrial não é uma promessa recente, do atual governo; é histórico o apoio do Estado aos interesses desses setores.

O estudo dos programas e projetos, bem como dos documentos que norteiam essa política, desvela o interesse do setor produtivo nas instalações destes institutos próximos às suas unidades produtivas. Inclusive, Saviani (2009), ao analisar o PDE, ressalta que, ao implantar suas políticas, o Estado priorizou a interlocução com o setor produtivo em detrimento aos ideais dos profissionais da educação.

O autor também destaca que a multiplicidade de ações desse plano pode levar a perda do foco da questão maior que é melhorar a qualidade da educação básica. Esse autor faz uma crítica ao dizer que, a preocupação dos empresariados que fizeram interlocução com o governo, para elaboração do PDE é com a “qualidade total” em que a educação é vista como um produto, uma mercadoria. Nessa perspectiva, “os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes” (SAVIANI, 2009, p. 45).

Cabe aqui lembrarmos que o objeto de estudo da tese inclui estudar o aparato educacional ofertado pelo Estado, visando oferecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes, altamente qualificada. Neste sentido, discutimos as especificidades da educação profissional e tecnológica, que traz também a proposta de educação integrada ao ensino médio, a cargo da União.

Destacamos que o ensino fundamental e médio, a cargo dos municípios e dos estados, não é a especificidade dessa pesquisa, embora faça parte da totalidade. Todavia, de modo geral, ao observarmos a educação básica sob os cuidados dos municípios e dos estados, percebemos que estas não receberam o mesmo investimento em termo de financiamentos, infraestruturas, formação docente, apoio ao estudante e educação integral, que a educação profissional cargo do governo federal, até o ano de 2015.

Afirmamos que a nível nacional ainda há muito por ser feito no tocante à educação de modo geral, em especial mediante as mudanças em cursos que precisam ser consideradas pelas pesquisas futuras, que contarão a história da educação brasileira.

No campo da educação, os problemas enfrentados pela educação básica são históricos. Kuenzer (2001) explica que o Estado implanta políticas e adota programas que não efetivam a universalização da educação básica com qualidade e mantém de fato a distribuição desigual, diferenciada e controlada da educação. Os estudos apresentados mostram que a educação profissional e tecnológica ocupa, ao longo do tempo, lugar importante na agenda dos governantes brasileiros, embora ora avance, ora retroceda.

Em decorrência disso, é necessário conhecer a relação da educação profissional com o setor produtivo, de modo especial na cidade foco da pesquisa.

4.2.1 IFTM e a relação de seus cursos com o setor agroindustrial da região de Uberlândia

Minas Gerais é o estado com maior número de institutos federais. São 5 institutos mais o CEFET-MG, o Instituto Federal Norte de Minas Gerais; o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais; o Instituto Federal de Minas Gerais; o Instituto Federal Sul de Minas Gerais e o Instituto Federal Triângulo Mineiro (IFTM).

O IFTM foi criado como modelo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Sua criação ocorreu em consonância com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Foi constituído mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, CEFET-Uberaba e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) de Ituiutaba e de Paracatu e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (EAF-Uberlândia).

Pela nomenclatura antes da reclassificação das regiões pelo IBGE, em 2017, o Instituto abrange as mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelos campi “Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, os campi

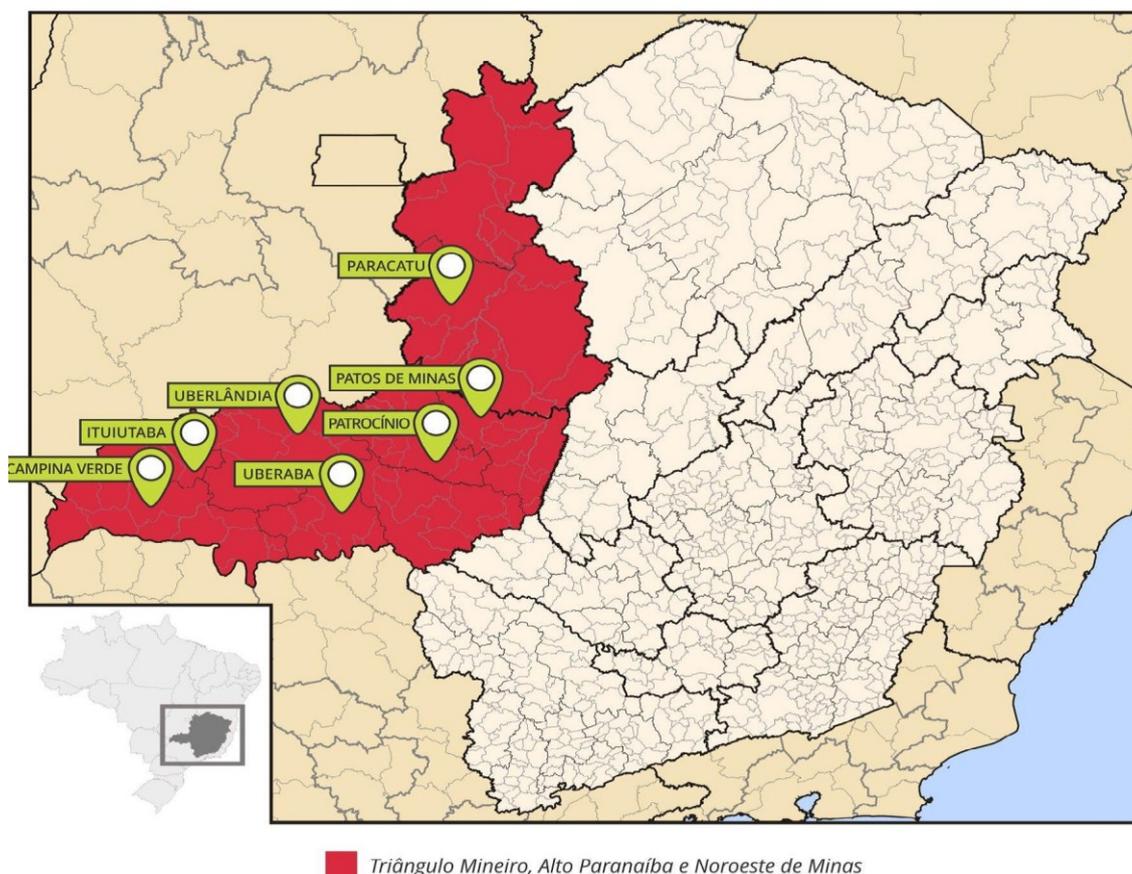
Avançados Uberaba Parque Tecnológico e Campina Verde e, também pela Reitoria” (IFTM, 2016, p. 3).

Essa mesorregião em que está situado o IFTM era formada pela união de 66 municípios e as principais atividades econômicas desenvolvidas nesta localidade são:

Agricultura e pecuária, açúcar e álcool (três quartos da produção de cana-de-açúcar, açúcar é álcool do estado), produção e processamento de grãos, processamento de carne, poultry, cigarros, cerâmica, produtos alimentares, fertilizantes, mineração, processamento de madeira, reflorestamento, metalurgia e venda por atacado. (IFTM, 2016, p. 3-4)

Percebemos que as principais atividades econômicas da região influenciaram a seleção dos cursos ofertados no IFTM. Em seu portfólio, o instituto faz referências à região em que está inserido. A figura 01 demonstra as mesorregiões do estado de Minas Gerais e municípios com campi do IFTM, em 2016. Na atualidade, esse instituto conta também com o Polo João Pinheiro, vinculado ao Campus Paracatu.

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais e Municípios com Campi do IFTM



Fonte: Portfólio IFTM/2016.

Algumas especificidades do território que se localiza o IFTM e seus campi/polos, foram apresentadas anteriormente, bem como alguns indicadores que demonstram a

importância da região para o país. O portfólio do IFTM (2016) reforça a importância que o setor agroindustrial possui na região e ressalta a concepção de educação integrada e os objetivos do instituto, expressos assim:

Nos Institutos Federais, o ensino assume um conjunto de objetivos que vão além da aprendizagem e da formação do cidadão. Como instituição de formação profissional e tecnológica, encarrega-se também da função social de inclusão e da formação de profissionais capazes de atuar no mundo do trabalho, assumindo uma perspectiva integral.

[...] Uma das finalidades dos institutos consiste em contribuir com o desenvolvimento da sociedade, mantendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade. Contudo, o objetivo do IFTM vai além de preparar o aluno para o mercado de trabalho e, seguindo orientações da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visa o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania.

Assim, observada tal finalidade, o objetivo geral do ensino no IFTM é proporcionar uma formação integral e contextualizada que favoreça a ampliação de conhecimentos, princípios e valores que norteiem um viver cidadão. (IFTM, 2016, p. 11)

Percebemos, nos objetivos apresentados, que a função social do IFTM é a formação de cidadãos críticos e criativos que possam exercer plenamente a cidadania e não apenas ser “indivíduos”. Reflexões sobre as considerações dos pesquisadores que seguem a teoria histórico-crítica, apresentadas, nos permitem perceber que esse processo de formação possibilita que os cidadãos possam participar dos processos de transformação e construção da realidade.

Todavia, os estudos apresentados elucidam como age o Estado diante dos jogos de interesses. Ele não é neutro. O interesse político de quem está no poder é forte. Se quem está no poder tende para uma visão capitalista, desenvolvimentista, em que a meta primária é o lucro, as políticas deste governo, em especial para a educação, tende a incomodar com a formação crítica, pois sabe que esta contribui para constituir cidadãos conscientes e politizados.

Desta forma, as pedagogias voltadas para a formação integral, capaz de proporcionar a politização e conscientização dos cidadãos são refutadas, independente dos interesses de estudantes, de pais, de professores e dos demais profissionais da educação. Independente também dos dados dos indicadores sociais e dos números apresentados por determinada política. A crise política e econômica, a partir de 2015, bem retrata essa situação no país, uma vez que cortes expressivos na educação foram anunciados, independentes dos resultados que a política de expansão da educação profissional e tecnológica vinha apresentando.

Os números mostram que, até 2014, foram 392 campi dos Institutos Federais a mais em relação a 2002, beneficiando a população de um número de municípios ainda maior. No caso específico do IFTM, os dados, as imagens e os quadros apresentados a seguir retratam o aparato montado pelo Estado, a partir de 2010, no tocante à educação básica na modalidade da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio e também nos níveis mais elevados da educação, oferecidos nos Institutos Federais.

Destacamos também que, além dos cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, na modalidade presencial, foram implantados cursos: Ensino Técnico Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade à Distância; Técnico Integrado ao Ensino Médio, na modalidade presencial; e Inglês, Espanhol e Francês nos níveis básico, intermediário e avançado, vinculados à Central de Idiomas. O Quadro 08 apresenta um panorama dos cursos de nível técnico e médio no IFTM.

Quadro 8 - Cursos técnicos e integrados ao ensino médio e Campi/polos do IFTM

Técnico Conc. ao Ensino Médio Presencial	Campina Verde	Ibiá	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Administração	X		X	x				X			
Agroindústria			X								
Agropecuária	X									x	
Aquicultura										x	
Comércio			X								
Contabilidade		X					X				
Eletrônica				x							
Eletrotécnica		X	X			X					
Informática	X	X									
Logística						X					
Mineração						X					
Redes de Computadores											x
Técnico em Manut. Suporte em Informática				x	x						
Técnico Conc. ao Ensino Médio à Distância	Campina Verde	Ibiá	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Administração									X		
Automação Industrial									X		
Edificações									X		
Informática para Internet									X		
Segurança do Trabalho									X		
Técnico Integrado ao Ensino Médio Presencial	Campina Verde	Ibiá	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Administração				X			X	X			X
Agricultura			X								
Agroindústria			X								
Agropecuária								X		X	
Alimentos								X		X	
Computação Gráfica									X		X
Eletrônica				X			X		X		
Eletrotécnica			X			X					
Informática			X	X							
Manutenção e Suporte em Informática							X		X	X	
Meio Ambiente										X	
Química			X								
Inglês	Campina Verde	Ibiá	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Inglês Básico		X			X						
Inglês intermediário					X						
Inglês avançado					X						

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Portal do IFTM, acesso em maio de 2019.

Os dados apresentados mostram que foram criados 13 cursos de Ensino Técnico Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade presencial em 10 Campi/polos, sendo

implantadas 22 turmas, no mínimo, uma vez que não identificamos o número de turmas de um mesmo curso que foram implantadas em cada polo. No tocante aos Cursos de Ensino Técnico Concomitante ao Ensino Médio, à distância, foram implantados 05 cursos no polo Uberaba – Parque Tecnológico.

Quanto ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, na modalidade presencial, foram implantados 12 cursos em 08 Campi/polos, tendo sido implantados 24 turmas, no mínimo, dessa modalidade. Consideramos que essa modalidade em conjunto com outras políticas e medidas afirmativas, vem apresentado resultados expressivos no que se refere ao processo de formação dos educandos, permitindo-os, inclusive acessar ao ensino superior nos cursos mais disputados da educação, representando, assim, tema importante para ser discutido em outras pesquisas. O Quadro 9 demonstra o panorama do aparato educacional implantado pelo Estado para formação de força de trabalho altamente especializada.

Quadro 9 - Cursos de Nível Superior e Pós-Graduação implantados no IFTM

Graduação à distância	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Licenciatura em Computação						X		
Licenciatura em Letras - Português						X		
Licenciatura em Matemática						X		
Graduação Presencial	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Análise e Desenv. de Sistemas				X				
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X				X		
Bacharelado em Administração					X			
Bacharelado em Zootecnia					X			
Ciência da Computação	X							
Engenharia Agrônoma					X		X	
Engenharia de Computação						X		
Engenharia Elétrica		X		X				
Gestão Comercial				X				
Licenciatura em Ciências Biológicas					X			
Licenciatura em Computação			X					X
Licenciatura em Matemática		X	X					
Licenciatura em Química					X			
Logística								X
Processos Químicos	X							
Tecnologia em Alimentos	X				X		X	
Tecnologia em Análise e Desenv. de Sistema	X							
Tecnologia em Marketing								X
Tecnologia em Sistemas para Internet								X
Pós-Graduação Lato Sensu Especialização Presencial	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Anál. e Desenv. de Sistemas Aplic. à Gest. Empresarial								X
Ciências Ambientais	X							
Controle de Qualidade em Processos Alimentícios							X	
Geoprocessamento					X			
Gest. Ambiental: Diagn. e Adeq. Ambiental					X			
Gestão de Negócios								X
Higiene e Segurança Alimentar	X							
Novas Tecnologias Aplicadas à Educação	X							
Saneamento Ambiental					X			
Tecnologia, Linguagens e Mídias em Educação								X
Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Presencial	Ituiutaba	Paracatu	João Pinheiro	Patrocínio	Uberaba	Uberaba P. Tecnol.	Uberlândia	Uberlândia Centro
Mestrado Prof. em Ciência e Tecnol. de Alimentos					X	X		
Mestrado Prof. Educ. Prof. e Tecnol. – ProfEPT						X		
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica					X			
Mestrado profissional em Produção Vegetal					X			

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Site do IFTM/2019.

Ao observar os dados do Quadro 9 percebemos que, em relação aos níveis mais elevados da educação, foram implantados 03 cursos de licenciaturas à distância no polo Uberaba – Parque Tecnológico e 19 cursos de graduação presencial em 08 Campi/polos, oferecendo a região, no mínimo, 26 turmas, uma vez que houve casos de cursos que foram implantados em mais de um polo.

No tocante aos níveis mais elevados da educação, foram implantados 10 cursos de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização Presencial em 04 Campi/Polos e 04 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu e Mestrado Presencial nos Campi Uberaba e Uberaba Parque Tecnológico.

Quanto ao número de polos e campi, foram implantados 11 nas cidades de Campina Verde, Ibiá, Ituiutaba, Paracatu, João Pinheiro, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, uma vez que estas duas últimas contam com dois campi cada uma, conforme dados do Portal do IFTM, acesso em maio de 2019.

A partir de reflexões sobre o panorama da expansão da Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica, de modo especial, dos campi/polos do IFTM e da relação dos cursos implantados com o setor produtivo local, percebemos que a sociedade e de modo especial o setor produtivo da cidade de Uberlândia e região foram privilegiados com diversos cursos que visam à formação da força de trabalho nos mais elevados níveis da educação.

De modo especial, o setor das indústrias de transformação, em que estão inseridas as agroindústrias de alimentos, foi privilegiado com cursos de formações específicas para seus ramos de negócios; dentre eles destacam-se os cursos de nível médio: Agroindústria, Agropecuária; Automação Industrial; Alimentos; e Química, além de cursos com correlação direta a todos os empreendimentos como Administração, Contabilidade, Informática, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Inglês, entre outros.

Além desses cursos, o setor citado também foi bastante privilegiado com o aparato do Estado para formação de força de trabalho altamente especializada, com cursos de Pós-Graduação em nível de especialização como: Controle de Qualidade em Processos Alimentícios; Geoprocessamento; Higiene e Segurança Alimentar; Ciências Ambientais; além de cursos com correlação a todos os ramos de negócios como: Gestão de Negócios; Análise e Desenvolvimentos de Sistemas Aplicados à Gestão Empresarial e outros. Em nível de Mestrado, esse setor foi privilegiado com cursos como: Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos; Mestrado Profissional em Produção Vegetal e outros.

Os méritos dessa política perpassam o número de cursos e o número de municípios atingidos. O quadro dos profissionais, em especial, o corpo docente dos Institutos Federais, também merece destaque. No caso do IFTM, grande número de professores possui titulação em nível de Mestrado e Doutorado, fato que contribui para a pesquisa, para o processo formativo ofertado nas instituições tanto de ensino médio quanto de ensino superior, bem como proporciona aos alunos melhores condições de serem bem classificados nas avaliações externas, além de proporcionar grandes chances de acesso ao ensino superior, uma vez que o papel do docente é primordial no processo formativo.

Diversos são os benefícios que essa política de expansão da educação profissional e tecnológica trouxe para a sociedade. Dentre esses benefícios destacamos os incentivos ao ensino, pesquisa e extensão e a ampliação e construção dos institutos, sendo que o investimento em infraestrutura foi expressivo.

As Figuras 2 a 11, apresentadas em anexo, retratam que houve planejamento para a construção dos campi/polos do IFTM e que esses foram construídos em áreas capazes de proporcionar uma formação integral dos alunos, com campos para experimentos, diversos laboratórios, salas de aulas, auditórios, quadras esportivas, academias, escritórios, salas de apoio pedagógico e demais espaços para atendimento ao aluno e adequados à aprendizagem.

As imagens apresentadas, em anexo, mostram o grande investimento em infraestrutura e também em apoio ao aluno e aos processos de ensino aprendizagem de modo geral. A política de expansão da rede de educação profissional e tecnológica permite perceber que essa não é uma política de governo, é uma política de Estado, que perpassa o período de gestão dos governantes e carece de ser incentivada e aprimorada.

Além do investimento em estruturas físicas, outra contribuição importante que os institutos estão proporcionando para a sociedade está relacionada com os relatórios de pesquisas e produção acadêmica desenvolvida por seus pesquisadores e alunos. Em consulta simples ao portal do instituto (<http://www.iftm.edu.br/publicacoes/>) podemos encontrar diversas publicações acadêmico-científicas do IFTM. Como exemplo citamos a Revista Inova, Ciência e Tecnologia, que divulga o conhecimento produzido pela comunidade científica nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas, além de diversos anais de eventos científicos e acadêmicos.

Todo esse aparato contribui com o setor produtivo local, fornecendo força de trabalho altamente qualificada e conhecimento científico e tecnológico para o desenvolvimento de diversos ramos de atividades. A cidade de Uberlândia, conforme mencionamos, destaca-se dentre as cidades mais importantes de Minas Gerais, com significativa participação no PIB

regional e nacional e é uma das cidades privilegiadas por contar com dois polos dos Institutos Federais, além de localizar-se próxima a outros 03 polos importantes do IFTM, os dois IFTM de Uberaba e também o de Ituiutaba.

Todos esses polos possuem cursos voltados para os principais setores da economia regional e Uberlandense. Em decorrência disso, no tópico seguinte, discutiremos a relação entre Educação e empregabilidade, com foco nas nuances da escolarização, remuneração e emprego formal em Uberlândia.

4.2.2 Relação educação e empregabilidade: nuances da escolarização, remuneração e emprego formal em Uberlândia

Os números apresentados sobre a expansão da Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica são expressivos. Todavia, todo esse aparato educacional promovido pelo Estado em apoio ao setor produtivo não garante a empregabilidade. Mencionamos esta constatação ao discorrer anteriormente sobre as teorias que defendem que não há vagas de trabalho para todos, até mesmo para os mais qualificados. Porém, isso não significa dizer que, por não haver vagas de trabalhos suficientes para todos, não há necessidade do Estado manter todo esse aparato educacional.

O ser humano é um ser histórico-social que participa e se apropria do processo histórico de produção de bens e das relações que necessita para sobreviver; Marx e Engels (2007) nos ensinam isto e acrescentam que a principal atividade humana é o trabalho, modo pelo qual este transforma a natureza e a si próprio.

Consideramos que essa materialidade por si só impõe que os processos formativos e educativos sejam capazes de proporcionar aos cidadãos formação integral, na qual se inclui também a formação engajada ao modelo econômico, mas em especial que lhe possibilite uma consciência crítica, a politização e que permita resistir à dominação do interesse particular sobre o geral.

Os estudos apresentados permitem considerar que, para uma sociedade ser mais justa e menos desigual, é fundamental que os processos formativos sejam colocados em uma perspectiva integral, humanizadora e que o interesse particular da classe hegemônica não sobressaia ao coletivo. Marx e Engels explicam que:

é precisamente dessa contradição do interesse particular com o coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os

laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses conglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37)

Reflexões sobre as considerações dos autores citados permitem perceber que é ilusão considerar o Estado neutro. Porém, também nos leva a reflexões sobre a educação, nos permitindo inferir que o processo formativo, em uma perspectiva integral, proporciona ao ser humano uma visão de mundo ampla, e pode torná-lo mais preparado para lidar com os problemas contemporâneos, uma vez que lhe prepara para resistir aos interesses particulares. Portanto, consideramos que a educação, na perspectiva integral, é uma ferramenta transformadora, capaz de politizar e proporcionar a conquista do poder político, e é este um dos motivos pelo qual tanto incomoda quem está no poder.

Desta forma, consideramos que a pesquisa contribui tanto com o setor produtivo, seja ele grande ou pequenos arranjos produtivos locais, a medida que retrata o potencial do aparato de incentivos fiscais e educacionais que o Estado disponibiliza para o setor, quanto com a sociedade de modo geral, uma vez que auxilia a melhor compreender as políticas elaboradas pelo Estado, que trazem no seu bojo o argumento de incentivo à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais, mas que, na realidade, não poderá mudar o que está posto no tocante ao desemprego, pois no nível do desenvolvimento histórico do sistema capitalista o desemprego é uma característica marcante.

Com o intuito de melhor compreender a realidade em estudos, citamos os dados do CEPES, da UFU, que apresentam a dinâmica socioeconômica da então mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), desenvolvendo uma análise sobre o emprego formal, vínculos e estabelecimentos além de discutir a situação do emprego formal em Uberlândia no período de 2010 a 2016.

Sobre o estoque de emprego formal, nos anos 2000-2015, os dados mostram que, no ano 2000, o Estoque de Emprego Formal, no Brasil, Minas Gerais e TMAP eram, respectivamente: 26.228.639; 2.803.454 e 302.489. Em 2015, computavam respectivamente: 48.060.807; 4.821.116 e 604.773. Representando assim, de 2000 para 2015, uma variação positiva de aproximadamente: 83%; 72% e 100%, nas respectivas cidades.

Sobre o emprego formal em Uberlândia, o CEPES (2019) apresenta a evolução conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Evolução do estoque de emprego formal em Uberlândia no período de 2010 a 2016

Ano/ Vínculos ativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vínculos ativos em 31/12 (em Unidades)	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	209.438
Variação Anual (%)	9,32	7,68	0,53	7,96	2,40	-1,71	-2,90
Variação absoluta (em unidades)	15.636	14.088	1.044	15.804	5.147	-3.754	-6.262
Participação no estoque de emprego do TMAP (%)	34,97	35,25	35,21	35,45	35,65	35,67	35,66
Participação no estoque de emprego de MG (%)	3,95	4,07	4,03	4,24	4,33	4,47	4,52

Fonte: Oliveira, A. S. In: CEPES/IERI/UFU/2019.

Ressaltamos que aparentemente os dados demonstrados acima apresentam um cenário favorável até 2014, com queda no número de empregos em Uberlândia a partir de 2015. Entretanto, os pesquisadores responsáveis pelos estudos econômicos do CEPES (2019) ressaltam que os dados mencionados devem ser interpretados com a devida cautela, uma vez que não estão levando em conta que aqui não está sendo considerada a evolução da População Economicamente Ativa (PEA) no período analisado.

A noção da dimensão do tamanho do desemprego e das desigualdades sociais começa a ser desvelada ao correlacionar os dados do número de emprego com outras variáveis, como população economicamente ativa, escolarização, remuneração e outras, quando se almeja compreender suas relações. O Quadro 11 trata respectivamente sobre a distribuição do estoque de emprego por faixa salarial, no Brasil, em Minas Gerais, no TMAP e na cidade de Uberlândia, de 2010 a 2016.

Quadro 11 - Distribuição do Estoque de Emprego por Faixa Salarial, no Brasil, Minas Gerais, TMAP e Uberlândia, 2010 e 2016

Distribuição dos vínculos ativos (em números absolutos)								
Faixa salarial (SM)	Brasil		Minas Gerais		TMAP		Uberlândia	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Até 2 SM	24.542.434	25.239.475	2.936.550	2.865.888	329.156	346.866	110.459	119.530
De 2,01 a 5,0	13.170.998	14.246.910	1.214.296	1.257.121	151.123	187.241	54.068	66.834
De 5,01 a 10,0	3.713.315	3.815.725	293.123	291.505	26.038	29.277	11.463	13.080
De 10,01 a 20,0	1.461.712	1.463.442	108.065	103.758	8.853	9.166	4.103	4.520
Mais de 20,0	574.083	462.962	37.216	30.185	2.302	1.864	1.280	1.007
Não Classif.	605.813	831.684	57.641	80.244	6.902	12.933	1.998	4.467
Distribuição dos vínculos ativos (%)								
Faixa salarial (SM)	Brasil		Minas Gerais		TMAP		Uberlândia	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Até 2 SM	55,7	54,8	63,2	61,9	62,8	59,1	60,2	57,1
De 2,01 a 5,0	29,9	30,9	26,1	27,2	28,8	31,9	29,5	31,9
De 5,01 a 10,0	8,4	8,3	6,3	6,3	5,0	5,0	6,3	6,2
De 10,01 a 20,0	3,3	3,2	2,3	2,2	1,7	1,6	2,2	2,2
Mais de 20,0	1,3	1,0	0,8	0,7	0,4	0,3	0,7	0,5
Não Classif.	1,4	1,8	1,2	1,7	1,3	2,2	1,1	2,1

Fonte: Ferreira, E. W.; Oliveira, A. S. In: CEPES/IE/UFU (2019).

Os números desse quadro revelam a desigualdade salarial brasileira. Em 2016, no caso específico de Uberlândia, aproximadamente 57,1% das pessoas com vínculos ativos só recebiam até 2 salários mínimos e apenas aproximadamente 8,88% da população recebiam acima de 5 salário mínimos, ou seja, apenas 18.607 habitantes.

Esses dados revelam outro dilema quando correlacionados com as variáveis escolarização da população empregada (Quadro 12) e ocupação nos grandes setores da economia (Quadro 13), apresentados a seguir, uma vez que os números mostram que grande parte da população é altamente escolarizada, porém recebe menos de 5 salários mínimos.

Os dados do quadro apresentado a seguir mostram que, na cidade de Uberlândia, em 2016, dos 209.438 vínculos ativos, havia 42.092 pessoas com empregos formais e escolarização em nível superior completo, porém apenas 18.607 habitantes recebiam acima de 5 salários, sem considerar os não classificados, conforme apresentado no Quadro 11.

Os números mostram também que a evolução do número da população empregada em Uberlândia de 2010 para 2016 subiu aproximadamente 14,21%, enquanto que, no TMAP, subiu aproximadamente 12,01%; em Minas Gerais diminuiu aproximadamente 0,39% e no Brasil aumentou aproximadamente 4,52%. O Quadro 12 demonstra o grau de escolarização da população empregada.

Reflexões sobre os números apresentados no Quadro 12, a seguir, permitem inferir que o discurso político que prega que o problema do desemprego ocorre pela falta de trabalhadores altamente qualificados é falso, pois os dados mostram aumento na formação do trabalhador, inclusive nos níveis mais elevados da educação, demonstrando que o problema do desemprego não está relacionado primordialmente com a escolarização.

Esses dados também, em uma análise apenas quantitativa, podem retratar um cenário promissor. Porém, Oliveira (2018) alerta que precisa-se ter cautela ao analisar os dados sobre a dinâmica de Uberlândia. A pesquisadora, ao correlacionar o estoque de emprego formal com grau de escolaridade ensino superior completo, em Uberlândia, em 2016, com as dez principais ocupações da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO 2002), em Uberlândia e no mesmo ano, afirma que as informações revelam outra realidade.

Quadro 12 - Grau de escolarização da população empregada

Brasil							
Grau de Escolaridade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	222.251	179.024	168.913	163.039	156.579	158.146	141.402
Até 5º incompleto	1.566.581	1.622.915	1.552.101	1.514.951	1.445.544	1.311.705	1.156.684
5º completo Fund.	2.001.548	1.949.437	1.802.377	1.684.460	1.537.913	1.383.670	1.212.177
6º a 9º Fundamental	3.447.128	3.419.149	3.294.414	3.200.199	3.021.756	2.737.829	2.437.051
Fundamental Completo	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286
Médio Incompleto	3.497.540	3.645.611	3.692.042	3.723.884	3.653.295	3.403.809	3.083.820
Médio completo	18.443.083	20.017.322	20.996.292	22.137.706	22.851.703	22.588.147	21.896.553
Superior Incompleto	1.819.366	1.899.665	1.901.385	1.879.225	1.869.099	1.852.266	1.786.262
Superior Completo	7.271.945	7.857.921	8.446.861	9.046.700	9.675.645	9.732.059	9.873.963
Total	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198
Minas Gerais							
Grau de Escolaridade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	23.764	18.383	17.565	16.622	16.931	17.004	15.099
Até 5º incompleto	199.777	211.636	204.553	196.810	191.854	171.941	150.698
5º completo Fund.	336.094	321.029	296.427	271.799	245.831	221.014	195.715
6º a 9º Fundamental	459.197	449.715	432.503	417.229	387.042	346.974	310.878
Fundamental Completo	630.163	625.704	609.430	605.043	579.457	517.491	467.311
Médio Incompleto	390.556	413.552	422.066	429.282	424.945	392.004	361.379
Médio completo	1.768.307	1.918.098	1.999.847	2.133.452	2.184.696	2.157.959	2.118.926
Superior Incompleto	145.690	153.079	153.054	161.442	165.252	167.819	176.539
Superior Completo	693.343	739.780	792.780	825.401	875.898	828.910	832.156
Total	4.646.891	4.850.976	4.928.225	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba							
Grau de Escolaridade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	3.399	3.468	3.449	3.209	3.771	4.017	2.935
Até 5º incompleto	25.423	27.663	26.094	25.213	23.331	22.903	20.645
5º completo Fund.	37.292	35.559	32.820	31.811	27.992	26.780	23.398
6º a 9º Fundamental	63.276	64.886	60.942	64.668	58.234	55.680	50.450
Fundamental Completo	69.657	70.511	67.975	71.332	70.499	64.732	59.918
Médio Incompleto	53.267	57.303	57.522	61.034	61.921	58.570	55.305
Médio completo	181.904	204.069	214.460	235.615	247.499	249.754	248.859
Superior Incompleto	22.086	23.288	23.919	25.005	26.084	25.681	25.579
Superior Completo	68.070	73.396	76.614	86.594	96.187	96.656	100.258
Total	524.374	560.143	563.795	604.481	615.518	604.773	587.347
Uberlândia							
Grau de Escolaridade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Analfabeto	753	521	631	611	616	666	668
Até 5º incompleto	4.629	5.082	4.854	4.543	4.179	4.292	3.711
5º completo Fund.	6.492	6.730	6.165	6.561	5.705	4.804	4.292
6º a 9º Fundamental	18.376	18.549	16.705	18.909	17.496	15.934	14.127
Fundamental Completo	23.392	23.434	22.140	23.375	22.296	20.812	18.471
Médio Incompleto	19.553	21.155	20.702	22.335	21.947	20.549	18.805
Médio completo	73.252	81.649	83.451	89.828	95.102	95.941	95.128
Superior Incompleto	10.133	11.033	11.624	11.995	12.342	12.216	12.144
Superior Completo	26.791	29.306	32.231	36.150	39.771	40.486	42.092
Total	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700	209.438

Fonte: Oliveira, A. S. In: CEPES/IERI/UFU (2019).

Conforme mencionado, esses dados analisados isoladamente não retratam a essência do que está posto. A análise apresentada pela autora citada, no relatório CEPES/IERI/UFU afirma que:

Verifica-se que algumas das ocupações que foram tomadas pelos trabalhadores com grau de escolaridade em questão, a priori, não requerem ensino superior completo, como é o caso de: auxiliar de escritório, assistente

administrativo, professor de nível médio na educação infantil, e supervisor administrativo. Ainda assim, essas quatro ocupações responderam juntas por cerca de 14% do estoque de emprego formal de trabalhadores com ensino superior no município. (OLIVEIRA, 2018, p. 25-26)

As constatações da autora revelam que há trabalhadores com curso superior exercendo atividades que, a priori, não requerem alta qualificação/titulação. O olhar crítico sobre o rol de dados apresentados permite perceber que as considerações de Oliveira (2018) nos remete às considerações de Fagiani e Previtali (2014) sobre a nova configuração da classe trabalhadora do século XXI, uma vez que esses autores apontam que há um acréscimo em números no quantitativo de emprego, porém em condições de trabalho nada favoráveis ao trabalhador.

Reflexões sobre essas considerações nos levam a corroborar com os estudos apresentados pelos autores citados acima, uma vez que o trabalhador, ao se qualificar em nível superior, cria expectativas sobre uma carreira que dificilmente conseguirá alcançar, em virtude do fato de não haver vagas para todos, passando a se submeter a trabalhar em atividades que, a priori, não requerem tal grau de escolaridade. Esse processo pode causar o desgaste físico e emocional, além de gastos econômicos despendidos pelos trabalhadores, podendo até mesmo levar ao adoecimento do cidadão, tema este importante para futuras pesquisas.

Compreender como ocorre a relação setor produtivo, escolarização, formação profissional e empregabilidade no município de Uberlândia é parte integrante do objeto de estudo da pesquisa e, em decorrência disto, consideramos que os dados apresentados no Quadro 13, a seguir, permitem desvelar que, no município de Uberlândia, mais especificamente no setor da Indústria, em que está inserido as agroindústrias de alimento, houve evolução positiva no número de empregados com escolarização em nível de ensino médio completo e ensino superior completo até 2015.

Os dados apresentados, correlacionados com os dados do CEPES/IE/UFU, acesso em 2019, sobre os números de empregados em 31/12 segundo grau de escolaridade e grandes setores publicados pelo IBGE, em Uberlândia, nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, apresentados a seguir no Quadro 13, contribuem para a discussão sobre o objeto de estudo da tese.

A análise dos dados mostra que, em Uberlândia, de 2000 para 2005, o número de empregados com escolarização em nível superior completo, empregados nos grandes setores da economia IBGE, aumentou em aproximadamente 108,4%. E de 2005 para 2010, aumentou 52,52%, e de 2010 para 2015 aumentou 48,90%.

Quadro 13 - Uberlândia – Números de Empregados em 31/12 segundo Grau de Escolaridade e Grandes Setores IBGE nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015

2000	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Analfabeto	158	87	78	352	138	813
4ª Série Incomp.	682	706	499	1.841	1.226	4.954
4ª Série Comp.	1.335	1.434	1.254	4.311	1.016	9.350
8ª Série Incomp.	4.172	1.793	5.760	7.545	1.364	20.634
8ª Série Comp.	3.043	997	6.336	6.107	620	17.103
2º Grau Incomp.	2.301	391	4.624	5.390	368	13.074
2º Grau Comp.	2.970	730	6.699	11.351	480	22.230
Superior Incomp.	373	113	811	3.610	75	4.982
Superior Comp.	456	286	864	6.446	182	8.234
Total	15.490	6.537	26.925	46.953	5.469	101.374
2005	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Analfabeto	99	139	58	176	88	560
4ª Série Incomp.	941	404	312	2.093	1.209	4.959
4ª Série Comp.	1.470	672	953	2.392	1.274	6.761
8ª Série Incomp.	4.189	1.454	4.225	6.553	1.496	17.917
8ª Série Comp.	3.613	1.377	5.911	8.309	823	20.033
2º Grau Incomp.	3.282	486	5.841	6.265	573	16.447
2º Grau Comp.	6.279	963	13.770	22.048	704	43.764
Superior Incomp.	788	147	1.703	3.916	88	6.642
Superior Comp.	1.111	251	1.718	13.876	203	17.159
Total	21.772	5.893	34.491	65.628	6.458	134.242
2010	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Analfabeto	122	198	68	281	84	753
Até 5º A. Incomp.	1.049	1.093	421	1.407	659	4.629
5º A. Comp. Fund.	1.371	1.109	859	2.504	649	6.492
6º A. 9º Fund.	4.824	2.549	3.859	5.927	1.217	18.376
Fund. Comp.	4.178	2.775	5.952	9.540	947	23.392
Médio Incomp.	4.096	1.093	6.181	7.735	448	19.553
Médio Comp.	11.007	3.171	22.115	36.108	851	73.252
Superior Incomp.	1.058	298	2.431	6.238	108	10.133
Superior Comp.	1.795	506	2.621	20.942	307	26.171
Mestrado	34	2	28	458	16	538
Doutorado	1	1	1	73	6	82
Total	29.535	12.795	44.536	91.213	5.292	183.371
2015	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Analfabeto	95	144	63	301	63	666
Até 5º A. Incomp.	613	621	478	1.454	1.126	4.292
5º A. Comp. Fund.	674	681	737	1.952	760	4.804
6º A. 9º Fund.	2.910	1.676	3.344	5.585	2.419	15.934
Fund. Comp.	3.103	2.205	4.723	9.424	1.357	20.812
Médio Incomp.	2.752	1.086	6.138	9.147	1.426	20.549
Médio Comp.	11.271	4.439	27.513	48.774	3.944	95.941
Superior Incomp.	1.065	360	2.463	7.991	337	12.216
Superior Comp.	2.257	673	3.290	31.927	823	38.970
Mestrado	32	4	19	986	19	1.060
Doutorado	2	5	9	424	16	456
Total	24.774	11.894	48.777	117.965	12.290	215.700

Fonte: CEPES/IE/UFU (2019).

O relatório do CEPES/IE/UFU (2019) apresenta também uma análise comparativa em

relação aos dados de Minas Gerais e do Brasil, importantes para compreensão da dinâmica do emprego formal nos locais em estudo, que recomendamos com fontes para futuras pesquisas.

Todavia, ressaltamos que esses números são apresentados como positivos em uma análise quantitativa, uma vez que, em uma análise na perspectiva crítica, correlacionando com outras variáveis, como população economicamente ativa e remuneração, conforme citado, desvela outra realidade, em que o desemprego é fenômeno marcante e que as condições para o trabalhador não são favoráveis.

Percebemos nos estudos apresentados que há um discurso político que visa a construção de consenso de que o trabalhador é responsável pela sua qualificação e da necessidade de estar constantemente se qualificando para garantir a empregabilidade, porém os dados mostram que, em momentos de crise, de recessão, até mesmo os mais qualificados ficam desempregados. Há também a construção do consenso sobre a necessidade do Estado adotar determinadas políticas, para fins de o setor produtivo gerar mais empregos.

Neste sentido, no capítulo seguinte, a discussão recai sobre a relação ou a representação que o Estado tem destas políticas, bem como sobre como ocorre o processo de monitoria e avaliação destas políticas e ainda apresenta uma reflexão sobre como estas políticas são naturalizadas no seio da sociedade, criando um consenso de necessidade social dessas medidas.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONSENSOS NO SEIO DA SOCIEDADE

O contexto da elaboração da tese é de aprofundamento da desigualdade econômica e social, em que os processos de formação, especialmente os de educação profissional, científica e tecnológica, mediados pelo Estado, estão transitando de uma perspectiva que tendia para uma educação integral e agora caminha para uma restrição de acesso ao conhecimento, de modo especial, pela redução de investimentos na educação.

Há, portanto, a necessidade de pensar a crise do capital e as estruturas de reprodução das relações que norteiam a sociedade, assim como também, as políticas públicas e suas nuances. Porém, esse modo de pensar também precisa ser aprimorado. Egan (2002) apresenta uma discussão importante sobre os vários modos como o ser humano compreende o mundo em que vive.

Nos últimos anos, muitos dos discursos políticos são reproduzidos nas mídias sociais sem a menor reflexão, e alguns deles chegam a banalizar as diferenças sociais. Segundo o autor citado, muitos sujeitos permanecem no modo romântico de pensar o mundo em que vivem. Reflexões sobre as considerações do autor permitem compreender que, nesse modo, muitos discursos são reproduzidos, assim como as pessoas têm capacidade de criar heróis e mitos, como se esses fossem resolver todos os problemas da sociedade.

Os estudos de Egan (2002) permitem compreender que, para transpor esse modo romântico de ver o mundo, faz-se necessário passar pelo modo filosófico, em que se faz uma sistematização do pensamento teórico e elimina-se as fases românticas e místicas até chegar ao modo irônico, que permite a reflexão crítica sobre o mundo em que se vive e as reais possibilidades de transformações.

Com relação à compreensão das ações do Estado na implementação de políticas públicas, Mainardes, Ferreira e Tello (2011) apresentam e discutem os fundamentos e os principais debates teórico-metodológicos sobre análises de políticas. Ao longo da discussão, os autores estabelecem uma diferenciação entre análises para políticas e análises de políticas. No primeiro tipo de análise, incluem os aspectos: defesa de políticas; informação para políticas, monitoramento e avaliação de políticas. No segundo, incluem análises da formulação de políticas e análise do conteúdo de políticas.

Neste capítulo, a discussão perpassa pela elaboração e formulação de políticas públicas e apresenta uma crítica ao predomínio do econômico sobre o social neste contexto. É

também objeto de estudo da tese problematizar os elementos que interagem na relação entre o Estado, o setor produtivo e a sociedade.

Neste sentido, a discussão recai sobre o processo de formação de consenso sobre a necessidade social das medidas tomadas pelo Estado em apoio ao setor produtivo, prevalecendo assim os interesses da classe dominante, bem como também se discute a representação que o Estado tem das políticas públicas para redução das desigualdades sociais.

Saravia e Ferrarezi, em uma publicação da Escola Nacional de Administração Pública, explicam o processo de política pública. Neste relatório, destacam que é necessário distinguir dois estágios dessas políticas: o primeiro “é a preparação da decisão política” e o segundo, a formulação, que consiste na “decisão política, ou seja, a tomada de decisão por um político ou pelo congresso e sua formalização por meio de norma jurídica” (2006, p. 32).

Os estudos apresentados mostram que esses estágios são importantes, pois nele se materializa o processo de formação de consenso e cria-se a necessidade ou problema. É, então, quando se tem o primeiro momento de inclusão de determinado pleito na agenda política, para o qual se busca um consenso.

Apesar dos autores afirmarem que, nos processos de políticas públicas, o clima não é nada consensual e os interesses individuais estão presentes em todos os estágios das políticas, para que ocorra a formalização da norma jurídica há a necessidade de aprovação no Congresso e no Senado e, em decorrência disto, há uma série de manobras políticas para convencimento de quem tem o direito de voto.

Todavia, bem antes desta fase de formalização das políticas públicas, há um processo de construção de necessidades no seio da sociedade. Há toda uma manipulação dos indivíduos por parte das estruturas produtivas que criam necessidades muitas vezes voltadas para o consumo, mas também se cria a necessidade de apoio ao setor produtivo para que esse possa desenvolver e gerar lucros. Porém, as justificativas dessas necessidades quase sempre são gerar mais empregos e reduzir as desigualdades sociais. Para tanto, a política se transforma em uma esfera mediadora entre a produção e da reprodução da vida humana. Mais adiante discutiremos mais sobre esse dilema, ao trazermos para a tese as contribuições de Gramsci e Mészáros.

Saravia e Ferrarezi (2006, p. 35-36), ao tratarem sobre a interação das políticas econômicas e sociais, relatam que “os programas de ajuste estrutural implementados na América Latina não consideram, nas etapas iniciais de elaboração, os resultados sociais possíveis”. A consequência disso, nas palavras dos autores, é: “os indicadores da educação, saúde, da previdência social, da habitação, do emprego e de outros setores sociais mostram a

existência de uma situação difícil, que se agrava com o tempo”. Este fato comprova a falta de controle, por parte do Estado, sobre a efetividade das políticas públicas para solucionar os problemas sociais.

Reflexões sobre as considerações dos autores permitem inferir que os interesses do Estado, no momento de elaboração das políticas públicas, mantêm uma estreita relação com a demanda econômica em detrimento das demandas sociais, de modo a pensar que, para o Estado, as políticas sociais são vistas como gastos, em que o custo-benefício dessas políticas precisa ser constantemente avaliado. Neste sentido, percebe-se, sim, a presença da categoria controle, como forma de contenção de gastos.

Inclusive no “Manual de Avaliação da Gestão de Políticas Públicas – UNICEF MUNICÍPIO APROVADO”, edição 2008, que norteia a avaliação das metas Governo Federal e dos governadores dos nove estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo, aponta-se como um dos fatores que contribui para a visibilidade da área de políticas públicas, a adoção de políticas restritivas de gastos que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, de modo especial dos em desenvolvimento.

Na tese, já se discutiu o fenômeno da reestruturação produtiva, as transformações no papel do Estado e as alterações na relação trabalho e educação. Consideramos que essa discussão foi importante para compreender a trajetória do capitalismo e as transformações que ocorreram no papel do Estado e nas políticas públicas implantadas em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais.

Reflexões sobre os estudos de análise de políticas públicas apresentados por Souza (2009), Rua (2012), Saravia e Ferrarezi (2006), dentre outros, mostram que os trâmites para a implementação de políticas públicas são aparentemente fáceis de serem observados, pois consistem basicamente em fazer a política “sair do papel” e funcionar efetivamente. Porém, são difíceis de serem compreendidos sem considerar o contexto e o jogo de interesse em que estão inseridos.

Os estudos apresentados evidenciam que, no final do século XX, dentre as mudanças nas relações do Estado e da sociedade, destaca-se a reforma da administração pública que passa a priorizar o alcance dos objetivos traçados e, em decorrência disto, os ciclos das políticas públicas: avaliação e monitoramento assumem papel fundamental.

Rua (2012, p. 109-110), sobre esses ciclos, afirma que “a avaliação pode ser usada ou não para subsidiar a tomada de decisões, o monitoramento sempre terá essa aplicação”. Souza (2009, p. 26) verifica que “um dos problemas da avaliação de políticas, em seu aspecto mais instrumental, refere-se à utilização de critérios puramente econômicos nas avaliações de

eficiência” fato que nos leva a pensar que a avaliação é vista como uma forma de controle de gastos e não para subsidiar decisões relacionadas ao diagnóstico das políticas públicas.

Rua (2012, p. 110) explica que o monitoramento é uma ferramenta de gestão e que se diferencia de acompanhamento, “que corresponde às atividades de registro e documentação do processo de implementação a fim de assegurar o cumprimento do Plano de Atividades, ou Plano de Ações, sem questionar a pertinência diante do problema a ser solucionado”.

A autora esclarece que um tema caro aos debates sobre as novas relações entre o Estado e a sociedade é o “controle”. A autora afirma que “a reflexão sobre ele é ainda bastante preliminar. Pois, por exemplo, não temos clareza sobre o que significa ‘controle’, tampouco sobre qual sua extensão” (RUA, 2012, p. 117).

Essa falta de clareza inclusive sobre a extensão da categoria “controle” ocorre pelo fato do controle ser uma das formas do capital ajustar a ordem social vigente. Sendo assim, aparece camuflada, mas na realidade suas consequências são destrutivas. Mészáros (2011b), ao discutir os efeitos destrutivos da acumulação de capital, explica o sistema sociometabólico do capital:

emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle “totalizante” das mais poderosas, (...) dentro do qual tudo, incluindo os seres humanos, deve ajustar-se, provando em consequência sua “viabilidade produtiva” ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e inexorável – e nesse sentido “totalitário” – que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe “seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisões nos consórcios monopólicos industriais, favorecendo sempre o mais forte contra o mais fraco”. E, neste “processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ‘fator material de produção’ – transformando, desse modo, não só na teoria, mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto (...)”. O trabalho deve ser feito para reconhecer outro sujeito sobre si mesmo, ainda que em realidade este último seja só um pseudo-sujeito. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 17)

Reflexões sobre as considerações do autor citado nos levam a refletir também sobre o controle do tipo de cidadão que se deseja formar, assim como, para que sociedade, os cidadãos estão sendo formados. Compreendemos que é importante apreender as bases estruturais que forjam as políticas públicas, inclusive de qualificação profissional, sob o discurso político de necessidade de aprimoramento da força de trabalho. Ao tratar sobre o aparato montado pelo Estado para fornecer força de trabalho altamente qualificada para o setor produtivo, se discutiu a trajetória das políticas de educação profissional e tecnológica.

A questão que se coloca é que, mesmo estando o indivíduo altamente qualificado, não há emprego para todos, e muito menos há vagas em que os pré-requisitos do cargo exijam a formação em que os cidadãos estão sendo qualificados. Então, essa demanda do capital cada vez maior de força de trabalho altamente qualificada não pode ocorrer, se não pelo motivo de gerar mais valor e acumular capital.

A geração de lucros para o setor produtivo ocorre até mesmo pela competitividade entre os próprios trabalhadores, que impacta negativamente no valor dos salários pagos. Além disso, a grande oferta de força de trabalho possibilita o setor produtivo contratar trabalhadores que possam desenvolver diversas atividades dentro da empresa, ou até mesmo fora dela, em suas horas de descanso, pelo receio que o trabalhador tem de perder seu emprego para outra pessoa que esteja desempregada, ou seja, mais qualificada, conforme discutido anteriormente, no capítulo 2.

Acontece que, historicamente, ocorre uma naturalização das coisas no seio da sociedade, como se bastasse adquirir determinada competência para garantir a empregabilidade. Este discurso político norteia as políticas educacionais que estão cada vez mais alinhadas com a lógica do mercado, como se a qualificação profissional fosse resposta à crise do emprego.

Na tese, já se discutiu o conceito de empregabilidade, bem como também se teceu algumas considerações sobre a Teoria das Competências. Demonstrou-se que essa teoria não tem potencial de reduzir as desigualdades sociais, pois os determinantes para a crise do emprego estão fora da escola, bem como os determinantes para a dualidade da educação, conforme os estudos de Kuenzer (2001).

Assim como também se discutiu que não basta estar altamente qualificado para garantir a empregabilidade, uma vez que, em momentos de crise, até mesmo os mais qualificados ficam desempregados. Essa questão foi discutida ao apresentar as considerações de Pochmann (2006) e Harvey (2012) nos capítulos anteriores.

Por outro lado, a qualificação e a formação humana como dimensão da subjetividade e da totalidade da vida humana, que pressupõe formar o indivíduo para que exerça o gozo efetivo de sua existência social é negada nos contextos econômico, social, político, conforme elucidada “A educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008).

Souza (2009), ao discutir sobre o contexto econômico e político do Brasil e as políticas educacionais, afirma:

A educação configura-se, na virada do século XX e início do XXI, como um setor da estrutura social fundamental para promover mudanças nas formas de pensar a sociedade, o Estado e suas complexas relações. Na medida em que

o mundo do trabalho foi se reestruturando, mundialmente, no plano ideológico, se produziram uma série de noções e conceitos que tentam determinar estas novas relações e o papel do Estado em seu interior, como uma espécie de nova língua internacional, que se arvora em ser porta-voz do pensamento único. Podemos destacar, nessa nova língua, os termos: globalização, Estado Mínimo, reengenharia, sociedade do conhecimento, qualidade total, empregabilidade, dentre outros; que em conjunto configuram a chamada ideologia neoliberal. Nesta, tem-se o entendimento equivocada de que as políticas sociais são escravizantes e funcionariam como um elemento de acomodação do indivíduo, que perderia a liberdade e o espírito criativo e empreendedor. (SOUZA, 2009, p. 19)

Nas considerações da autora, percebemos bem o viés meritocrático que a elite vai impondo às políticas sociais, legitimando assim sua ideologia. Corroboramos com as considerações da autora, uma vez que os estudos apresentados permitem inferir que direitos sociais historicamente conquistados, tais como saúde e educação, estão sendo considerados mercadoria, fato que torna atual a tese de Marx (2013) sobre a mercadoria.

Fica clarividente também, nos estudos apresentados, que no tocante à educação o Estado exerce bem o papel de controlar o que se faz na escola, via seus sistemas de avaliações como estratégias técnicas para limitar os financiamentos educacionais. Dentre as estratégias adotadas pelo Estado está encoberta a busca por transformar em universais os interesses de quem está no poder, via um conjunto de práticas que incluem até mesmo a despolarização da sociedade.

Outra característica recorrente, nas políticas públicas no Brasil, é a “descontinuidade, com seu frequente abandono ou substituição por estratégias até mesmo opostas àquela inicialmente adotada” (RUA, 2012, p. 117-119). Reflexões sobre as considerações da autora permitem observar que o acompanhamento, a avaliação e o controle das políticas públicas são estágios importantes para as transformações dos problemas em situações solucionadas.

Todavia, tanto o controle quanto a descontinuidade se metamorfoseiam e se transformam também em medidas políticas de negociação no jogo de interesse presente no âmbito das políticas públicas. Desta forma, a problematização das políticas públicas contribui para melhor compreender os objetos de estudos das pesquisas nessa área.

Souza (2009) apresenta considerações sobre a avaliação pública, mais especificamente sobre a avaliação de políticas educacionais. A autora faz uma crítica à avaliação que se limita a medir quantidades e comparar programas, não levando em conta sua diversidade, condições específicas, sua história e seus valores. Segundo a autora, esse tipo de avaliação “apresenta-se como técnica e despolarizada, contudo desempenha um importante papel político de

organizador da estrutura social e de hierarquizador das relações, pretensamente neutro e justo” (SOUZA, 2009, p. 28).

Reflexões sobre os estudos apresentados corroboram para confirmação da hipótese secundária, sobre a não neutralidade do Estado, e também permitem inferir que é importante analisar a política pública como um fenômeno social, histórico e contraditório, em que a compreensão do papel do Estado nas políticas públicas exige também um entendimento de sua gênese.

Para melhor compreensão da gênese do Estado, recorreremos às considerações de Chauí (2000), que explica que o Estado existe a partir do contrato social e sua principal finalidade é garantir o direito a propriedade. Inclusive, a autora narra como a burguesia, no final do século XVII e início do século XVIII, busca a legitimidade da propriedade privada como um direito natural, pois até então dependia de um decreto do soberano, ou seja, do rei. A autora explica que:

De fato, embora o capitalismo estivesse em vias de consolidação e o poderio econômico da burguesia fosse incontestado, o regime político permanecia monárquico e o poderio político e o prestígio social da nobreza também permaneciam. Para enfrentá-los em igualdade de condições, a burguesia precisava de uma teoria que lhe desse legitimidade tão grande ou maior do que o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza. Essa teoria será a da propriedade privada como direito natural e sua primeira formulação coerente será feita pelo filósofo inglês Locke, no final do século XVII e início do século XVIII. (CHAUI, 2000, p. 519)

Reflexões sobre a Teoria Liberal explicada pela autora permitem perceber a gênese do poder político e da instituição do Estado, uma vez que não havia até então leis para assegurar a propriedade privada. A burguesia desde então busca legitimar seus interesses. A gênese desse processo de construção de uma teoria para atender aos interesses burgueses é explicada por Chauí ao afirmar que:

Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo trabalho. Como fazer do trabalho o legitimador da propriedade privada enquanto direito natural? Deus, escreve Locke, é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. Este, como obra do trabalhador divino, a ele pertence. É seu domínio e sua propriedade. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto. Por todos esses motivos, Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural. [...] Dessa maneira, a burguesia se vê inteiramente legitimada perante a realeza e a nobreza e, mais do que isso, surge como superior a elas, uma vez que o burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho, enquanto reis e nobres são

parasitas da sociedade. O burguês não se reconhece apenas como superior social e moralmente aos nobres, mas também como superior aos pobres. De fato, se Deus fez todos os homens iguais, se a todos deu a missão de trabalhar e a todos concedeu o direito à propriedade privada, então, os pobres, isto é, os trabalhadores que não conseguem tornar-se proprietários privados, são culpados por sua condição inferior. São pobres, não são proprietários e são obrigados a trabalhar para outros seja porque são perdulários, gastando o salário em vez de acumulá-lo para adquirir propriedades, ou são preguiçosos e não trabalham o suficiente para conseguir uma propriedade. (CHAUI, 2000, p. 519-520)

O “Convite à Filosofia” de Chauí é uma obra extensa, mas com importantes contribuições para a compreensão de conceitos e da historicidade das relações entre Estado, mercado e sociedade. Na citação acima, a autora explica como a ideologia burguesa desde seu início está pautada no viés da meritocracia, assim como também na responsabilização dos cidadãos pelas suas condições de trabalho e vida.

Ainda, segundo Chauí (2000), há na sociedade uma tendência à despolitização, como se a política não fosse uma atividade que concerne a todos. Essa consideração da autora é muito atual. Nas mídias sociais, diversas críticas são postadas aos alunos que participaram ou lideraram as recentes manifestações com o mesmo slogan que Chauí havia mencionado no ano 2000: “Lugar de estudante é na sala de aula” (2000, p. 474). Percebemos, portanto, a historicidade desse dilema. A concretização da despolitização resulta no extermínio dos sujeitos críticos e revolucionários, sendo que a autora citada convida a refletir sobre essa questão também.

Em decorrência disto, consideramos que apresentar considerações sobre as transformações no papel do Estado e sobre as políticas públicas é importante para a reflexão crítica da realidade posta. Especialmente pelo fato que, ao longo do século XX, as relações entre o Estado e o mercado foram marcadas por situações extremas: desde o Estado pouco interventor nas relações entre os cidadãos, ao seu oposto, em que o Estado passa a assumir o controle de todo o processo produtivo.

Hobsbawm, (2015), Harvey (2012), Vieira (2015), Lucena *et al* (2014), Antunes (2009), Mészáros (2011a), dentre outros, revelam como, após a Segunda Guerra Mundial, surge uma combinação entre o Estado e o Mercado, em que o Estado aparentemente exerce o papel preponderante sobre o Mercado. Entretanto, ele age no sentido de propiciar a acumulação de capital. Os estudos apresentados pelos autores citados retratam a trajetória do capitalismo e os estudos sobre o Brasil e mostram que, no final do século XX, tem-se um processo de desestatização e o Estado passa a atuar como agente normatizador e regularizador.

Reflexões sobre os estudos apresentados permitem inferir que as mudanças no papel do Estado podem ser justificadas pelo processo de reestruturação produtiva, assim como pela disputa entre as diferentes forças políticas, que agem na sociedade movidas pelos interesses de seus agentes.

Hobsbawm (2015), Lucena *et al* (2014), Harvey (2012), Howlett, Ramesh e Perl (2013) e outros explicam que as reformas de cunho neoliberal foram aplicadas em diversos Estados capitalistas e apresentaram como consequências o aumento das desigualdades sociais e do desemprego, que se acirrou com o advento da internacionalização do capital. Fenômeno este que fez inclusive com que os Estados nacionais se tornassem incapazes de controlar e proteger suas economias domésticas, conforme apresentado no capítulo 2, ao discutirem sobre as políticas públicas, seus ciclos e subsistemas.

A problematização e os objetivos da pesquisa nos levaram a dedicar o capítulo 2 para tratar sobre o processo de reestruturação produtiva e sobre as alterações no papel do Estado e nas relações entre trabalho e educação. Posteriormente, o capítulo 3 foi destinado à discussão sobre o aparato de incentivos e benefícios concedidos ao setor produtivo em prol da geração de empregos e o seguinte, o capítulo 4, sobre o aparato educacional promovido pelo estado em prol da empregabilidade.

As teorias que fundamentam a pesquisa permitem considerar que os fenômenos desigualdades sociais e desemprego precisam ser analisados em sua essência, para não cairmos no que Kosik (1976) chama de pseudoconcreticidade, isto é, tomar-se a aparência como a essência e desenvolver-se uma análise sem considerar os elementos realmente essenciais no objeto em estudo, que possibilitarão melhor compreendê-los. No caso da pesquisa, as nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital.

Na tese, a partir do referencial teórico e de dados da pesquisa, pode-se observar a não neutralidade do Estado em sua relação com o setor produtivo. Neutralidade esta pregada nos discursos políticos como necessária para o mercado se autorregular e atuar em prol dos interesses universais, entendidos como interesses de todos os cidadãos.

Todavia, percebemos, na análise conjuntural da crise do emprego, que o debate em torno do público e do privado também é bastante fecundo para a discussão proposta, uma vez que o privado não aparece em oposição ao público, e sim como uma espécie de unificação em que o público é apropriado pelo privado. Tem-se, então, uma espécie de dimensão estrutural do Estado, em que o setor produtivo se utiliza de instituições políticas e estatais, de modo especial, escolas e partidos políticos. Estes via aprovação da legislação e de políticas públicas

que lhes convém, com o intuito de que suas ideias e interesses passem a ser vistos como as ideias e os interesses de todos.

No desenvolvimento dos capítulos anteriores, obtivemos avanços teóricos que permitiram visualizar a conjuntura analisada, mas é emblemático que ainda tem muito para ser desvelado, quando os objetivos da pesquisa convergem-se para melhor compreensão do objeto analisado. Desta forma, apresentamos, nesse capítulo, uma discussão fundamentada nas teses de Gramsci, apresentadas por estudiosos da teoria Gramsciana, e nas teses de Mézáros, que desvelam o que prevalece nas relações do Estado, da sociedade e do mercado.

5.1 Contribuição de Gramsci para a compreensão da construção de consensos

As contribuições de estudiosos da teoria Gramsciana, dentre eles Palha (2002), Alves (2010), Pansardi (2014) e Simionatto (1997), mostram que as teses de Gramsci perpassam por uma visão crítica e histórica dos processos sociais.

Acreditamos que as contribuições desses autores possibilitam avançar ainda mais na compreensão do objeto de estudo, a partir de reflexões sobre a sociedade civil, sobre a constituição da consciência de classe, sobre o discurso político que fortalece a dicotomia entre público e privado e sobre hegemonia, em especial, sobre a forma como na sociedade civil, o poder é exercido, via direção política e construção de consensos, naturalizados no seio da sociedade pela classe dominante, legitimando, assim, sua ideologia.

A contemplação das políticas públicas, observando apenas seus ciclos, não permite reconhecer suas determinações objetivas essenciais. Para Kosik (1976), é pela essência que se consegue alcançar os fundamentos da concreticidade do objeto estudado. Consideramos, entretanto, importante esse primeiro contato com o fenômeno analisado para posterior reflexão crítica que permita apreender a processualidade e a historicidade da realidade em estudo e então, a partir daí, apreender e analisar as múltiplas relações a partir de categorias como contradição, mediação e alienação.

As correspondências inerentes ao modo operante do Estado e do setor produtivo são complexas e não homogêneas. No setor produtivo agroindustrial, foco da pesquisa, não é diferente, em especial as relações provenientes do processo de reestruturação após o advento da internacionalização, que mudou inclusive a forma de dominação dos processos de trabalho.

Locatel (2012) explica como ocorreram as mudanças nos processos de trabalho no setor rural, em que estão inseridas muitas das agroindústrias. A partir dos anos de 1970 a tecnificação da agricultura passou a ser determinada pela constituição de Complexos

Agroindustriais, ocasionando mudanças significativas nas relações de trabalho inerentes ao setor. A modernização agrícola, a automação, a biotecnologia, o uso de produtos químicos, bem como a implantação do sistema de integração, dentre outros, impactaram significativamente as relações de trabalho.

Hentz, Oliveira e Batella (2013, p. 55) explicam como no sistema de integração houve um processo de dominação sendo que “os agricultores de subsistências foram perdendo lugar para as empresas rurais”; ou seja, muitos foram excluídos por não conseguirem acompanhar os avanços do setor agroindustrial ou por falta de recursos. Percebemos que os complexos agroindustriais de certa forma impuseram uma nova dinâmica no meio rural, alterando as formas de organizar, produzir e comercializar, ao mesmo tempo em que foram impostos também novos requisitos no tocante à qualificação e profissionalização do trabalhador.

Faria e Previtali (2013) explicam como ocorre o processo de dominação sobre o saber do trabalhador no setor agroindustrial, especificamente na agroindústria fumageira. Os autores citados explicam que há uma expropriação do saber do trabalhador que, sem perceber, contribui com o setor produtivo, passando-lhe todas as técnicas e conhecimentos que os trabalhadores possuem, como adaptação ferramental, agilidade no transporte de peças e na comunicação, na apresentação do produto, no uso racional de matérias primas e de pessoas, contribuindo assim para a intensificação do trabalho e eliminação de emprego.

Reflexões sobre esse assunto permitem considerar que o trabalhador incorpora a ideologia do setor produtivo como se fosse sua. Há um processo de alienação e isto nos remete a tecer considerações também sobre a categoria hegemonia, sobre a capacidade da classe dominante de apresentar seu projeto de sociedade como se fosse universal, para o bem de todos. Os estudos apresentados mostram que esse processo de dominação ocorre em nível nacional e internacional.

Pansardi (2014), ao discutir sobre uma teoria da hegemonia mundial, aponta Gramsci como teórico das relações internacionais e explica como este procurou mostrar que a política internacional tem sua origem na arena nacional, no conflito de classes e na capacidade de expansão político-econômico e cultural do Estado nacional para além de suas fronteiras. O autor, ao discutir sobre classe dominante e projeto de hegemonia, explica que:

Nos países periféricos as classes dirigentes aliam seus destinos a um projeto estrangeiro, não há um projeto de desenvolvimento autóctone, mas um projeto de dependência. São sócios menores das classes dominantes internacionais. Portanto, os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho, sua situação no sistema internacional, dependem essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas por suas classes dominantes. Seu projeto deve incluir as classes

subalternas, elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto. O “nacionalismo” deve ser também um projeto “para” as classes populares, mas não um projeto “das” classes populares. (PANSARDI, 2014, p. 85)

Percebemos, nas palavras do autor, que a classe dominante possui um projeto de sociedade que deve ser confundido com um projeto para toda a nação e que busca o consenso sobre o fato de que suas ações são voltadas não para a grandeza das classes dominantes, mas para a grandeza de todos. O autor explica também que “as grandes potências se caracterizam exatamente pelo grau de hegemonia das classes dominantes e sua capacidade de criar consenso interno [...] Seu projeto deve ser confundido com o projeto de nação” (PANSARDI, 2014, p. 84-85).

Reflexões sobre os estudos apresentados, do autor citado, permitem inferir que as teses de Gramsci para compreender a estrutura e os conflitos dos sistemas internacionais são atuais, e desvelam a capacidade da classe dominante em ocultar seus reais interesses de classe, nos levando a compreender que o modo de operar do Estado em relação à sociedade origina-se na esfera nacional e se expande para a internacional.

Essa constatação é reforçada pelas palavras do autor: “a construção da ordem mundial moderna é associada à necessidade das classes dominantes nacionais de assegurar sua expansão internacional, ao mesmo tempo em que preservam o controle político nacional” (PARSANDI, 2014, p. 82).

No tocante a essa questão, consideramos importante relacionar essas considerações com os estudos apresentados no capítulo 2, em especial as contribuições de Howlett, Ramesh e Perl (2013) sobre políticas públicas, seus ciclos e subsistemas, pois esses autores mostram que, a partir de 1980, algumas nações perderam sua soberania, uma vez que empresas transnacionais, devido aos altos investimentos que fazem no setor produtivo, firmam compromissos com os Estados para controlar, inclusive, o custo de mão de obra.

Desta forma, as teses de Gramsci apresentadas por Parsandi (2014) são importantes para a desmitificação da formação de consenso, bem como as apresentadas por Souza (2016), Palha (2012), Alves (2010) e Simionatto (1997). Esses autores trazem considerações importantes sobre as teses de Gramsci, e mostram como Gramsci foca na realidade constituída por mediações, processos, estruturas e combate a formação fragmentada, que leva as pessoas a aderirem aos consensos construídos, sem reflexão crítica.

5.2 Contribuições de Gramsci para desmitificação da formação fragmentada que banaliza as relações sociais

Simionatto (1997) explica que Gramsci entende a política como mediadora entre produção material e reprodução da vida humana e que a luta pela emancipação política do proletariado não se esgota no campo econômico. Neste sentido, é emblemático, para o pensador italiano, que as classes trabalhadoras tenham um projeto cultural que propicie o desenvolvimento de sua consciência de classe, independente do domínio ideológico da classe dominante. A autora, ao tratar sobre o social e o político no pensamento de Gramsci, mostra que a luta pela hegemonia não se trava apenas no campo econômico e político, mas também no cultural.

Retomando o objeto de estudo da tese, em especial o que foi discutido no capítulo 3, “Aparato de incentivos e benefícios concedidos ao setor produtivo em prol da geração de empregos”, especialmente sobre o dilema do refinanciamento de dívidas, sobre a questão do Refis, percebemos a materialização do que está se discutindo quanto à construção de consensos, naturalização das coisas e hegemonia.

Observamos o fato de que a questão do refinanciamento de dívidas, via Refis, se tornou uma constante. É possível perceber que há, na sociedade, um consenso construído sobre a necessidade dessas medidas em apoio às empresas, uma espécie de tradição que se transforma em legislação e em políticas públicas, ancorada em um discurso político de que isso ocorre em prol de todos.

Essa busca pelo consenso ocorre até mesmo em ações para as quais não há consenso nem mesmo entre os envolvidos diretos, como no caso da aprovação da Lei Complementar 160/2017, discutida no capítulo 3. Reflexões sobre os desdobramentos da aprovação dessa Lei pelo Estado permitem inferir que os governantes agem como mediadores, em favor do capital, sancionando legislação para conceder benefícios fiscais ou financeiros fiscais conforme seus interesses, mesmo que estes estejam em desacordo com determinação legal estabelecida.

No tocante à educação não é diferente, percebemos claramente o processo de construção de consenso. Por exemplo, tem-se a questão do discurso político do programa “Escola sem Partido”, apresentado no capítulo 4, que vem se constituindo no seio da sociedade, pela classe dominante, como uma questão do interesse de todos, instigando que a escola não deve interferir na formação política dos alunos, como se esta fosse uma questão exclusivamente familiar. O referencial teórico estudado revela que, nessas questões, o que

está em jogo é o desejo da classe dominante em despolitizar a sociedade, fazendo prevalecer, assim, sua hegemonia política, econômica e cultural.

Percebemos nas teses de Gramsci, apresentadas pelos estudiosos da teoria Gramsciana, dentre eles Palha (2002), Alves (2010), Pansardi (2014) e Simionatto (1997), que historicamente nas lutas de classes é necessário o compromisso de classe e a direção intelectual. Todavia, para que se exerça essa direção intelectual, é necessária a formação dos cidadãos conscientes e revolucionários, com personalidades autônomas, para transformar a realidade posta.

Compreendemos, portanto, que a educação deve ser emancipadora e capaz de fazer com que os cidadãos compreendam a realidade em que vivem e que a partir daí possam exercer a sua vontade, seja de atuar em favor do capital ou de lutar por uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais, mas que faça isto a partir de seu ato racional, consciente e não alienado. Desta forma, cada cidadão poderá ser capaz de reconstruir suas ideias e seus saberes e, por ele mesmo, exercer a capacidade de conquistar o consenso, de perceber quando está sendo manipulado, além de poder atuar transformando o mundo em que vive.

No objeto de estudo, mais especificamente no aparato educacional promovido pelo Estado para atender o setor produtivo, discutido no capítulo 4, observamos no discurso político dos documentos da política de expansão da educação profissional e tecnológica alguns pressupostos de uma educação emancipadora.

Todavia, ao analisar a concepção e visão de educação que emerge desses documentos, percebemos que a intencionalidade da concepção de educação presente flerta tanto com a busca da superação da dualidade da educação, por meio de uma educação que tende para a formação integral, quanto busca atender aos interesses do empresariado em produzir uma educação que atenda as demandas do setor produtivo, desvelando assim o viés classista do Estado.

Souza (2016) apresenta a forma como Gramsci enfatiza a dimensão política e o caráter classista do Estado. Segundo o autor:

Gramsci compreende que o Estado, a fim de garantir sua direção classista, precisa atuar por outros mecanismos que não apenas os da coerção. Se a burguesia, por meio do Estado, lançasse mão apenas de estratégias de violência, o seu domínio seria constantemente ameaçado pela reação operária e assim não existiriam as condições adequadas ao desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva para que a burguesia se torne a classe dirigente, o Estado também deve atuar, fazendo com que as ideias e os interesses burgueses passem a ser vistos como as ideias e os interesses de todos. (SOUZA, 2016, p. 14)

Reflexões sobre as considerações do autor permitem inferir que o Estado, por ser uma instituição de comando político, age mediando as relações entre a sociedade e o mercado, fazendo com que as ideias e os interesses do setor produtivo passem a serem vistos como interesses de todos. Desta forma, o Estado acaba garantindo a legitimação das desigualdades sociais, uma vez que os estudos apresentados mostram que a meta primária do setor produtivo é o lucro e não a resolução de problemas sociais, como a crise do emprego, as más condições de trabalho e renda, bem como questões e dilemas inerentes da concepção capitalista de educação.

As relações entre Estado, sociedade e mercado são complexas. Os estudos apresentados mostram que as estruturas produtivas utilizam-se de organizações como escolas, igrejas, partidos políticos, mídia e outros para difundirem sua ideologia e obterem o consentimento das classes subalternas sem perder de vista a determinação econômica.

Althusser (1985), em sua obra mais conhecida, utiliza-se dos ensinamentos de Marx para discutir as sociedades capitalistas. Para este autor, a escola reproduz o que o sistema de produção produz. Reflexões sobre esta obra permitem perceber um ponto essencial em sua discussão: “a formação social é resultado de um modo de produção dominante” (ALTHUSSER, 1985, p. 54).

Desta forma, a escola é o principal aparelho ideológico do Estado capitalista, uma vez que ela forma as forças produtivas para o trabalho e, ao mesmo tempo, o Estado assegura ao capital que suas determinações sejam efetivadas, ou pela coerção usando as forças armadas, o aparato jurídico, ou pela persuasão por meio da escola, da mídia, dos partidos políticos, dentre outros.

Especificamente no capítulo 4, ao analisar o aparato educacional montado pelo Estado para atender o setor produtivo, via política de expansão da educação profissional e tecnológica, percebemos a interlocução que o Estado faz com o setor produtivo. Ao correlacionar os cursos ofertados nos Institutos Federais da região como os grandes setores da economia, observamos que o setor agroindustrial foi contemplado com diversos cursos capaz de altamente qualificar força de trabalho para o setor. Portanto, fica clarividente o setor produtivo moldando a formação social, via o aparelho escola, conforme anuncia Althusser (1985).

Entretanto, Saviani (2008) vê na educação uma possibilidade de transformação social, uma vez que este autor ensina que é pela apropriação do saber pelos trabalhadores que a sociedade mudará sua situação. Nas palavras do autor: “A educação, na medida em que é uma

mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformações das relações sociais” (SAVIANI, 2008, p. 143).

Percebemos, portanto, que a educação emancipadora, capaz de formar uma consciência crítica, é fundamental para a transformação da realidade posta, embora os estudos apresentados demonstrem que as condições históricas objetivas existem independentemente dessa consciência.

Palha (2002) faz uma leitura da mídia televisiva, da história e da educação; em especial, discute o poder que a televisão exerce no universo midiático. A autora explica o poder da mídia na formação de telespectadores com uma visão fragmentada e heterogênea do mundo, que faz deles protagonistas de uma cultura não autônoma. Estes, por não possuírem formação crítica, acabam assim seguindo a ideologia da classe dominante.

No objeto de estudo é possível observar os desafios postos pela falta de formação crítica explicada pela autora. Percebemos a importância da formação que permita ao cidadão ter uma visão crítica e reflexiva do que está sendo posto na sociedade. Ao longo do trabalho, o discurso político apresentado na mídia aponta como solução para a crise do emprego a qualificação profissional para se tornar empregável e responsabiliza o trabalhador por sua formação. Todavia, o processo de reestruturação produtiva impôs diversos desafios à classe que vive do trabalho, em especial quanto à sua formação, inserção profissional e construção de sua identidade.

A autora citada recorre às teorias de Gramsci sobre a hegemonia cultural e ensina a apreender e dominar os processos por meio dos quais os conteúdos são produzidos. Ela ensina que, seguindo o pensamento gramsciano, o educando será capaz de se preparar para criticar mensagens capazes de banalizar as diferenças sociais por meio da confusão entre o real e sua construção mediática.

Os estudos apresentados por Saviani (2003) mostram que os pressupostos da formação para o mercado de trabalho são marcados pela divisão entre os que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam. Nesse processo, o trabalhador, por não dominar os processos de trabalho, acaba alienado, conforme anuncia Marx (2010).

Ao longo do trabalho estamos discutindo, além das medidas do Estado em apoio ao setor produtivo, o modo como elas são naturalizadas no seio da sociedade. Percebemos que há um processo de formação de consenso na sociedade que chega a revalidar normas, leis e legislações, criando-se o consenso de que as medidas do Estado são do interesse de todos.

Contudo, observamos que se o trabalhador não tiver uma formação crítica e reflexiva, não terá condições de perceber esse processo de construção de consensos e acabará corroborando e reproduzindo o discurso político dominante, mesmo que este seja contrário aos interesses de sua classe.

Nos estudos sobre as teses de Gramsci, apresentados, podemos perceber a atuação do Estado, como superestrutura para legitimar no seio da sociedade as ideias, os projetos, programas e as políticas demandadas pelo setor produtivo, de forma que estas sejam vistas como de interesses universais.

Entretanto, estes estudos também mostram que o que está posto na sociedade, tanto no tocante à questão da construção de consenso, quanto sobre a questão da hegemonia e das políticas públicas, em especial as políticas educacionais, não está acabado, ou seja, há possibilidades de mudanças, embora seja um grande desafio.

Outro teórico que em muito contribui para a discussão proposta é Mészáros, pois apresenta suas teses sobre a crise estrutural do capital e sobre o Estado, demonstrando como este age como uma estrutura e não apenas como superestrutura, porém sem deixar de atuar como superestrutura em favor do capital.

5.3 Contribuições de Mészáros para compreensão do modo operante do Estado

Mészáros (2011a), ao discutir sobre as estruturas sociais e formas de consciência, contribui para a compreensão do modo operante do Estado. Fica claro, nas teorias desse autor que o Estado, como parte integrante da ordem social reprodutiva, opera de modo que suas ações por si sós não podem mudar a ordem sociometabólica do capitalismo.

O autor explica que essa ordem sociometabólica é incapaz de reconhecer seus limites, por mais destrutivos que sejam e gera uma grande contradição que se materializa no fato de que nacionalmente há uma demanda de seguir a tendência de expansão imposta pelos Estados mais poderosos.

Desta forma, a crise do sistema capitalista é também a crise do Estado; reflexo dessa constatação é o fato de que grande número de Estados está em crises financeiras. Esse autor esclarece que há uma ordem social estruturada em classes sociais com interesses fundamentais inconciliáveis e, nesse meio, o Estado opera sobre as demandas do capital realizando mediações compatíveis com as exigências estruturais.

O autor também explica que o surgimento do Estado ocorre no momento em que há a cisão entre os interesses singulares e os comunitários, ou seja, no momento em que há o

aparecimento das classes sociais. O Estado, então, surge para atender os antagonismos socioeconômicos e cumpre o seu papel de proteger o sistema de capital.

Porém, esse papel do Estado não aparece conforme explícito acima, ele surge na sociedade capitalista mediante um discurso político de que opera no interesse de todos, tratando todos como iguais. Inclusive afirma isto em forma de lei. No caso específico do Estado brasileiro, a Constituição vigente traz, no seu artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, s/p).

Percebemos, na Carta Magna, que todos os sujeitos possuem os mesmos direitos e são regidos na forma da lei pela mesma legislação. Neste sentido, tanto o proprietário do capital, dos meios de produção, quanto o trabalhador detentor apenas da força de trabalho, são juridicamente iguais, camuflando, assim, conforme explica Mészáros (2011a), a questão da hegemonia e o fato de que até mesmo o ordenamento jurídico é um dos requisitos do processo de produção material, que necessita ser desvelado.

Para explicar a gênese da lei, o autor citado afirma que é necessário:

Colocar em jogo vários fatores bem diferentes, desde os requisitos elementares do metabolismo social enquanto tal até mecanismos superestruturais muito mais mediados. “Reprodução continuada”, “regulagem e ordem”, “solidez social” e “independência do mero acaso ou da arbitrariedade” são todos requisitos vitais de qualquer modo de produção, independentemente de seu grau relativo de desenvolvimento histórico. Portanto, “regulação” e “reprodução ordenada” surge como os imperativos materiais elementares da estabilidade social enquanto tal, anteriores a qualquer regulação legal concebível. A lei em si deve ser primeiro estabelecida sobre a mesma base material antes que possa determinar a forma específica em que a interação social subsequente pode ocorrer legitimamente. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 93)

Reflexões sobre as considerações do autor permitem perceber o modo operante do Estado, em especial no estabelecimento da lei como sistema de proteção da ordem dominante. As teorias do autor mostram que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real, e ainda que, há o predomínio da superestrutura jurídica e política sobre as demais dimensões da superestrutura. Percebemos, portanto, essas duas superestruturas assumindo papéis estruturais.

Especificamente no objeto de estudo observamos esse predomínio explicado pelas teorias de Mészáros na forma como o Estado atua em favor do capital. O predomínio dessas

duas superestruturas sobre as demais é bem visível tanto no aparato educacional quanto no fiscal em apoio ao setor produtivo, como discutido ao longo da tese.

No tocante à educação, a superestrutura política, via políticas educacionais, vem estabelecendo legislações vinculadas à educação, que tanto regulamentam os conteúdos do currículo escolar quanto às pedagogias impostas pelo setor produtivo. Assim como também, no que se refere às relações de trabalho a superestrutura política, os governantes atentos aos interesses do setor produtivo, em algumas vezes até mesmo via troca de favores, adotam medidas desde alterar as relações de trabalho e de representação, como no caso da flexibilização das relações de trabalho até a adoção de medidas mais drásticas como a extinção de órgãos de fiscalização e regulamentação das relações de trabalho.

Essas medidas são tomadas sobre o viés de que são necessárias, pois irão aumentar o número de empregos, e que são para o bem de todos, para o bem da nação. Todavia, essas medidas beneficiarão o setor produtivo via corte de custos e, conseqüentemente, aumento da lucratividade, além de lhe fornecer as condições para operar em um cenário de mudanças constantes e globalizado.

A Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) apresentaram, em 2014, um dossiê que mostra os impactos da flexibilização para o trabalhador.

Dentre as desvantagens para o trabalhador com o advento da terceirização destacam-se as apontadas ao longo desse documento: remuneração menor para os terceirizados, chegando o salário do trabalhador terceirizado a ser 24,7% menor que os contratados diretamente; jornada de trabalho maior para o terceirizado, em que a jornada de trabalho semanal dos serviços terceirizados chega a ser 3 horas a mais que os tipicamente contratados; os terceirizados apresentam maior índice de rotatividade, chegando a ser o tempo de emprego em anos 53,5% menor que os contratados diretamente.

Além das perdas citadas acima, o Dossiê explica que o terceirizado também passa a sofrer com: falta de isonomia; perda de direitos legais adquiridos ao longo dos tempos; maior dificuldade para a organização e para a negociação coletiva; diminuição da representação via enfraquecimento dos sindicatos; discriminação, devido à proibição de uso dos mesmos ambientes dos trabalhadores contratados, ou devido ao uso de determinado tipo de uniformes, dentre outros.

Apesar da divulgação de documentos como o citado, bem como de diversos trabalhos científicos e acadêmicos sobre os impactos da internalização e outros temas polêmicos, em

que medidas dos governantes em apoio ao setor produtivo são caras para os cidadãos, o Estado brasileiro, assumindo um papel estrutural, opera via superestruturas jurídica e política, aprovando a leis como a Lei da flexibilização, a Lei dos parcelamentos de dívidas e ainda, a extinção de órgãos de fiscalização e até mesmo sobre a internalização do ensino, em que se discute inclusive a não gratuidade do ensino nas universidades públicas.

A essência dessas medidas deve ser exposta, sendo que as teorias de Mészáros (2008; 2009; 2011a) contribuem para a compreensão desta realidade. Na relação entre Estado, Mercado e Sociedade há uma apropriação do público pelo privado. No campo da educação, saúde e previdência é uma realidade o apoio do Estado às instituições privadas, sob um discurso político de necessidade de contingenciamento, ou seja, necessidade de consensual “aperto do cinto”, por parte das classes trabalhadoras.

Quanto à questão da flexibilização das relações de trabalho, os estudos apresentados permitem compreender que esta visa, além de reduzir custos, quebrar a resistência coletiva. Ou seja, é uma forma de superar a luta de classes. A base estrutural precisa avançar mediante as transformações, para isso a superestrutura precisa também se transformar para dar todas as condições.

Nesse exemplo da flexibilização, as novas condições operacionais ocorrem nas superestruturas jurídica e política. A terceirização era ilegal, mas a base material de produção precisa avançar, então precisa-se construir a materialidade, precisa ser legalizada, então a superestrutura jurídica e política proporciona as novas condições operacionais, legalizando a terceirização, via legislação. Constrói-se, assim, a materialidade.

No objeto de estudo da pesquisa não é diferente. Especificamente no setor produtivo estudado, nos relatórios analisados do setor agroindustrial, observamos que as mudanças nas estruturas produtivas demandam novas ações do Estado no sentido de proporcionar as condições operacionais que o setor necessita, como mudanças nas legislações, fornecimento de incentivos fiscais, de aparato educacional para formação de força de trabalho, dentre outros.

Segundo Mészáros (2011a), as condições operacionais de produção são uma categoria explicativa da mediação, sendo que é a partir dessa categoria que se apreende o modo como ocorre a mediação entre a superestrutura e a infraestrutura. Anteriormente, o autor esclarece também sobre o processo de determinação:

Desde as hierarquicamente ordenadas fábricas particulares até o mercado que a tudo abarca desde as instituições culturais e educacionais da ordem estabelecida aos corpos de tomada de decisão da sociedade – são

necessariamente preconcebidos, a partir das mesmas determinações, não se pode esperar mudança significativa. (MÉSZÁROS, 2009, p. 179-180)

O autor citado explica que as preocupações com a unidade e a universalidade que surgem por parte dos pensadores que adotam o ponto de vista capitalista não surgem com a intenção de mudar a realidade posta, mas com a intenção de concretização de um Projeto de Aperfeiçoamento Nacional.

Percebe-se, nas considerações do autor, que essas preocupações surgem com o intuito de se realizar o projeto de sociedade da classe hegemônica. Reflexões sobre essas questões permitem perceber que essas formas de dominação só são impostas porque são resistidas. No caso do exemplo da flexibilização, apresentado, dentre os impactos dessa medida estão perda de representação dos trabalhadores e o enfraquecimento dos sindicatos, e como consequência há o desaparecimento das forças de resistências, do sujeito revolucionário e com ele todo o ideário revolucionário, o que é bom para o capital.

Especificamente no objeto de estudo, observamos que o processo de reestruturação produtiva provocou mudanças significativas nas relações de trabalho no Brasil, no papel do Estado e também na ação sindical no país. Antes do governo Lula, percebia-se diversas críticas ao governo e ao neoliberalismo, porém essa perspectiva crítica esvaiu-se à medida que o partido que criticava as reformas orientadas para o mercado, ao assumir o governo acabou assumindo-as, conforme explica Galvão (2013). Fato que remete as teses de Mézáros (2011a) sobre a atuação do Estado.

No estudo das teses de Mézáros (2011a, p. 78) sobre as relações entre Estado, sociedade e mercado, percebemos que o Estado é parte integrante da base material de produção. Nessa relação, o autor explica que há uma “reciprocidade entre a superestrutura e a base material”, em que o Estado surge complementando a base econômica do capital.

Especificamente no setor agroindustrial, essa relação de reciprocidade e complementaridade entre o Estado e o setor produtivo pode ser observada. No capítulo três, quando se apresenta algumas citações dos relatórios das empresas citadas na pesquisa percebemos a materialização desta relação. No Relatório Anual da BRF – 2016, a empresa afirma que usufrui de incentivos fiscais e financeiros nas esferas federal, estadual e municipal e que o foco desses incentivos é impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região e viabilizar a geração de empregos diretos e indiretos. A empresa, inclusive, afirma que os dados monetários desses incentivos são confidenciais e estratégicos.

No Relatório de Sustentabilidade 2016 da empresa Algar Agro, também apresentado no capítulo três da tese, percebemos essa relação de reciprocidade e complementariedade entre o Estado e o Setor produtivo, na medida em que o setor agroindustrial, com o desejo de aumentar suas vendas do biodiesel, reivindica do Estado medidas que possibilitem a materialização de seu desejo e o Estado, atuando em favor do setor produtivo, aprova legislação que permite o aumento da mistura do biodiesel ao diesel vendido ao consumidor.

Nesses exemplos, o Estado utiliza das superestruturas jurídica e política para aprovar políticas e legislações em apoio ao setor produtivo. Isto denota a relação de complementariedade e reciprocidade entre o Estado e o Setor produtivo. Nas teses de Mészáros (2011a), o Estado surge para complementar as estruturas econômicas do capital e cumpre uma função de remediar as contradições que aparecem no sistema sociometabólico. Desta forma, muitas das políticas sociais têm caráter assistencialista.

Outra reflexão importante para a discussão que propomos desenvolver sobre o objeto de estudo da tese, de modo especial para compreender a representação que a sociedade tem das políticas sociais, é a análise realizada por Euzébios Filho (2010) em sua tese de doutorado sobre a temática “Sujeitos e Consciência: entre a alienação e a emancipação”.

Nestes estudos, o autor busca compreender os “movimentos da consciência política de beneficiários dos programas de transferência de renda, suas avaliações sobre suas condições de vida e suas expectativas para o futuro” (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 17). Para tanto, o autor desenvolveu uma pesquisa à luz do Materialismo Histórico Dialético.

Nas considerações do autor, a consciência política dos participantes de sua pesquisa movimenta-se entre a negação e o consentimento da ordem, de modo que o autor observa uma fragilidade da consciência política dos participantes, muitas vezes devido ao que ele chama de automatismo, ou seja, adaptação dos indivíduos às circunstâncias em que vivem.

O autor clarifica o entendimento de consciência discutindo as propriedades dessa categoria, de modo especial os conceitos de consciência “em si” e “para si” tomados a partir das teorias de Marx e de seus seguidores. O autor concerne o conceito de consciência política, como consciência de classe, “consciência que desmitifica aquilo que é vivido no dia a dia como algo banal, mas que, na realidade, é tão absurdo que coloca em risco a vida da própria humanidade” (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 74).

Especificamente nesse capítulo da tese, em que buscamos desvelar o processo de naturalização das coisas no seio da sociedade via consensos construídos, o entendimento sobre as formas de consciência é importante. As formas de consciência são discutidas também

por Mészáros (2011a). Sua teoria é um convite à reflexão que permite o sujeito pensar criticamente sobre si mesmo e sobre o meio em que vive.

Em sua obra fica clarividente que a consciência “em si” é uma consciência do imediato, de que eu existo. O autor revela que esse conceito é ampliado para consciência “para si”, em que ele se descobre enquanto classe, e percebe o conjunto de relações em que está envolvido.

Reflexões sobre as contribuições de Mészáros (2008; 2009; 2011a; 2011b), apresentadas, permitem perceber que a partir da consciência “para si” o sujeito passa a sentir necessidades de construir meios de coletividade, pois suas necessidades não são somente suas e se reconhece enquanto classe unida pela posição que ocupa na estrutura social.

Na pesquisa, ao tratar sobre os desafios impostos à classe que vive do trabalho, a partir do processo de reestruturação produtiva, destacam-se os dilemas enfrentados para a inserção profissional e construção de sua identidade. Neste sentido, observamos que a consciência “para si”, explicada pelas teorias de Mészáros, é uma condição que propicia aos trabalhadores se reconhecerem enquanto classe social e se organizarem em sociedade, criando, assim, forças de resistência e se constituindo enquanto sujeitos que lutam pelos seus direitos e cidadania.

Neste sentido, esse tipo de consciência permite que o trabalhador se reconheça como explorado e subordinado e comece a ter consciência de que, para construir um projeto político, precisará ser elemento desse processo, e agir desmistificando a realidade posta, as mediações constituídas sob a lógica do capital, com autonomia e não simplesmente de forma alienada.

Consideramos que a discussão tecida neste capítulo contribui com um olhar mais profundo do objeto da pesquisa. Enfatizamos que nossa proposta foi analisar e discutir com o intuito de melhor compreender o objeto de estudo, e não apontar soluções para os problemas que imaginamos ter encontrado. Acreditamos que as reflexões críticas apresentadas ao longo da tese contribuem com outras pesquisas, com outros pesquisadores e com quem tiver interesse na temática.

Desta forma, na conclusão retomaremos a tese da pesquisa, as hipóteses levantadas inicialmente e os nossos objetivos, com o intuito de tecermos nossas conclusões quanto à pesquisa.

CONCLUSÃO

Ao longo de minha vida pessoal e profissional diversas situações me provocaram inquietações, de modo especial as políticas, programas e projetos implantados a partir dos anos 2000. Considerava contraditório, em um governo que se intitulava popular, suas políticas, em especial as educacionais e voltadas para a inserção profissional, apresentarem um discurso que, na prática, não se concretizava.

Acompanhei atenta as informações sobre a expansão universitária, bem como a instituição dos Institutos Federais. Por mais que eu lesse os documentos que norteavam essas políticas que iam sendo publicados, mais questionamentos surgiam. Cabe ressaltar que eu considero que, até então, minha visão de mundo era muito romântica com relação às ações do Estado.

Desta forma, trouxe, ainda na minha pesquisa de mestrado, o desejo de compreender a relação entre a política de educação profissional e tecnológica expandida para a então microrregião de Ituiutaba e a empregabilidade no meio rural, mais especificamente na agroindústria rural, dos egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

Agora, na pesquisa de doutorado, verticalizamos a pesquisa de mestrado. Almejamos melhor compreender as nuances do aparato de medidas tomadas pelo Estado em atendimento ao mercado/capital, tanto nas questões relacionadas ao aparato fiscal e de incentivos às empresas em prol de aumentar os postos de trabalho e redução das desigualdades sociais, quanto nas relacionadas ao aparato educacional, visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes, altamente qualificada.

Assim como também buscamos compreender os elementos que interagem na relação entre o Estado e o setor produtivo, em especial no tocante à formação de consenso sobre a necessidade social destas medidas. Para tanto, procedemos diversas análises das políticas elaboradas pelo Estado brasileiro, que trazem no seu bojo o argumento de incentivo à empregabilidade e à redução das desigualdades sociais.

De modo especial estudamos: a política de expansão da Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica, mediante a instituição dos Institutos Federais e seus campi, na então região do Pontal do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que foi reclassificada pelo IBGE, em 2017, conforme explicado anteriormente; a política de refinanciamento de dívidas, e de diversos incentivos ao setor produtivo; e a política tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas em participação, no âmbito dos poderes

da União, dos estados e dos municípios, quanto ao acesso ao crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia ao associativismo e às regras de inclusão.

Não aprofundamos a discussão nesta última política, pelo fato de não correlacionarmos esta diretamente com o setor produtivo em análise, mas decidimos abrir um diálogo sobre questões inerentes a Lei Complementar 123/2006, por considerarmos esta importante para compreender os desafios postos para a efetividade na execução das políticas públicas, e também considerarmos que os desdobramentos dessa política é muito fecundo para futuras pesquisas, tendo em vista que as aquisições públicas brasileiras são temas recorrentes nos debates sobre a atuação do Estado.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar e analisar os processos de trabalho e de integração presentes em agroindústrias de alimentos da região Geográfica Intermediária de Uberlândia e sua relação tanto com a formação profissional nos campi do IFTM, quanto com as políticas de incentivos fiscais em prol da empregabilidade e redução das desigualdades sociais.

Reside, neste ponto, tanto a relevância social quanto o ineditismo do trabalho, uma vez que poderá subsidiar futuras contribuições para o emprego e os cursos ofertados pelo IFTM, e também contribui para reflexões acerca da efetividade das políticas governamentais correlatas aos temas.

Quanto aos objetivos específicos, previamente explícitos na introdução do trabalho, observamos que o processo de reestruturação produtiva impôs significativas mudanças nas relações de trabalho e educação, de modo bastante especial, no tocante à educação profissional científica e tecnológica. Esse fenômeno ocorreu mundialmente e impactou as políticas públicas nacionais, que passaram a sofrer influências e intervenções de instituições internacionais.

Os reflexos desse processo impactaram as superestruturas nacionais, a ponto de até mesmo influenciar nas pedagogias adotadas, impondo assim necessidades de mudanças no perfil do trabalhador. As relações de trabalho passaram por transformações, tornaram-se flexíveis. No setor agroindustrial também foram implementadas novas relações de trabalho.

A pesquisa permitiu compreender as nuances do sistema de integração agroindustrial. Percebemos que, nesse sistema, há uma parceria entre o produtor familiar e a agroindústria, porém nessa relação de trabalho o proprietário de terra tem de se adequar às exigências do setor produtivo, tanto de estruturas produtivas quanto de formação profissional, sem que este custeie estas mudanças.

Compreendemos, também, nos estudos apresentados, que nessa relação de trabalho a agroindústria também determina o que produzir, como produzir e para quem produzir. Em relação ao quesito treinamento, apreendemos que é um treinamento voltado a ofertar conteúdos e procedimentos, esvaziando a independência e o saber dos produtores.

A pesquisa também permitiu compreender diversas formas de incentivos fiscais e de fornecimento de infraestruturas para o setor produtivo, de modo especial, a tese de Cleps Junior, que trata sobre a dinâmica e estratégias do setor produtivo agroindustrial no cerrado do Triângulo Mineiro, elencando diversos programas e projetos do Estado em apoio a esse setor produtivo, na região em estudo.

Observamos também, os incentivos fiscais na forma de refinanciamento de dívidas. Um olhar crítico para essa política permitiu compreender que esta é uma prática que ocorreu em todas as esferas, federal, estadual e municipal e que seus impactos são significativos tanto sobre a arrecadação tributária, pois reduz consideravelmente as receitas e, portanto, reduz o PIB nacional e regional, quanto sobre o comportamento dos contribuintes.

Quanto ao comportamento do contribuinte, os estudos apresentados permitiram compreender que há uma migração de um refinanciamento para outro e que o aproveitamento desses programas para realmente quitarem suas dívidas é muito pequeno. Além disso, a hipótese de aumento de inadimplência por parte das empresas que aderiram ao parcelamento de dívidas ocorreu com aumento muito considerável, especificamente na fabricação de produtos alimentícios – 295,10% de incremento.

Constatamos que o refinanciamento de dívidas não ocorreu apenas para empresas com dificuldades financeiras, uma vez que, na pesquisa que realizamos nas demonstrações contábeis publicadas na imprensa oficial, percebemos que se beneficiaram desses parcelamentos empresas com resultados de exercícios positivos e negativos.

Quanto à educação profissional, compreendemos que, apesar da contradição presente no discurso das políticas educacionais, que inclusive prega a individualização e responsabilização do trabalhador pela sua formação profissional, considera-se que as políticas educacionais, a partir dos anos 2000, significam avanços sem precedentes no sentido de mudança na concepção de educação ofertada no Brasil até então.

A partir dos anos 2000, foi se implantando no Brasil uma concepção que tende a uma educação integral, com programas como o da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que se materializa tanto na oferta do ensino técnico profissional integrado ao ensino médio regular, quanto no sentido de se buscar ofertar uma educação, seguindo uma concepção de educação integrada, politécnica, que visa formar

cidadãos críticos e reflexivos, conscientes do mundo em que desejam viver e preparados para o trabalho.

Consideramos que a educação integrada ofertada nos Institutos Federais é uma das responsáveis pela mediação do acesso ao ensino superior para muitos jovens brasileiros, além de prepará-los para o mercado de trabalho, representando, assim, uma conquista no tocante a diminuir a dualidade da educação.

No tocante ao aparato educacional, montado pelo Estado para atender o setor produtivo com força de trabalho altamente qualificada, identificou-se que, no IFTM e seus campi, os cursos ofertados, em sua grande maioria, possuem correlação direta com o setor produtivo agroindustrial da região de Uberlândia.

Desta forma, consideramos que a discussão da pesquisa é tanto útil para o setor produtivo em questão, quanto para os egressos desses cursos, que poderão ter um novo olhar sobre a política de educação profissional científica e tecnológica ofertada por este Instituto. Podemos afirmar que os documentos que tratam sobre a política de expansão da Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica, bem como as informações sobre os cursos ofertados pelo IFTM, demonstram que esses cursos foram implantados para setores estratégicos da economia nacional. Portanto, os estudos nos permitiram compreender que o apoio ao setor agrícola e agroindustrial não é uma promessa recente – é histórico o apoio do Estado aos interesses dos setores dominantes da economia.

No desenvolvimento da pesquisa pudemos identificar como ocorre no contexto da reestruturação produtiva o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados. Os estudos apresentados permitiram compreender que o desemprego é a característica mais marcante desse processo de reestruturação produtiva e que, no final do século XX e início do século XXI, este fenômeno ocorre de modo particular, pois inclui no exército de reserva trabalhadores altamente qualificados. Isto ocorre porque, em tempo de crises, não há grande oferta de empregos, nem mesmo para os mais qualificados.

Os estudos apresentados comprovam que o desemprego de trabalhadores altamente qualificados é uma tendência mundial, não ocorrendo isoladamente no Brasil. Em especial a partir de 1990, o processo de reestruturação produtiva tem imposto novas exigências, tanto aos trabalhadores quanto aos Estados nacionais. Neste sentido, as demandas por mudanças necessárias nas superestruturas para que a estrutura avance são constantes no sistema capitalista, uma vez que o processo de acumulação de capital, até mesmo em momentos de crise, precisa continuar.

Desta forma, esses estudos permitiram compreender que são criadas novas formas para se alcançar a acumulação de capital e, dentre elas, está aproveitar a oferta de força de trabalho altamente qualificada, mesmo que seja para exercer atividades que não exijam tanta qualificação. O que se percebe, nesta relação entre capital e trabalho, é que o setor produtivo acaba substituindo o profissional técnico qualificado pelo profissional graduado ou pós-graduado, pelo mesmo valor de mercado do ofertado para as vagas de cargos técnicos.

Assim, as contribuições de Kuenzer (2001), Harvey (2012), Antunes (2006), Althusser (1985), Pochmann (2006), França (2016), dentre outros, foram cruciais para discutir esta questão. Reflexões sobre as considerações desses autores permitem compreender o processo de inclusão excludente, em que é possível o acesso ao ensino superior, mas que isso não garante a empregabilidade, devido ao fato de que o determinante da exclusão está na estrutura produtiva.

Harvey (2012) explica que, no capitalismo, há novas formas de resolver as questões da escassez de trabalho, dentre elas as tecnologias de economia de trabalho, as inovações organizacionais e a concorrência entre os próprios trabalhadores, que leva à busca constante por mais qualificação e capacitação, visando manter vantagem competitiva. Segundo esse autor, todas essas formas preenchem as vagas de emprego de muitos trabalhadores, conforme apresentamos anteriormente.

Além disso, há uma mudança na concepção de emprego, que antes era visto como uma solução para a crise e, no contexto da reestruturação produtiva, converte-se em um dos elementos do processo de controle da crise, uma vez que a maximização da exploração da força de trabalho mantém relação direta com a crescente manutenção do controle do emprego. Ou seja, o aumento do desemprego significa também grande oferta de trabalhadores e, conseqüentemente, mão de obra mais barata, redução de custos de produção e, portanto, lucratividade.

Concluimos, portanto, que, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno desemprego de trabalhadores, muitas vezes altamente qualificados, ocorre não somente devido a crises econômicas, mas ocorre intencionalmente, também, como estratégia para diminuir custos e aumentar a lucratividade. Para isso, o empresariado busca interlocução com o Estado, entrando na disputa pelas políticas públicas, inclusive educacionais, e influencia a concepção de educação que irá prevalecer nos documentos que norteiam as políticas educacionais.

Na pesquisa, partimos da hipótese de que, apesar das agroindústrias de alimentos serem um dos ramos mais interiorizados do setor industrial e da região ter sido privilegiada

pela política de expansão da educação profissional e tecnológica, os trabalhadores da região Geográfica Intermediária de Uberlândia não conseguem se inserir, de forma efetiva, no mercado de trabalho, porque o setor produtivo prefere contratar pessoas com formação superior às reais exigências das atividades, pelo mesmo valor de mercado, devido à grande oferta de trabalhadores altamente qualificados, que estão desempregados.

Ressaltamos que a inserção de forma efetiva no mercado de trabalho, considerada na pesquisa, é aquela em que há um contrato formal, em que o trabalhador exerce funções que requerem o grau de escolaridade compatível com a sua formação.

Considerando essa forma de inserção profissional, podemos afirmar que a hipótese levantada se confirma, pois identificamos nos estudos apresentados e, de forma especial, nos estudos do CEPES/IERI/UFU (2019), que o número de empregados com escolarização em nível superior, no município de Uberlândia, por exemplo, aumentou em aproximadamente 108,4% de 2000 para 2005; em 52,52% de 2005 para 2010; e em 48,90% de 2010 para 2015, nos grandes setores da economia, conforme dados apresentados no Quadro 13 do trabalho.

Todavia, os pesquisadores alertam para a necessidade de cautela ao tecer considerações sobre esses números. Oliveira (2018) destaca que ao correlacionar o estoque de emprego formal com o grau de escolaridade ensino superior, em Uberlândia, com as dez principais ocupações da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO 2002) percebe-se que há trabalhadores com curso superior exercendo atividades que, a priori, não requerem alta qualificação/titulação.

As considerações da autora citada são ratificadas na medida em que correlacionamos a evolução do número de empregos formais de pessoas com escolarização em nível superior com a distribuição do estoque de emprego formal por faixa salarial. Os dados mostram que, em Uberlândia, em 2016, havia 42.092 pessoas com empregos formais e escolarização em nível superior e apenas 18.607 pessoas recebiam salários acima de 5 salários mínimos.

Se levarmos em consideração que podemos ter pessoas recebendo mais de 5 salários mínimos que não possuem curso superior, estes dados ficam mais sérios ainda. Isso remete a considerar que há graduados e pós-graduados trabalhando em atividades que não requerem titulação em nível superior, ou indagar sobre a relação formação x salário. Destacamos que o total de emprego formal, em 2016, em Uberlândia, foi 209.438, conforme apresentado nos Quadros 11 e 12. Destes, a maior parte, ou seja, 186.364, não recebem mais de 5 salários mínimos.

Desta forma, o que ocorre é um avanço no número de trabalhadores altamente qualificados, empregados, no período de 2000 para 2015, porém em atividades em que os pré-

requisitos, quanto à formação, não exigem, a priori, curso superior. Os estudos apresentados comprovam que não há vagas de emprego para todos, mesmo estando o trabalhador altamente qualificado.

Então, podemos inferir que a demanda do capital, por força de trabalho altamente qualificada, ocorre para gerar mais valor e acumular capital, uma vez que o setor produtivo passou a demandar força de trabalho com domínio intelectual do trabalho, além dos conhecimentos técnicos, exigindo-se, assim, um trabalhador mais capacitado para desenvolver diversas atividades, com agilidade e bom relacionamento interpessoal para trabalhar em equipe. Além disso, o trabalhador deve saber lidar com as mudanças constantes e, desta forma, deve estar apto a se qualificar constantemente e ainda poder estar disponível quando for requisitado, o que na atualidade ocorre muitas vezes via aplicativos de internet.

Os estudos apresentados permitem compreender que, nesta dinâmica do mercado de trabalho, acirra-se a competitividade entre os trabalhadores e isto é bom para o empregador, uma vez que os estudos apresentados comprovam que a concorrência entre os próprios trabalhadores, por vagas de empregos limitadas, faz com que o valor pago pela força de trabalho seja cada vez menor, desonerando, assim, a folha de pagamento do setor produtivo.

Como hipótese secundária, tomamos que o discurso político de Estado mínimo gerencial é uma falácia. Este defende que o Estado Mínimo deve concentrar suas atribuições naqueles serviços mínimos necessários para o funcionamento regular da sociedade, tais como policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. e proceder a não-intervenção na economia direta, inclusive com o afastamento de atuação por meio de estatais, permitindo, assim, a liberdade individual e a competição entre os agentes econômicos e, assim, ele permitirá pela sua ausência no mercado, a concorrência e, por sua vez, gerará mais empregos.

Entendemos essa perspectiva como uma falácia, pois, na prática, o Estado protege o sistema do capital, ou seja, ele funciona para salvar o capital de forma piramidal: primeiro ele salva o grande capital, depois o médio, seguido do pequeno e, por último, ele pensa no trabalhador.

Essa hipótese também se confirma na medida em que os estudos apresentados, de modo especial os estudos de Cleps Junior (1998), Nascimento (2008), Paes (2014) e Castelo (2016), comprovam que este é um discurso ideológico do Estado que se diz transparente e do setor privado se apropriando do público.

A exemplo disso, o discurso político de que, sem incentivos por parte do Estado, empresas estão fechando, é uma forma do setor produtivo pressionar os governantes para

conseguirem mais incentivos, além de tentar convencer a sociedade da necessidade de apoio por parte do Estado ao setor produtivo. Ao longo da tese, apresentamos diversos tipos de incentivos que o Estado Brasileiro concedeu e concede ao setor produtivo, ao longo dos tempos. Muitos destes são considerados pelo próprio setor produtivo como confidenciais e estratégicos.

Esses incentivos ocorrem como forma de incentivar a instalação dos empreendimentos industriais ou agroindustriais em determinada região. Os estudos apresentados mostram que, para que uma empresa monte suas unidades produtivas em determinado local, ela participa de um acirrado processo de disputa entre os entes federados, e ganha aquele estado que oferecer maiores incentivos para o setor produtivo. Fato que leva os estados a uma verdadeira “guerra fiscal”.

Porém, as formas de incentivos ao setor produtivo ocorrem de diversas maneiras, como as concessões prévias, doações de terrenos, obras, fornecimento de infraestruturas de transportes para escoar a produção, crédito para investimento inicial, financiamentos, benefícios tributários, redução ou postergação de recolhimentos, parcelamentos de dívidas, isenções, fornecimento de aparato educacional e outros, elencados ao longo do trabalho.

Em tal contexto é importante ressaltar que defendemos, na pesquisa, a tese de que a questão da empregabilidade na agroindústria de alimentos na região do Pontal do Triângulo Mineiro está relacionada mais precisamente com questões econômicas do setor produtivo do que com questões relacionadas à formação profissional, conforme se anuncia nos programas políticos e de incentivo complementares às empresas que promovem programas de empregabilidade, uma vez que a questão da empregabilidade é de menor importância no contexto da reestruturação produtiva e, por sua vez, o aumento da produtividade, o lucro e a acumulação de capital são a meta primária.

Com base nas pesquisas bibliográfica e documental que procedemos, avaliamos que a tese proposta é passível de defesa e retrata um problema não apenas contemporâneo, mas historicamente vivido pelos trabalhadores. O referencial teórico que fundamenta a pesquisa permitiu compreender que as medidas de apoio ao setor produtivo, seja via aparato educacional, ou via incentivos ao setor produtivo, não garantem a empregabilidade, pois os determinantes para a não inserção profissional, bem como para o acirramento das desigualdades sociais, estão fora da escola, assim como também os determinantes para a dualidade da educação, conforme ensina Kuenzer (2001).

Além disto, a empregabilidade, ou seja, a capacidade do trabalhador se adaptar às exigências constantes do mundo do trabalho, para manter seu emprego ou tornar-se

reempregável, é uma ideologia da classe dominante, pois em momentos de crises do capital até mesmo os mais qualificados podem ficar desempregados.

Os estudos comprovam que as questões econômicas sobressaem às questões sociais, até mesmo as relacionadas com a inserção profissional. É fato que, para o setor produtivo continuar operando, ele precisa de lucro, de acumular capital e, desta forma, a empregabilidade está mais relacionada a questões econômicas que a questões relacionadas à formação profissional.

Os estudos de Marx (2005, 2010, 2013), Chaui (2000), Mészáros (2009, 2011b), dentre outros, corroboram com a defesa da tese, uma vez que permitem compreender que o Estado surge para atender os antagonismos socioeconômicos e cumpre o seu papel de proteger o sistema de capital, pois nasce com o propósito de defender a propriedade privada e, portanto, suas ações vêm complementar as do setor produtivo para fins de que este possa gerar mais lucro e acumular capital e, assim, poder pagar mais impostos, tributos e contribuições.

Os estudos dos autores citados mostram o modo operante do Estado, em que este é parte integrante da ordem social reprodutiva, e mantém com as estruturas produtivas uma relação de reciprocidade, de forma que as superestruturas jurídicas e políticas atuam em favor do capital, sob um discurso político de que opera no interesse de todos, tratando todos como iguais.

Na análise conjuntural da crise do emprego, compreendemos que o público e o privado não aparecem como relação de oposição, e sim como uma espécie de unificação, em que o público é apropriado pelo privado e tem-se, então, uma dimensão estrutural do Estado, em que o setor produtivo se utiliza de instituições políticas e estatais, de modo especial, das escolas e dos partidos políticos, estes via aprovação de legislação e de políticas públicas que lhes convém. Nesse processo, há o intuito de que as ideias e interesses da classe dominante passem a ser vistos como as ideias e interesses de todos.

Todavia, no tocante à educação, de modo especial a educação profissional e tecnológica ofertada nos Institutos Federais e seus campi, compreendemos que essa é uma política sem precedentes na história da educação profissional brasileira, com avanços em relação à concepção de educação, uma vez que incorpora o trabalho como princípio educativo e tende para uma perspectiva de educação integral.

Além disso, essa política possibilitou a interiorização da educação, ampliando assim o número de municípios atingidos, representando uma expansão de 426% no número de municípios beneficiados com essa política e ainda proporcionou e proporciona a muitos

egressos dos Institutos Federais, a possibilidade de acesso ao ensino superior em universidades públicas e nos cursos mais concorridos.

Consideramos que os estudos apresentados e os dados históricos da economia da região contribuíram para a construção de um pensamento e politização sobre as transformações ocorridas no setor produtivo a partir dos anos de 1990, bem como sobre as mudanças, a partir dos anos 2000, no campo da formação profissional e tecnológica.

Além disso, os estudos elucidam a compreensão sobre o comportamento mercado de trabalho regional e nacional no tocante à exigência de formação e quanto a geração de empregos, uma vez que a pesquisa permite compreender o alinhamento dos cursos ofertados pelos institutos federais com a dinâmica dos conhecimentos e habilidades requisitados pelo mercado de trabalho.

Todavia, não identificamos, na pesquisa, a forma efetiva em que o Estado e a sociedade monitoram e avaliam a reversão do aparato de incentivos concedidos ao setor produtivo, em empregos efetivos, sendo esta uma das possibilidades de estudos futuros acerca da temática. A forma de controle que identificamos está relacionada a questões técnicas, em que o Estado utiliza-se de critérios puramente econômicos nas avaliações de controle de gastos e de números estatísticos e não para avaliar se realmente a sociedade está sendo beneficiada com a concretização da política, no sentido de terem seus problemas sociais resolvidos.

A pesquisa permitiu compreender a dinâmica econômica e social de Uberlândia e região. Revelou que, por um lado, o município é apontado como um dos 100 maiores municípios brasileiros em relação ao PIB, ocupando o 21º lugar, segundo os dados do IBGE (2015), mas que, por outro lado, em 2010 apresentava um percentual de pessoas vulneráveis à pobreza (trabalho x renda) de 12,41%. Os dados mostram que esse percentual é maior que o percentual de ocupados com 18 anos ou mais, com rendimento mínimo de até um salário mínimo, em 2010, que registrou o percentual de 8,25%.

A pesquisa também permitiu compreender que do ano 2000 para 2010 houve uma melhora considerável nesses percentuais na cidade de Uberlândia, em que o índice de vulnerabilidade passou de 27,45% para 12,41%, e o índice de ocupados com 18 anos ou mais, com rendimento mínimo somente até um salário mínimo, caiu de 30,98% para 8,25%. Essa melhoria também pode ser observada em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Goiás, locais analisados pela pesquisa quanto a esse quesito.

Concluimos que a pesquisa possibilitou avançarmos na compreensão da historicidade do objeto que propomos analisar, de modo especial na compreensão dos desafios que

enfrentam a classe que vive do trabalho, tanto os relacionados à sua formação, quanto à sua inserção no mercado de trabalho.

Consideramos também que, na sociedade em que vivemos, marcada por jogos de interesses e pela ideologia da classe dominante, há a necessidade de reivindicar uma formação politizada e emancipadora, que seja capaz de desvelar a realidade em que os cidadãos vivem e suas contradições e que permita pensar em uma forma de superar esse modo de ser e de pensar, avançando-se, assim, para uma consciência crítica que se concretiza na prática política de cada um de nós.

As dificuldades que encontramos em nossa pesquisa são inerentes ao ato de pesquisar, assim como também estão relacionadas a alguns conceitos deturpados que tínhamos quase cristalizados, em nosso modo de pensar. Nossa pesquisa não supriu todas as nossas inquietações, mas consideramos que avançamos em nosso modo de compreender o objeto em estudo e esperamos ter conseguido com a pesquisa proporcionar a compreensão do objeto analisado, aos leitores do trabalho.

Esperamos que a pesquisa possibilite o aprofundamento da temática problematizada e que as contradições e conflitos existentes no seio da sociedade possam ser problematizados, de forma que os cidadãos não se iludam com os consensos construídos e possam ser agentes das transformações necessárias, inclusive quanto ao modo de ver o mundo e de analisar as políticas públicas e os reais interesses que estão em disputa nas ações do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALGAR AGRO. **Algar Agro Relatório de Sustentabilidade – 2016**. Disponível em: <http://www.globalri.com.br/algar/2016/agro/pt/>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ALMEIDA, Vinícius O. O estado de Goiás na guerra fiscal e a justiça distributiva na concepção de John Rawls. **Conjuntura Econômica Goiânia**. Nº 23. IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Dezembro/2012. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj23/artigo02.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O Conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, p. 71-96. São Paulo. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6
- _____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009. ISBN 978-85-85934-43-9, e-ISBN 978-85-7559-259-5.
- BACELAR, Tânia. Palestra Magna: Política Pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. *In*: BACELAR, Tânia; MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.) **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008. v. 8. Série Desenvolvimento Sustentável Rural. ISBN 978-92-9039-958-2.
- BALSADI, Otávio V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100017>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017. Acesso em: 14 dez. 2017.
- BARRRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13. n. 39. Set/dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 08 de março de 2018.
- BATISTA, Eraldo L. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Campinas: Autores Associados, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640287>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640287>. Acesso em: 08 de março de 2018

BRASIL. **Lei complementar 24, de 07 de Janeiro de 1975**. Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-24-7-janeiro-1975-365215-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. **Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997**. Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. 1997a.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. **Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000**. Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

_____. **Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003**. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. **Medida provisória 303, de 29 de junho de 2006**. Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que específica e altera a legislação tributária federal. 2006a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2006/medidaprovisoria-303-29-junho-2006-544085-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. 2006b.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Selo Unicef Município Aprovado. **Manual de Avaliação da Gestão de Políticas Públicas.** UNICEF NO BRASIL. Edição 2008. 2008c. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/avaliacao_politicas_publicas_unicef. Acesso em: 03 maio 2019.

_____. **Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição e dá outras providências.

_____. **Decreto 7.690, de 02 de março de 2012.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016**. Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. 2017a. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. **Lei Complementar 160, de 07 de agosto de 2017**. 2017b. Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp160.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento – MTO**. Brasília. Edição 2018. Disponível em: https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2018:mto_atual.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Convênios**. Disponível em: <http://www.transparencia.gov.br/convenios/consulta>. Acesso em: 03 fev. 2019.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017/IBGE**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. ISBN 978-85-240-4418-2. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

IPEA. Nota Técnica. **Custo e tempo do desenvolvimento e execução fiscal**. Promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Brasília, novembro de 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12759%3Anota-tecnica-2011-dezembro-numero-1-diest&catid=189%3Adiest&directory=1&Itemid=1. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. **Macroeconomia**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=346. Acesso em: 01 jun. 2018.

Ministério do Trabalho. CAGED. **Perfil do município**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 24 mar. 2018.

_____. **Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal**. Brasil. Fevereiro. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/caged/2015/fevereiro/nacionais/1-sinteseoempregoformal.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

IPEA. **Nota Técnica. Custo e tempo do desenvolvimento e execução fiscal. Promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**. Brasília, novembro de 2011b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12759%3Anota-tecnica-2011-dezembro-numero-1-diest&catid=189%3Adiest&directory=1&Itemid=1. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRAVERMAN, H. **O trabalho e o capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRF. **Relatório Anual BRF - 2016**. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/nossa-historia/>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/nossa-historia/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CARGILL. **Relatório Anual - 2016**. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Nossa História**. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/nossa-hist%C3%B3ria. Acesso em: 28 jul. 2018.

CASTELO, André Mota. **O impacto do Programa de Recuperação Fiscal na Inadimplência Tributária do estado do Ceará: uma análise do antes e depois do REFIS Estadual de 2009**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21922>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CAVALCANTI, Carlos Eduardo G.; PRADO, Sérgio. **A guerra fiscal no Brasil**. Brasília: IPEA/Fundap/Fapesp, 1996.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. ISBN 978-85-08047-35-2

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço), Rio Claro: IGCE – Cp. de Rio Claro – Unesp, 1998. 291 p.

CEPES/IE/UFU. **Número de Empregados em 31/12 segundo Grau de Escolaridade e Grandes Setores IBGE – 1994 a 2016**. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES_ODIN_Merc_Trab_Formal_Udia_Tabela06_1994a2016.pdf. Acesso em 12 de março de 2019.

CIAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo R. **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro, 2010. ISBN: 978-85-7963-020-0.

CIAVATTA, Maria. Apresentação: resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. ISBN 978-85-92826-07-9 E-ISBN 978-85-92826-06-21.

CYSNE, Rubens Penha; COIMBRA-LISBOA, Paulo C. Imposto inflacionário e transferência inflacionária no Mercosul e nos Estados Unidos. **Estudos Econômicos**. São Paulo. V. 37, n. 2, p. 275-291. Abril-junho/2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612007000200002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-41612007000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 ago. 2018.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Sem incentivo fiscal, fábrica de margarina transfere atividades**. Reportagem de Vinícius Lemos, publicada em 07 de junho de 2016. 2016a. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/sem-incentivo-fiscal-fabrica-de-margarina-e-fechada-em-uberlandia/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **União atacado encerra atividades em Uberlândia e fecha filiais**. Reportagem de Diogo Machado, publicada em 16 de junho de 2016. 2016b. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uniao-atacado-encerra-atividades-em-uberlandia-e-fecha-filiais/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Daiwa do Brasil fecha fábrica em Uberlândia, estima-se 300 demissões**. Reportagem de Vinícius Lemos e Vinícius Romário, publicada em 25 de agosto de 2016. 2016c. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/daiwa-do-brasil-fecha-fabrica-em-uberlandia-estimam-se-300-demissoes/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CUNHA, Alexandre dos Santos; KLIN, Isabela do Valle; PESSOA, Olívia Alves Gomes. IPEA, **Nota Técnica. Custo e tempo do processo de execução fiscal promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda**. Brasília. IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12759. Acesso em: 03 abr. 2018.

CURY, Carlos R. J. Octogésimo ano da “Reconstrução Educacional no Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova, do povo e do governo”. In: LIMA, Antônio B.; CARVALHO, Carlos H.; PREVITALI, Fabiane S. (Orgs.). **O Manifesto dos Pioneiros da Educação**: leituras sobre seus 80 anos. Jundiaí: Paco, 2014. ISBN: 978-85-8148-627-7.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda 2016**: Mercado de Trabalho – Livro 1. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017. ISSN 2176-5448. Disponível em: http://trabalho.gov.br/images/Publicacoes/Livro_1_Mercado_de_Trabalho.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

DIEESE; CUT. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. **Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direito**. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. ISBN 978-85-89210-50-8. Disponível em: <https://www.cut.org.br/acao/dossie-terceirizacao-e-desenvolvimento-uma-counta-que-nao-fecha-7974>. Acesso em: 05 mar. 2019.

EGAN, Kieran. **A mente educada**: os males da educação e a ineficiência educacional das escolas. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. ISBN 978-85-28609-17-2

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Sujeito e consciência**: entre a alienação e a emancipação. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC-Campinas, 2010. 382 p. Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/427/1/Antonio%20Euzebios%20Filho.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciência do Trabalho**. n. 3. Dez. 2014. ISSN 2319-0574.

FARIA, Andréia, F.; PREVITALI, Fabiane S. Reestruturação produtiva, relações interfirmas e trabalho no setor fumageiro no Brasil, a partir da década de 1990. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 15, p. 247-266. ISBN 978-85-7559-326-4.

FIEG - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS. **A importância dos incentivos fiscais na guerra contra as desigualdades regionais no Brasil**: ou como estamos conseguindo superar nossa história de defasagem econômica em relação ao restante do país: cadernos de política econômica/FIEG. Goiânia: FIEG, 2008.

FERNANDES, André Eduardo da Silva; WANDERLEY, Nélcio Lacerda. A questão da guerra fiscal: uma breve resenha. Brasília. **Revista de Informação Legislativa**, n. 148 out/dez 2000. ISSN: 0034-835X. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/626/r148-01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FERREIRA, E. W.; OLIVEIRA, A. S. Análise do Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos – na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). **Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: CEPES/IE/UFU, V. 4, maio 2017. 133p. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PE16_Dinamica_SocioEcon_TM AP_V_4_Emprego.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de responsabilidade social**. 2018a. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. **Série estatística e informações**. 2018b. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/serie-estatistica-informacoes>. Acesso em: 14 out. 2018.

FGV - Fundação Getulio Vargas. **Reservas Internacionais**. Liquidez internacional. Disponível em: http://www.antigofgvdados.fgv.br/chart/fgvdados_8_3_2015_36_73.htm. Acesso em: 28 maio 2018.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social: Perfil Municipal**. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil/PerfilMunicipal?id=824>. Acesso em: 06 abr. 2018.

FONSECA, Maria Graça D.; GONÇALVES, José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: Análise de dois planos governamentais recentes. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 6, jun. 1995. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1995/tec3-0695.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FRANÇA, Robson L. **Trabalho, educação e formação profissional: a expansão do capitalismo e a reestruturação da produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. ISBN: 978.85.92592.78.3

FRANÇA, Robson L.; SCOCUGLIA, Afonso C. C. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. *In*: SCOCUGLIA, Afonso, C. C. et al. (Org.). **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2011. ISBN 978-85-8042-039-5.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. Florianópolis: **Perspectiva**. Jan./jun. 2001, v. 19, n. 1, p. 71-87. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

_____. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In*: ANDRADE, Juarez; PAIVA, Lauriana G. (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. ISBN 978-85-7672-130-7. Disponível em: <https://oebiear.files.wordpress.com/2015/03/as-polc3adticas-pc3bablicas-para-a-educac3a7c3a3o-no-brasil-contemporc3a2neo-limites-e-contradic3a7c3b5es.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

_____. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. ISBN 978-85-92826-07-9E-ISBN 978-85-92826-06-2. Disponível em: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 dez. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**. 2005. Ano 3, número 3. ISSN: 1808-799X. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p4578>. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578/0>. Acesso em 09 de março de 2018.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e Neoliberalismo. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN: 978-85-7559-326-4

HARVEY, D. **O enigma do capital e suas crises**. São Paulo: Boitempo, 2012. ISBN 978-85-7559-184-0.

HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano O.; BATELLA, Wagner. Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no oeste de Santa Catarina. Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, v.1, p. 41-59, jan./jul. 2013. ISSN: 2176-5774

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914 – 1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Ed. 53ª reimp. e atual. 2015. ISBN 978-85-7164-468-7.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elieser, 2013. ISBN 978-85-352-5689-5.

IFTM. **Conhecendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro**. Portfólio IFTM. 2016. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/publicacoes/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. **Cursos Oferecidos**. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/cursos/>. Acesso em: 03 maio 2019.

INTERVALES. **Vídeo Intervalos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5DOAgWw64>. Acesso em: 03 mar. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios: 2010-2013**. IBGE, Coordenação Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015 (Contas Nacionais, ISSN 1415-9813; n. 49). ISBN 978-85-240-4372-7.

IMPrensa OFICIAL DE MINAS GERAIS. **Publicações de Terceiros**: Empresas Privadas. (Demonstrações contábeis publicadas no período de 15 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2015). Disponível em: <http://www.iof.mg.gov.br/index.php?pesquisa-nos-jornais.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado do Ipea nº 155**. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de Renda. 25 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. **Texto para discussão 1889**. Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI. IPEA. Brasília: Rio de Janeiro. 2013. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20473. Acesso em: 05 ago. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. ISBN 85-249-0647-2.

_____. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In.*: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. **Capitalismo, trabalho e Educação**. 3. Ed. Campinas. Autores Associados, 2005. ISBN 85-7496-053-5

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999. ISBN 978-85-7307-489-5.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. ISBN 978-85-249-0944-3

LOCATEL, Celso. **Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil**: Políticas Públicas e Pobreza. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1 de nov. de 2012, vol. XVI, nº 418, v. 66. ISSN: 1138-9788. Não Paginado. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-66.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

LOMBARDI, José C. (Coord.). **Textos sobre Educação e Ensino** / Karl Marx e Friedrich Engels. Campinas, SP: FE/UNICAMP. Navegando Publicações, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos, A.; FERRI, Cássia. **História, Trabalho e Educação**: formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC. Relatório de Pesquisa. Caçador – SC: Universidade do Contestado, Campus Caçador. Programa de Mestrado em Educação. 2003. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/relatorio/rel_cacador.pdf. Acesso em: 23 maio 2018.

LUCENA, Carlos *et al.* Mundialização e Trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil. *In.*: LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S. (Org.). **Mundialização do Trabalho, transição histórica e reformismo educacional**. São Paulo, Campinas: Librum, 2014. ISBN 978-85-65608-13-8.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. V. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. ISBN: 978-85-92592-57-8.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia S.; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. *In.*: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 978-85-249-1634-2.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2005. ISBN 85-7559-064-2

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 978-85-7559-002-7.

_____. **O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 978-85-7559-320-2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. ISBN 978-85-7559-073-7.

_____. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Coggiola, Osvaldo. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 978-85-85934-23-1.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf>. Acesso em 08 jun. 2019.

MEC. **Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Todos Pela Educação. Brasil: Moderna, 2013.

_____. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**. Versão preliminar. MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-eptr-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. REDEFEDERAL. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 15 out. de 2018.

MEC/CNE/CEB. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Resolução nº 03, de 09 de julho de 2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Acesso em: 10 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10940-rceb003-08&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. 2012a. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Resolução 2, de 30 de janeiro de 2012**. 2012b. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEC/IFTM. **Projeto Pedagógico Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio**. Outubro 2012. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/ituiutaba/cursos/tecnico-integrado-presencial/agroindustria/ppc/>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MEC/INEP. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/664>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MEC/SETEC. **Proposta em Discussão**. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abr., 2004.

MEC/SETEC/CEFET-UBERABA/EAF-UBERLÂNDIA. **Proposta para Constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFET – Triângulo**. Uberaba, 2008.

MENEGUIN, Fernando B.; FREITAS, Igor Vilas Boas. **Aplicações em avaliação de políticas públicas**: metodologia e estudos de caso. Textos para discussão 123. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Brasil. Senado Federal, mar. 2013. ISSN 1983-0645.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. ISBN 978-85-7559-068-3.

_____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009. ISBN 978-85-7559-140-6.

_____. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo. Boitempo, 2011a. ISBN 978-85-7559-176-5.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. Ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011b. ISBN 978-85-7559-145-1

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças Públicas**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. ISBN 85-7001-045-1

NASCIMENTO, Sidnei Pereira. Guerra Fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto. São Paulo. v. 12, n. 4, p. 677-706. Outubro – dezembro. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502008000400007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007. Acesso em: 02 ago. 2018.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 09 de dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Denise Leonardo C. M. O complexo territorial agroindustrial de Uberlândia (MG) no contexto da globalização: uma abordagem teórica e preliminar dos ramos de carnes e de grãos. **I Simpósio Mineiro de Geografia**. Das diversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas. 2014. ISBN: 978-85-99907-05-4. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Denise%20Leonardo%20Custodio%20Machado%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

OLIVEIRA, A. S. **A situação do emprego formal em Uberlândia no período 2010-2016**. Uberlândia, 2018. CEPES/IERI/UFU. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES_PE_Situacao_Emprego_Formal_em_Udia_%202010_2016.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

OLIVEIRA, Giselle A.; PALAFOX, Gabriel H. M. Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre políticas educacionais considerando as abordagens positivistas, fenomenológica e materialista dialética. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 419-441, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i2.0006>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6046>. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

O JORNAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Intervalos busca a integração aero-rodoviária na região para atender à logística nacional e à internacional**. Data da publicação: 05/01/2018. Texto de Leonardo Leal. Disponível em: <https://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2018/01/05/projeto-intervalos-busca-integracao-aero-rodoviaria-na-regiao-para-atender-logistica-nacional-e-internacional/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

ORSO, Paulino J. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. ISBN 978-85-92826-07-9. E-ISBN 978-85-92826-06-2.

PAES, Nelson Leitão. Os efeitos dos parcelamentos sobre a arrecadação tributária. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 323-350, abr-jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612014000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612014000200004. Acesso em: 08 mar. 2018.

PALHA, Cássia Rita Louro. Na hegemonia de Antônio Gramsci, uma leitura da mídia televisiva, da história e da educação. **Revista MétiS: História & Cultura**. v. 1, n. 1, p. 11-23, jan./jun. 2002. ISSN Online: 2236-2762. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1036/702>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PANSARDI, Marcos Vinícius. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, p. 77-93, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_30_2056.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

PIANCASTELLI, Marcelo; PEROBELLI, Fernando. **ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal**. Texto para discussão nº 402. 1996. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0402.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

PRADO JR. Caio. **Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista**. eBook, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 4. Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395115088>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512014000400003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 03 de março de 2019.

_____. Trabalho e Educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p. 58-72, out. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642696>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642696/10175>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. Estado de bem-estar social, neoliberalismo e Estado gestor: aproximações globais. *In*: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas Brasil 2013**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PNUD/IPEA/FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. ISBN: 978-85-7811-171-7.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6.

RAMOS, Marise N. Escola sem partido: a criminalização do trabalho pedagógico. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. ISBN 978-85-92826-07-9. E-ISBN 978-85-92826-06-2

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. ISBN 978-85-24919-85-5.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. ISBN: 978-85-61608-60-6.

SANFELICE, José Luiz. Com o golpe de 2016, para onde caminhará a educação? *In*: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. ISBN: 978-85-92592-57-8.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea de Políticas Públicas, v. 2. Brasília: ENAP, 2006. ISBN 85-256-0052-0 (Obra compl.).

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. v. 1, n. 1, p. 131-152. 2003. ISSN 1981-7746. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 mar. 2019.

_____. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In*: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. **Capitalismo, trabalho e Educação**. 3. Ed. Campinas. Autores Associados, 2005.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008. ISBN 978-85-85701-09-3.

_____. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do mec. Campinas: Autores Associados, 2009. ISBN 978-85-7496-237-5.

_____. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. *In*: LUCENA, Carlos, Previtali, Fabiane. S. Lucena, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. ISBN 978-85-92592-57-8

SIDRA/IBGE. **Tabela 5938 – Variável – Produto interno bruto a preços correntes (Mil Reais)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SILVA, Alexandre M. A.; MONTEIRO NETO, Aristides; GERALDO, José Carlos. Ipea. **Texto para discussão 1889. Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil**: percalços no limiar do século XXI. IPEA, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Especial para Gramsci e o Brasil. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOARES, Suely A. G. **Políticas Públicas, qualificação profissional e a educação do trabalhador no final da década de 90 no Brasil**: empregabilidade ou inserção social? Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251109>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SOUZA, Diego de Oliveira. Concepções Marxistas de Estado: similitudes e diferenças entre Gramsci, Mandel e Mészáros. **Revista Teoria e Sociedade**. n. 14.1. Jan-Jun 2016. ISSN: 1518-4471. Disponível em: <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/264>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SOUZA, José dos Santos. Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6.

SOUZA, Lanara Guimarães. **Avaliação de políticas educacionais**: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. Salvador: EDUFBA, 2009. SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018. ISBN 978-85-232-0654-3.

TANO, Cleide F. S. **Trabalho na agroindústria rural e política de expansão do ensino profissionalizante e tecnológico**: a empregabilidade na microrregião de Ituiutaba de 2008 a 2015. Dissertação. Uberlândia. UFU, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18109>. Acesso em: 14 mar. 2018.

UBERLÂNDIA HOJE. **BRF pode fechar as portas em Uberlândia por falta de apoio do Estado**. Reportagem de Ivan Santos, reportagem publicada em 14 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.uberlandiahoje.com.br/2017/09/14/brf-pode-fechar-as-portas-em-uberlandia-por-falta-de-apoio-do-estado/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira – 1951-2010: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015. ISBN 978-85-249-2361-6.

WRIGHT, Eric Olin. **Class Counts** - Student Edition. 2000. ISBN 0-521-55387-3. Disponível em: <https://www.academica.org/erik.olin.wright/49.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ANEXOS

Figura 2 - IFTM - Reitoria



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

Figura 3 - IFTM Campina Verde



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

Figura 6 - IFTM Campus Ituiutaba



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

Figura 7 - IFTM Campus Paracatu



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

Figura 8 - IFTM Campus Patos de Minas



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

Figura 9 - IFTM Campus Patrocínio



Fonte: Portfólio IFTM 2016.

